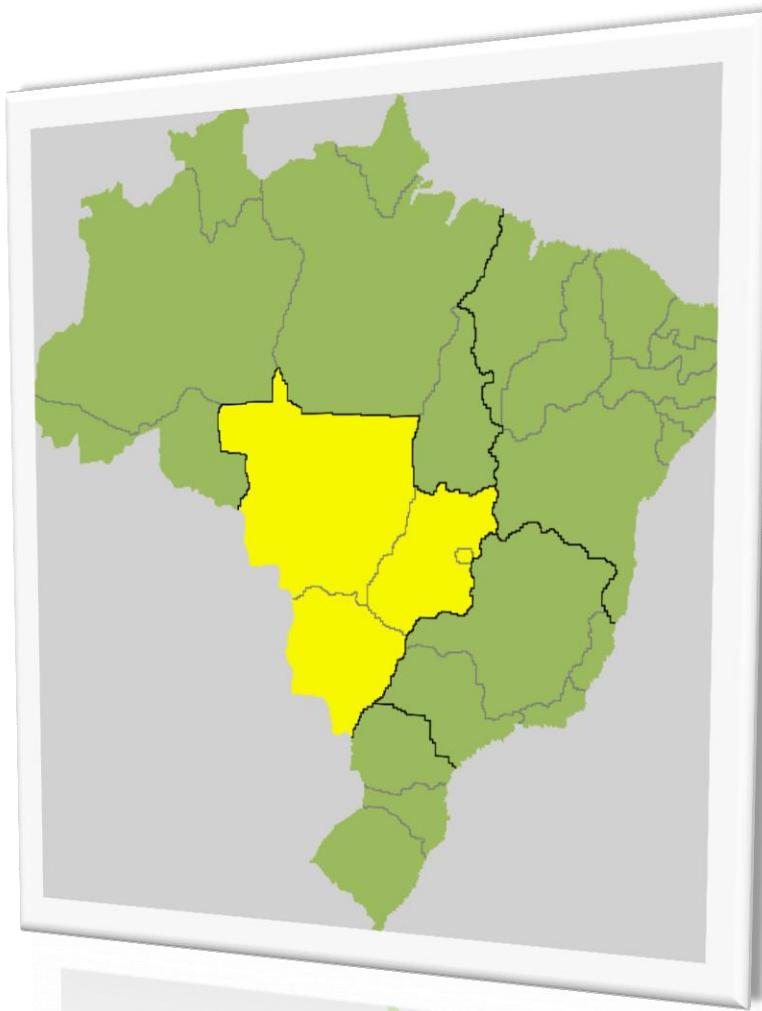


Relatório de Gestão do Exercício 2011

Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste



**Brasília-DF
2012**

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 117/2011, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Destina-se, também, além do cumprimento de determinações legais, a dar conhecimento ao cidadão das dificuldades que redundaram em óbices à consecução plena dos objetivos institucionais e das realizações alcançadas pela gestão, na aplicação dos recursos colocados à disposição da autarquia no exercício de 2011.

Brasília-DF, Junho 2012.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.....	14
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	15
1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	15
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	17
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	17
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	24
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	29
2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ	29
2.4–DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	34
2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa	34
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	39
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	40
2.4.7 – Indicadores Institucionais.....	42
4. ITEM 4 – INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	43
4.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	43
4.2 ANÁLISE CRÍTICA	45
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	46
5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	46
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....	46
5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada.....	47
5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade	48
5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	49
5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	50
5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	51
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	52
6.1 INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	52
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011	52
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios 53	
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2012 e seguintes	54
6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	55
6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	56
6.3 ANÁLISE CRÍTICA	58
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	60
7.1 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	60
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	61
8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	61
8.2 ANÁLISE CRÍTICA	62
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.	63
9.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	63
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	66
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	66
12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.....	68

12.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	68
15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	70	
15.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	70
15.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	71
15.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	72
15.4	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	73
16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	74	
16.1	RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	74
16.2	RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO.....	75
16.3	RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO.....	76
17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	78	
17.1	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	78
22. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.....	79	
22.1	Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento	79
CAPÍTULO II	121	
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	122	
1.1	RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	122
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010	123	
2.1	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	123
2.2	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	126
2.3	PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	129
2.3.2	<i>Execução Física das ações realizadas pela UJ</i>	129
2.4	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	133
2.4.1	<i>Programação Orçamentária da Despesa</i>	133
2.4.5	<i>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....</i>	137
2.4.6	<i>Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	138
2.4.7	<i>- Indicadores Institucionais.....</i>	139
4. ITEM 4 – INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	140	
4.1	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	140
4.2	ANÁLISE CRÍTICA	141
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	142	
5.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	142
5.1.1	<i>Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada.....</i>	142
5.1.3	<i>Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada.....</i>	143
5.1.4	<i>Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade</i>	144
5.1.5	<i>Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade</i>	145
5.3	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	146
5.4	DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	147
5.5	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	149
5.5.1	<i>Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão</i>	149
5.6	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	150
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	153	
6.1	INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	153
6.1.1	<i>Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011</i>	153
6.1.2	<i>Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios</i>	154
6.1.3	<i>Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2012 e seguintes</i>	155
6.2	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	156
6.2.2	<i>Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse</i>	157
6.3	ANÁLISE CRÍTICA	159
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	160	

7.1	MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	160
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.	161
8.1	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	161
8.2	ANÁLISE CRÍTICA	162
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.	163
9.1	ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	163
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.	166
10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	166
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N°108, DE 24/11/2010.	168
11.1	GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	168
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N° 108, DE 24/11/2010.	169
12.1	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	169
15.	PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	171
15.1	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	171
15.2	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	172
15.3	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	173
15.4	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	174
16.	PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	179
16.1	RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	179
16.2	RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA PENDENTES DE ATENDIMENTO.....	180
17.	PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.	181
17.1	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	181
CAPÍTULO III.....		182
1. APRESENTAÇÃO.....		183
2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)		184
3. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)		185
4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....		188
5. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2011		189
5.1.	DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES.....	189
5.2.	PROGRAMAS E LINHAS DE FINANCIAMENTO	189
6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2011.....		190
6.1.	RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2011	190
6.2.	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF E SETOR.....	191
6.3.	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	192
7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2011.....		193
7.1.	ORÇAMENTOS PREVISTO E REALIZADO	193
7.2.	REPASSES DO TESOURO NACIONAL	194
7.3.	RETORNOS DE FINANCIAMENTOS	194
7.4.	RESULTADO OPERACIONAL	194
7.5.	RECURSOS COMPROMETIDOS COM PARCELAS A LIBERAR.....	194
7.6.	DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO REALIZADO POR UF E SETOR	194
8. DESEMPENHO OPERACIONAL NO EXERCÍCIO DE 2011		196
8.1.	CONTRATAÇÕES POR UF.....	196
8.1.1.	<i>Contratações no DF.....</i>	198
8.1.2.	<i>Contratações no Estado de GO.....</i>	199
8.1.3.	<i>Contratações no Estado de MS</i>	200
8.1.4.	<i>Contratações no Estado de MT</i>	201
8.2.	CONTRATAÇÕES POR PORTE	201
8.2.1.	<i>Contratações com mini, micro e pequenos tomadores.....</i>	201
8.2.2.	<i>Contratações com médios e grandes tomadores</i>	206

8.3.	CONTRATAÇÕES POR SETOR	206
8.3.1.	<i>Contratações com o setor empresarial.....</i>	206
8.3.2.	<i>Contratações com o setor rural.....</i>	206
8.4.	CONTRATAÇÕES POR LINHA DE FINANCIAMENTO	207
8.5.	CONTRATAÇÕES PARA CUSTEIO E AQUISIÇÃO DE INSUMOS E/OU MATÉRIA-PRIMA	211
8.5.1.	<i>Contratações junto a mini, micro e pequenos tomadores</i>	211
8.5.2.	<i>Contratações junto a médios e grandes tomadores.....</i>	212
8.6.	CONTRATAÇÕES POR ESPAÇO PRIORITÁRIO	214
8.6.1.	<i>Contratações segundo a Tipologia dos Municípios</i>	214
8.6.2.	<i>Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)</i>	215
8.6.3.	<i>Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas.....</i>	215
8.6.4.	<i>Contratações na Faixa de Fronteira.....</i>	215
8.7.	CONTRATAÇÕES COM NOVOS BENEFICIÁRIOS	215
8.8.	CONTRATAÇÕES COM VALOR SUPERIOR A R\$ 10 MILHÕES.....	216
8.9.	CONTRATAÇÕES POR INSTITUIÇÃO OPERADORA (IO)	216
8.10.	SITUAÇÃO DA DEMANDA	218
9.	ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS	219
9.1.	INDICADORES DE DESEMPENHO	219
9.2.	METAS DE DESEMPENHO E RESULTADOS ALCANÇADOS	220
9.2.1.	<i>Índice de Aplicação (IA)</i>	221
9.2.2.	<i>Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)</i>	221
9.2.3.	<i>Índice de Inadimplência (II).....</i>	222
9.2.4.	<i>Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)</i>	222
9.2.5.	<i>Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB).....</i>	222
9.2.6.	<i>Índice de Contratações por UF (ICUF).....</i>	222
9.2.7.	<i>Índice de Contratações por Setor (ICS)</i>	223
9.2.8.	<i>Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM).....</i>	223
10.	ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES.....	223
10.1.	PRIORIDADES GERAIS	224
10.2.	PRIORIDADES SETORIAIS	225
10.3.	PRIORIDADES ESPACIAIS	227
11.	SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS	229
11.1.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	229
11.2.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS ALONGADOS NOS TERMOS DAS LEIS N.º 9.138 E 10.437.....	231
11.3.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIADOS NO ÂMBITO DO PESA	231
11.4.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIADOS NOS TERMOS DA LEI N.º 10.177.....	231
11.5.	PRORROGAÇÕES CONCEDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2011.....	232
11.6.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR ENCARGOS PACTUADOS	232
11.7.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR RISCO OPERACIONAL.....	233
11.7.1.	<i>Risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil</i>	234
11.7.2.	<i>Risco Compartilhado.....</i>	234
11.7.3.	<i>Risco 100% ou integral do Fundo.....</i>	235
11.7.4.	<i>Risco de Terceiros</i>	236
11.8.	SALDO DE FINANCIAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA	236
11.9.	SALDOS DE FINANCIAMENTOS VINCENDOS E VENCIDOS – ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA.....	236
12.	OUTROS ASPECTOS	241
12.1.	SITUAÇÃO DOS RECURSOS	241
12.2.	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS.....	241
12.3.	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS	241
12.4.	REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR	242
12.5.	REMUNERAÇÃO DO BANCO ADMINISTRADOR.....	242
12.6.	REBATES E BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA.....	242
12.7.	OPERAÇÕES LEVADAS A PERDA OU PREJUÍZO	242
12.8.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	245
12.9.	OPERAÇÕES AJUZADAS.....	245
12.10.	FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E AUDITAGEM.....	246
12.10.1.	<i>Fiscalização.....</i>	246
12.10.2.	<i>Controle.....</i>	246
12.10.3.	<i>Auditagem.....</i>	247
12.11.	AUDITORIA EXTERNA	247
13.	ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL	248
14.	DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	250

15. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730, DE 10.11.1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	261
16. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	261
16.1. SEMINÁRIOS FCO ITINERANTE	263
16.1.1. <i>Planejamento e Organização</i>	263
16.1.2. <i>Resultados</i>	264
17. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES.....	266

QUADROS

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	15, 122
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	66, 166
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	68, 169
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	173
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	174
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação....	38, 136
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	39, 137
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	40, 138
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	29, 129
QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	34, 134
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	43
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 15/05	142
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	46
Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	149
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 15 de MAIO de 2011)	143
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	47
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 15/05	144
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	48
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 15/05	145
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12..	49
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	146
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	50, 147
Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência ...	83
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	53, 154
Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.	54, 155
Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	55, 156
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse....	56, 157
Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV.....	60, 160
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	61, 161, 261
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ	63, 163
Quadro C.5.1 - Operações contratadas com riscos compartilhado e integral do fundo e do banco operador	79
Quadro C.5.2 - Créditos de liquidação duvidosa de operações contratadas	80
Quadro C.5.3 - Prejuízos contabilizados no exercício de 2011	80
Quadro C.5.4 - Ressarcimentos efetuados pelo Banco Operador ao fundo no exercício de 2011, decorrentes de perdas em operações com risco compartilhado.	81
Quadro C.5.5 - Ações de Cobranças Judiciais ajuizadas no exercício de referência do relatório de gestão .	82

TABELAS

Tabela 1: Número de Municípios segundo a Tipologia da PNDR	188
Tabela 2: Recursos previstos para o exercício de 2011.....	191
Tabela 3: Distribuição dos Recursos por UF e Setor.....	191
Tabela 4: Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha.....	192
Tabela 5: Orçamento – Previsto X Realizado.....	194
Tabela 6: Distribuição do Orçamento Realizado por UF e Setor.....	196
Tabela 7: Orçamentos Previsto e Realizado X Contratações por Setor	196
Tabela 8: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento	197
Tabela 9: Contratações por Setor/Linha de Financiamento	198
Comparativo 2010 X 2011	198
Tabela 10: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF	198
Comparativo 2010 X 2011	198
Tabela 11: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em GO	199
Comparativo 2010 X 2011	199
Tabela 12: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MS	200
Comparativo 2010 X 2011	200
Tabela 13: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MT	201
Comparativo 2010 X 2011	201
Tabela 14: Contratações por UF, Porte e Setor/Linha de Financiamento	203
Tabela 15: Classificação de Porte vigente em 2011	204
Tabela 15-A: Nova Classificação de Porte	204
Tabela 16: Contratações segundo a Nova Classificação de Porte.....	205
Tabela 17: Índice de Contratações com Menor Porte	205
2005 a 2011	205
Tabela 18: Contratações Por Setor.....	206
Tabela 19: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento	207
Tabela 20: Contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços.....	211
Tabela 21: Limites/tetos para financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a mini, micro e pequenos tomadores	211
Tabela 22: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a mini, micro e pequenos tomadores.....	212
Tabela 23: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a médios e grandes tomadores	213
Tabela 24: Contratações segundo a Tipologia dos Municípios	214
Tabela 25: Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1 ^a Vez.....	215
Tabela 26: Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões	216
Tabela 27: Contratações com outras Instituições Operadoras (IO)	217
Tabela 28: Situação da Demanda - Propostas contratadas X não atendidas.....	219
Tabela 29: Situação da Demanda – Motivo de não atendimento de demanda por UF.....	219
Tabela 30: Indicadores e Metas – Resultados Alcançados no Exercício de 2011	221
Tabela 31: Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha	230
Tabela 32: Saldo de Financiamentos por Encargos Financeiros	233
Tabela 33: Saldo de Financiamentos por Risco Operacional.....	234
Tabela 34: Saldo de Financiamentos com risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil	234
Tabela 35: Saldo de Financiamentos com risco compartilhado.....	235
Tabela 36: Saldo de Financiamentos com risco 100% ou integral do Fundo	235

Tabela 37: Saldos de Financiamentos Vencidos e Vencidos - Índices de Inadimplência	238
Comparativo 2010 X 2011	238
Tabela 38: Operações Contratadas com Riscos Compartilhado	239
e Integral do Fundo e do Banco	239
Tabela 39: Saldos de Financiamentos Vencidos por Tempo de Atraso	239
Tabela 40: Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações Contratadas.....	240
Tabela 41: Situação dos Recursos por UF.....	241
Tabela 42: Perdas do Fundo	243
Tabela 43: Prejuízos contabilizados no Exercício de 2011	244
Tabela 44: Ressarcimentos efetuados pelo Banco ao Fundo no Exercício de 2011, decorrentes de perdas em operações com risco compartilhado.....	244
Tabela 45: Evolução do Patrimônio Líquido do FCO - 2001 a 2011	245
Tabela 46: Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas no Exercício de 2011.....	246
Tabela 47: Irregularidades Detectadas em Serviços de Fiscalização Não Atendidas	246
Tabela 48: Empregos gerados e/ou mantidos	249
Tabela 49: Valor financiado por emprego direto gerado e/ou mantido.....	250
Tabela 50: Programação dos Seminários FCO Itinerante em 2011.....	264

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I- ORGANOGRAMA DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	17
Gráfico 1: Contratações Previstas e Realizadas por UF.....	197
Gráfico 2: Contratações Previstas e Realizadas por Setor/Linha	208

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS:

AECI	Assessoria Especial de Controle Interno
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CGU-PR	Controladoria Geral da União, Presidência da República
DN	Decisão Normativa
IN	Instrução Normativa
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FDCO	Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PRDCO	Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PRI	Portaria Interministerial
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a pagar
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
SICONV	Sistema de Gerenciamento de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento do Governo Federal
Sit.	Situação
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
UJ	Unidade Jurisdicionada

Introdução

Este relatório foi estruturado de acordo com as instruções do Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria Geral da União – CGU especialmente, DN TCU nº 108/2010, DN TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011.

O presente Relatório de Gestão – exercício de 2011 encontra-se dividido em três capítulos: Capítulo I destinado à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, Capítulo II destinado à Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SCO; e Capítulo III destinado ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

Neste Relatório de Gestão descrevem-se as metas estabelecidas, para as ações realizadas e os resultados alcançados ao longo do exercício de 2011, os meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento dos objetivos institucionais.

O relatório foi estruturado a partir das informações extraídas dos relatórios de atividades das unidades/subunidades que compõem a estrutura funcional da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO.

Traz, ainda, um relato acerca das iniciativas, recomendações emanadas pelos órgãos de controle no decorrer do exercício e as medidas adotadas onde estão assinalados os avanços obtidos e os obstáculos que dificultaram a consecução de algumas ações.

Finalmente importa esclarecer que algumas informações solicitadas ora não se aplicam à natureza jurídica ou às competências da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, ora não existem ocorrências.

Assim não houve ocorrências para: Quadro A.2.1, Quadro A.2.3, Quadro A.2.4, Quadro A.2.5, Quadro A.2.6, Quadro A.2.8, Quadro A.2.9, Quadro A.2.10, Quadro A.3.1, Quadro A.5.6, Quadro A.5.7, Quadro A.5.12, Quadro A.11.1, Quadro A.11.2 Quadro A.11.3, Quadro A.13.1, Quadro A.13.2, Quadro A.14.1, Quadro A.14.2, Quadro A.14.3, Quadro A.14.4, Quadro A.14.5, Quadro A.14.6, Quadro A.14.7, Quadro A.14.8, Quadro A.14.9, Quadro A.14.10, Declaração 14.9, Quadro A.14.11, A.16.1, Quadro A.16.2, Quadro B.1.1., Quadro B.4.1 e B.4.2.

Não se aplicam da PARTE C, os quadros C.1.1 ao C.37.13. Houve ocorrências apenas para os Quadros C.5.1 a C.5.5.

CAPÍTULO I

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.^o 108, DE 24/11/2010.

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração Nacional		Código SIORG: 42670		
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste				
Denominação abreviada: SUDECO				
Código SIORG: 100113	Código LOA: 53207	Código SIAFI: 533018		
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Indireta do Poder Executivo - Autarquia Especial				
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00		
Telefones/Fax de contato:	(061) 3414-0121	(061) 3414-0122		
E-mail:	faleconosco@sudeco.gov.br			
Página na Internet: http://www.sudeco.gov.br				
Endereço Postal: Setor Bancário Norte, Quadra 2, Lote 11. Edifício Gabriel Octávio Estevão de Oliveira, 2º Subsolo. CEP: 70040-020 Brasília- DF				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
Lei Complementar 129 de 08/01/2009				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
Decreto 7.471 de 04/05/2011				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				
Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro Oeste				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
533018	SUDECO/Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste			
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
53207	SUDECO/Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão			
533018	53207			

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.^o 108, DE 24/11/2010

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Preliminarmente é importante fazer alguns esclarecimentos a respeito das responsabilidades desta UJ. Em conformidade com Art. 5º da Lei Complementar 129 de 08 de Janeiro de 2009 a SUDECO é composta pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste - CONDEL, pelo Conselho Administrativo da RIDE - COARIDE, pela Diretoria Colegiada, pela Procuradoria-Geral e pela Auditoria-Geral. Para uma maior compreensão e visando propiciar o conhecimento dos vínculos existentes entre as diversas unidades da UJ, apresenta-se o organograma (Fig. 1).

Vale destacar que durante o exercício de 2011 iniciou-se os trabalhos para elaboração do Regimento Interno da Autarquia Especial, sem contudo ter sido o documento final aprovado naquele exercício.

Ressalte-se, ainda, que a aprovação do regimento espelhará a reorganização mais detalhada da estrutura organizacional da SUDECO, objetivando um melhor redimensionamento dos recursos materiais, tecnológicos e humanos disponíveis, proporcionando à melhoria do desempenho institucional.

FIGURA I- ORGANOGRAMA DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE



A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, autarquia de natureza especial, com autonomia administrativa e financeira é integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, estando vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, com suas competências definidas no Decreto nº 7471, de 4 de maio de 2011, assim discriminadas:

"I - definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste;

II - elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, articulando-o com as políticas e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e municipais e, em especial, com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

III - formular programas e ações com os ministérios para o desenvolvimento regional;

IV - articular a ação dos órgãos e entidades públicos e fomentar a cooperação dos entes econômicos e sociais representativos da região;

V - assessorar, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento- Geral da União em relação aos projetos e atividades prioritários para o Centro-Oeste;

VI - atuar como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e assegurar a diferenciação regional das políticas públicas nacionais que sejam relevantes para o desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme disposto no § 7º do art. 165 da Constituição e no caput e § 1º do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

VII - apoiar, em caráter complementar, os investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social, a capacitação de recursos humanos, a inovação e a difusão tecnológica, as políticas sociais e culturais e as iniciativas de desenvolvimento regional;

VIII - promover a cooperação com consórcios públicos e organizações sociais de interesse público para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste;

IX - assegurar a articulação das ações de desenvolvimento com o manejo controlado e sustentável dos recursos naturais;

X - estimular a obtenção de patentes e apoiar as iniciativas que visam impedir que o patrimônio da biodiversidade seja pesquisado, apropriado e patenteado em detrimento dos interesses da região e do País;

XI - promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental dos ecossistemas regionais, em especial do Cerrado e do Pantanal, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as subregiões;

XII - identificar, estimular e promover oportunidades de investimentos em atividades produtivas e iniciativas de desenvolvimento regional, na forma da lei e nos termos do art. 43, § 2º, da Constituição;

XIII - definir, mediante resolução, os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na região, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico;

XIV - coordenar programas de extensão e gestão rural e de assistência técnica e financeira internacional no Centro-Oeste;

XV - promover o ordenamento e a gestão territorial, em escala regional, sub-regional e local, mediante o zoneamento ecológico-econômico e social, em articulação com os órgãos e entidades federais responsáveis pelas questões relativas à defesa nacional, à faixa de fronteiras e ao meio ambiente;

XVI - gerenciar os programas de desenvolvimento regional do Governo Federal direcionados à Região Centro-Oeste, constantes das leis orçamentárias;

XVII - gerenciar, por delegação do Ministério da Integração Nacional ou de outros órgãos e entidades da administração pública federal, programas de desenvolvimento regional que abranjam tanto municípios situados no Centro-Oeste como municípios situados em outras macrorregiões do País, sendo vedada a utilização de recursos próprios, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO, sob qualquer forma ou finalidade, nos Municípios situados fora do Centro-Oeste;

XVIII - observadas as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, gerenciar o Programa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, criado pela Lei Complementar no 94, de 19 de fevereiro de 1998, sendo vedada a utilização de recursos próprios, do FCO e do FDCO, sob qualquer forma ou finalidade, nos municípios situados fora do Centro-Oeste; e

XIX - observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional e ouvidos os Governos dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, estabelecer, anualmente, as diretrizes, as prioridades e o programa de financiamento do FCO e do FDCO, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

2.1.2. À Diretoria Colegiada compete:

I - exercer a administração da SUDECO;

II - assistir ao CONDEL, suprindo-o das informações e dos estudos e projetos que se fizerem necessários ao exercício de suas atribuições;

III - cumprir e fazer cumprir as diretrizes e resoluções aprovadas pelo CONDEL;

IV - editar normas sobre matérias de competência da SUDECO, com base em resoluções do CONDEL;

V - aprovar o regimento interno da SUDECO;

VI - estudar e propor ao CONDEL diretrizes para o desenvolvimento regional, consolidando as propostas no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com metas e com indicadores objetivos para avaliação e acompanhamento;

VII - aprovar os relatórios de gestão e os demonstrativos contábeis da SUDECO, e encaminhá-los aos órgãos competentes;

VIII - autorizar a divulgação de relatórios sobre as atividades da SUDECO;

IX - decidir pela afetação, desafetação, venda, cessão ou aluguel de bens integrantes do patrimônio da SUDECO;

X - notificar e aplicar as sanções previstas na legislação; e

XI - conhecer e julgar pedidos de reconsideração de decisões de membros da Diretoria.

2.1.3. Ao CONDEL cabe exercer as competências previstas na Lei Complementar no 129, de 8 de janeiro de 2009, assim como ao Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do

Distrito Federal e Entorno – COARIDE cabe exercer as competências especificadas no Decreto no 7.469, de 4 de maio de 2011.

2.1.4. À Procuradoria-Geral, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - prestar assessoria jurídica no âmbito da SUDECO;

II - representar judicial e extrajudicialmente a SUDECO;

III - zelar pelo cumprimento das orientações normativas da Advocacia-Geral da União;

IV - fixar a interpretação da Constituição da República Federativa do Brasil, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida no âmbito da SUDECO, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

V - examinar e aprovar minutas de editais de licitação, de contratos, de convênios e de outros atos administrativos criadores de direitos e obrigações que devam ser celebrados pela SUDECO;

VI - apurar a liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da SUDECO, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial;

VII - representar à Diretoria Colegiada sobre providências de natureza jurídica que devam ser adotadas em atendimento ao interesse público e às normas vigentes; e

VIII - assessorar a Diretoria Colegiada em procedimentos de instauração e acompanhamento de processos administrativos disciplinares e de correição.

2.1.5. À Auditoria-Geral compete verificar a conformidade às normas vigentes dos procedimentos de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial, de recursos humanos e operacional, e especificamente:

I - proceder ao controle interno, mediante a fiscalização e exames dos atos de gestão da SUDECO;

II - assessorar a Diretoria Colegiada para o cumprimento dos objetivos institucionais da SUDECO, prioritariamente, no acompanhamento dos atos e fatos da gestão da Superintendência;

III - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual e tomadas de contas especiais realizadas no âmbito da SUDECO;

IV - acompanhar o atendimento às diligências e a implementação das recomendações dos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

V - zelar pela qualidade, eficiência e efetividade dos controles internos, visando à garantia da regularidade dos atos administrativos, assim como pelo adequado atendimento às recomendações emanadas do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União;

VI - elaborar o plano anual de atividades de auditoria interna, bem como relatório anual de atividade de auditoria interna; e

VII - solicitar apuração de responsabilidade, quando em sua atividade de auditoria e controle interno for observada irregularidade passível de exame, indicando com clareza o fato irregular.

2.1.6. À Ouvidoria compete:

I - receber, examinar e encaminhar às áreas competentes as reclamações, elogios, sugestões e acompanhar as providências adotadas;

II - organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e produzir indicadores sobre o nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Federal relacionados às competências institucionais da SUDECO;

III - atender às sugestões e reclamações dos agentes econômicos e de suas entidades representativas quanto às rotinas e procedimentos empregados na aplicação dos recursos do FCO; e

IV - produzir relatório anual das atividades da Ouvidoria

2.1.7. À Diretoria de Administração compete:

I - planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas com os sistemas federais de Recursos Humanos, de Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Informação e Informática, de Serviços Gerais e de Arquivos no âmbito da SUDECO;

II - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades inerentes à gestão e à segurança da informação no âmbito da SUDECO;

III - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades atinentes à manutenção e conservação das instalações físicas, dos acervos bibliográfico e documental e às contratações para suporte às atividades administrativas da SUDECO; e

IV - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de análise das prestações de contas de convênios, acordos e outros instrumentos congêneres celebrados pela SUDECO.

2.1.8. À Diretoria de Planejamento e Avaliação compete:

I - conduzir, em articulação com o Ministério da Integração Nacional e outros órgãos públicos e entidades representativas da sociedade, o processo de formulação dos planos, programas e ações para o desenvolvimento regional, em especial, do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e com os planos nacionais e estaduais;

II - acompanhar e monitorar a implementação dos planos, programas e projetos nacionais e regionais de promoção do desenvolvimento sob a responsabilidade da SUDECO, em especial, do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

III - formular e implementar mecanismos de avaliação dos impactos das ações de desenvolvimento na área de atuação da SUDECO, a serem aprovados pelo CONDEL;

IV - articular com organismos e instituições nacionais e internacionais programas de cooperação técnica e financeira, com elaboração de relatório anual de gestão e avaliação;

V - articular e implementar as ações da SUDECO para o ordenamento e a gestão territorial, em escalas regional, sub-regional e local;

VI - elaborar, seguindo orientações do órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, relatório anual sobre a avaliação dos programas e ações do Governo Federal, que sejam relevantes para o desenvolvimento do Centro-Oeste, contemplando o cumprimento dos planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas aprovadas pelo CONDEL, com destaque aos projetos e ações de maior impacto para o desenvolvimento regional;

VII - subsidiar o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento geral da União em relação aos projetos e atividades prioritários para o Centro-Oeste, de modo assegurar a diferenciação regional das políticas públicas nacionais, que sejam relevantes para o desenvolvimento da região; e

VIII - formular orientações estratégicas voltadas ao desenvolvimento institucional.

2.1.9. À Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos compete:

I - coordenar a execução dos programas de desenvolvimento regional do Governo Federal direcionados à Região Centro-Oeste;

II - elaborar relatório anual sobre o cumprimento do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

III - desenvolver ações que promovam a cooperação com consórcios públicos e organizações sociais de interesse público para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste;

IV - desenvolver ações voltadas à promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental dos ecossistemas regionais, em especial do Cerrado e do Pantanal;

V - coordenar programas de extensão e gestão rural e de assistência técnica e financeira internacional no Centro-Oeste;

VI - articular e apoiar ações complementares, com destaque à pesquisa, assistência técnica e inovação tecnológica, voltadas aos projetos de investimentos para o desenvolvimento da região;

VII - elaborar os relatórios anuais sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO e do FDCO e de benefícios e incentivos fiscais concedidos, a serem submetidos ao Conselho Deliberativo da SUDECO;

VIII - supervisionar, acompanhar e monitorar a aplicação dos recursos do FCO e do FDCO, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, bem como avaliar o desempenho desses dois fundos;

IX - propor as diretrizes e as prioridades a serem observadas na formulação dos programas de financiamento do FCO e de investimentos do FDCO, em consonância o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste e as orientações do Ministério da Integração Nacional;

X - analisar os projetos relativos ao FDCO e do FCO, efetuando uma avaliação final ao término de cada projeto, de forma a verificar a fiel aplicação dos recursos; e

XI - exercer as atividades de Secretaria-Executiva do COARIDE.”

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, teve suas atividades iniciadas a partir da edição do Decreto nº 7.471, de 4 de maio de 2011. Logo, por mandamento legal, teve que concentrar esforços na adoção de medidas que concretizassem sua implantação.

A ausência de um Plano de Ação específico e de uma dotação orçamentária própria, fez com que a SUDECO tivesse uma atuação orientada pelos passivos da extinta Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste e pelos objetivos estratégicos definidos pelo Ministério da Integração Nacional mais aderidos às responsabilidades institucionais desta UJ, quais sejam:

1. Superar desigualdades regionais e erradicar a miséria

1.1 Elevar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional à condição de política de Estado de forma coordenada e articulada com a agenda de desenvolvimento do país

1.2 Fortalecer cadeias e arranjos produtivos locais, articulando-os a investimentos estruturadores nas regiões de menor dinamismo econômico e social

Não obstante as dificuldades inerentes ao momento inicial de instalação da SUDECO, foi possível prospectar demandas e vulnerabilidades, que mesmo frente à uma conjuntura desfavorável para esta UJ, possibilitaram deflagrar processos importantes para o desenvolvimento regional nos seguintes setores:

Transporte:

1.Viabilização do uso misto do trecho da Ferrovia Centro-Atlântica no trecho de ligação entre o Distrito Federal e o município de Luziânia-GO

2.Início das tratativas com os governos de Goiás e do Distrito Federal para a implantação da Ferrovia no eixo Brasília-Anápolis-Goiânia

Agricultura e Meio Ambiente:

1.Elaboração do Projeto de Recuperação de Pastagens Degradas no Centro-Oeste

Inclusão Social e Produtiva:

1.Destacamos o Projeto Mulheres na Construção, que consiste, sinteticamente, na realização de cursos qualificação profissional, na área de construção civil, atendendo 440 (quatrocentos e quarenta) pessoas, prioritariamente mulheres e/ou beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para atuarem nos perfis de azulejista e pintor no mundo do trabalho, em parceria com o Instituto Federal de Brasília – IFB e o Sindicato da Construção Civil no Distrito Federal.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

Tratando-se não apenas de uma nova gestão, mas principalmente, de uma nova organização vinculada ao Ministério da Integração Nacional com enormes responsabilidades frente aos desafios impostos pela necessidade de se reorientar o processo de desenvolvimento da região Centro-Oeste, as primeiras iniciativas foram no sentido de dar efetividade ao novo desenho institucional disposto na Lei Complementar nº 129/2009.

Para isso, foi necessário dar materialidade às instâncias colegiadas da SUDECO. Instalou-se a Diretoria Colegiada, rearticulou-se o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – COARIDE e instalou-se o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – CONDEL.

Foram adotadas medidas com o propósito de discutir melhorias dos procedimentos internos, particularmente, em relação aos fluxos, processos e competências administrativas, tais como o Regimento Interno, a adoção de critérios de elegibilidade de propostas para transferências voluntárias de recursos da União, orientação de procedimentos para celebração de convênios e a elaboração do planejamento estratégico.

No andamento das soluções inerentes à continuidade da gestão, pesou sobremaneira a ausência de orçamento próprio causando dificuldades para atender a todos os compromissos legalmente assumidos. Adicionalmente, há que se considerar a estrutura das fontes orçamentárias e das despesas executadas, pois do total dos recursos empenhados, mais de 85% foram de emendas parlamentares, representando graus de dificuldades adicionais, para implementar ações adstritas às responsabilidades institucionais desta autarquia.

A elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRDCO está sendo delineada para alinhar as ações conscientemente intencionadas e deliberadas para impulsionar o desenvolvimento da região Centro-Oeste do país. A finalidade é atingir os objetivos e metas construídos em conjunto com outros segmentos indutores do desenvolvimento.

Com o PRDCO a SUDECO disporá de relevante instrumento para a gestão estratégica com objetivos e metas bem definidos dentro de um horizonte temporal de médio prazo. Outro atributo importante do PRDCO será a capacidade de aproximar os atores do desenvolvimento regional do Centro-Oeste ao campo da cooperação interfederativa para a superação dos gargalos de desenvolvimento, mas sobretudo direcionar e impulsionar a ação dos dirigentes e colaboradores internos na construção e consecução dos objetivos, valores, metas e visão da SUDECO.

No momento inicial das atividades desta UJ, dado as dificuldades inerentes ao processo de implantação da estrutura organizacional, os instrumentos e estratégias de atuação orientaram-se

basicamente por:

- 1) Incremento e ampliação do acesso aos recursos disponibilizados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO cujas informações encontram-se descritas no Capítulo III do presente Relatório de Gestão;
- 2) Concretização do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO, por meio da interlocução com o poder legislativo federal e com os órgãos federais de planejamento e orçamento;
- 3) Maior articulação com os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e com o Distrito Federal na construção de arranjo interfederativo macrorregional em torno de projetos estruturantes de impacto regional; e
- 4) Formulação de propostas com alto grau de transversalidade buscando atrair outras instituições públicas e privadas para o campo da cooperação multisetorial.

A Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos – DIPGF - tem como um dos objetivos estratégicos coordenar a execução dos programas de desenvolvimento regional do Governo Federal direcionados à Região Centro-Oeste. Essa coordenação de execução visa, por meio de acompanhamento junto aos Ministérios setoriais e seus órgãos executores responsáveis por esses referidos programas, em específico, averiguar a aderência dos programas aplicados à região ao cumprimento do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO, que ainda se encontra em fase de elaboração. Assim sendo, não houve o efetivo acompanhamento quanto a referida aderência.

A DIPGF tem ainda como objetivos estratégicos, em articulação com o Ministério da Integração Nacional - MI, supervisionar, acompanhar, e monitorar a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO, através da análise de projetos de investimentos para o desenvolvimento da região relativos ao Fundo, efetuando inclusive uma avaliação final ao término de cada projeto, de forma a verificar a fiel aplicação dos recursos. Nesse sentido, essa Diretoria encaminhou ao MI, em específico à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, proposta de estruturação financeira do FDCO, com vistas a sua efetiva operacionalidade, nos moldes dos demais Fundos de Desenvolvimento existentes (Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste – FDA e FDNE, respectivamente) e está aguardando providências por parte do MI para tomadas de decisões ulteriores.

O MI já estabeleceu, de forma proativa, diretrizes e orientações para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos gerais com recursos dos Fundos, conforme Portaria MI nº 769-A, de 27 de outubro de 2011, publicada no DOU Nº 211 – seção 1, 03 de novembro de 2011, a despeito do FDCO ainda não possuir estruturação financeira e embora não se tenha instituído o PRDCO.

Quanto aos benefícios e incentivos fiscais, à DIPGF compete tão somente elaborar relatórios anuais sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com aplicação desses instrumentos na região. Não compete à SUDECO executar ação específica, haja vista que ainda se aguarda a emissão de legislação específica que inclua a Região Centro-Oeste como merecedora de tais benefícios e incentivos fiscais, bem como conceda à autarquia a competência para estimular, por meio da administração desses instrumentos, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação, conforme definição do Conselho Deliberativo, em consonância com o § 2º do art. 43 da Constituição Federal e na forma da legislação vigente.

Destarte, que se tem mantido entendimentos com o MI, em específico à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, para que seja proposto às instâncias superiores do Poder Executivo legislação específica, com vistas à efetiva operacionalidade dos benefícios e incentivos fiscais para região Centro-Oeste.

 2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012*
04	122	0750	2000	A	4	-	-	-	-
04	306	0750	2012	A	4	-	-	-	-
04	301	0750	2004	A	4	-	-	-	-
06	182	1027	8348	A	4	%	1	2	-
11	128	1430	4640	A	4	Unidade	200	200	-
11	334	1025	4644	A	4	Unidade	1	0	-
11	334	1025	6591	A	4	Unidade	5	0	-
15	244	0120	6553	A	4	Unidade	22	18	-
15	244	1025	6409	A	4	%	100	40,61	-
15	244	1025	7K66	P	4	Unidade	23	3	-
15	451	1138	7M48	P	4	%	100	0	-
15	451	1138	8084	A	4	%	100	66	-
18	541	1138	1E38	P	4	%	100	0	-
18	541	1138	2B70	P	4	Unidade	1	0	-
18	541	1138	7M48	P	4	%	100	0	-
18	544	0515	11PO	A	4	Unidade	6	0	-
18	544	0515	1851	P	4	Milhão de m ³	1	0	-

18	544	0515	2B90	A	4	Unidade	3	0	-
19	691	1430	8902	A	4	Unidade	216	60	-
20	607	0379	10BC	P	4	Unidade	10	0	-
22	333	1025	6424	A	4	%	100	63,25	-
22	662	0120	6551	A	4	Unidade	6	5	-

Fonte:Siafi/SigPlan

Análise crítica:

As ações três ações vinculadas ao programa 0750 informa-se que não possuem metas previstas, realizadas e a ser realizadas em 2012 por se tratarem de ações relativas a pagamento de pessoal e encargos sociais.

As ações 8348, 4640, 6553, 8084, 6424 e 6551 tiveram execução superior a 50%, enquanto que as ações 4644, 6591, 6409, 7K66, 7M48, 1E38, 2B70, 7M48, 11PO, 1851, 2B90, 8902 e 10BC obtiveram média inferior a 50% em decorrência do contingenciamento orçamentário imposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No que se refere às metas a serem realizadas no exercício 2012, temos a informar, que com a nova configuração do PPA 2012/2015, procedeu-se a aglutinação de programas e ações relacionados ao desenvolvimento regional no corpo de um único programa cujo detalhamento segue abaixo:

PROGRAMA: 2029

DESCRIÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

UO: 53207

ANO: 2012

Fonte: LOA 2012 – Plano de ação

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- *20N7 - Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria*

Produto: Arranjo produtivo local apoiado

Unidade de medida: unidade

Quantidade: 199

- *20N8 - Promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e inserção mercadológica - Plano Brasil sem Miséria*

Produto: Tecnologia aplicada

Unidade de medida: unidade

Quantidade: 11

- *4640 - Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade*

Produto: Pessoa capacitada

Unidade de medida: unidade

Quantidade: 1500

- *140W - Elaboração de Estudos e Planos de Desenvolvimento Regional e Territorial*
 Produto: Plano Elaborado
 Unidade de medida: % de execução
 Quantidade: 1

- *20N5 - Divulgação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial*
 Produto: Plano Iniciativa implementada
 Unidade de medida: unidade
 Quantidade: 1

- *20N9 - Apoio ao Associativismo e Cooperativismo - Plano Brasil sem Miséria*
 Produto: Organização apoiada
 Unidade de medida: unidade
 Quantidade: 1

- *20NK - Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais*
No Estado de Goiás
 Produto: Arranjo Produtivo Local apoiado
 Unidade de medida: porcentagem
 Quantidade: 25

- Em municípios – No Estado do Mato Grosso*
 Produto: Arranjo Produtivo Local apoiado
 Unidade de medida: porcentagem
 Quantidade: 60

- *4664 - Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial e Concessão de bolsas de estudos para programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Áreas afins*
 Produto: Arranjo Pessoa capacitada
 Unidade de medida: unidade
 Quantidade: 20

- *7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado*
No Estado de Goiás
 Produto: Projeto apoiado
 Unidade de medida: unidade

Quantidade: 10

Em municípios – No Estado do Mato Grosso do Sul

Produto: Projeto apoiado

Unidade de medida: unidade

Quantidade: 5

- 8340 - *Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação*

Produto: Projeto Rede implantada

Unidade de medida: unidade

Quantidade: 1

- 8349 - *Monitoramento e Avaliação de Instrumentos e Mecanismos de Desenvolvimento Regional*

Produto: Projeto Avaliação realizada

Unidade de medida: unidade

Quantidade: 1

- 8350 - *Gerenciamento e Avaliação das Aplicações dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais*

Produto: Projeto Avaliação realizada

Unidade de medida: unidade

Quantidade: 4

- 8898 - *Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Potencialidades Regionais - Plano Brasil sem Miséria*

Produto: Projeto Iniciativa apoiada

Unidade de medida: unidade

Quantidade: 4

- 8902 - *Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica*

Produto: iniciativa apoiada

Unidade de medida: unidade

Quantidade: 10

2.4 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa

Por ter sido instalada em 04 de maio de 2011 esta UJ não possuía orçamento próprio, tão pouco era Unidade Orçamentária, nem tinha Unidade Gestora Orçamentária consolidada ou agregada sob sua estrutura.

2.4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	530002	11128102548540072			200.000,00
		530002	11334102565910071			300.000,00
		530002	14334102546460071			100.000,00
		530002	14334102546460072			200.000,00
		530002	22333102564240072			220.000,00
	Recebidos	530002	04122075020000001	532.097,12		
		530002	04122075020000001			12.756,67
		530002	04301075020040001			454,00
		530002	04306075020120001			14.702,53
		530002	22333102564240072			100.000,00
		530002	22662012065510050			200.000,00
Movimentação	Concedidos					

Externa	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	530002	15244012065530050	7.000,00		
		530002	22333102564240050	150.000,00		
		530002	22662012065510050	150.000,00		
		530002	19691143089020054	200.000,00		
		530002	19691143089020001	9.639,25		
		530002	15244102564090078	100.000,00		
		530002	15244102564090072	1.104,33		
	Recebidos	530002	06182102783480074	120.000,00		
		530002	11334102565910071	600.000,00		
		530002	15244012065530050	693.000,00		
		530002	15244012065530054	7.800.000,00		
		530002	15244102564090050	1.100.000,00		
		530002	15244102564090051	8.562.000,00		
		530002	15244102564090052	4.530.000,00		
		530002	15244102564090054	7.850.000,00		
		530002	15244102564090078	1.650.000,00		
		530002	15244102564090104	300.000,00		
		530002	15244102564090110	7.600.000,00		
		530002	15244102564090150	1.000.000,00		
		530002	15244102564090162	10.000.000,00		
		530002	15244102564090236	300.000,00		
		530002	15244102564090248	250.000,00		
		530002	1524410257K660222	400.000,00		
		530002	1524410257K660254	500.000,00		
		530002	1524410257K660262	500.000,00		
		530002	15451113880840052	5.000.000,00		
		530002	18544051518510078	100.00,00		
		530002	19691143089020001	3.790.360,75		

		530002	19691143089020050	2.740.000,00		
		530002	19691143089020051	4.750.000,00		
		530002	19691143089020052	7.580.000,00		
		530002	19691143089020054	3.900.000,00		
		530002	19691143089020056	1.000.000,00		
		530002	19691143089020136	11.000.000,00		
		530002	22333102564240050	150.000,00		
		530002	22333102564240071	400.000,00		
		530002	22333102564240072	400.000,00		
		530002	22662012065510050	550.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos	158143	15244102564090072	350.000,00		
	Recebidos					

Fonte: Siafi – Módulo Células

Análise Crítica

Os créditos recebidos pela UJ referem-se a descentralização de crédito da UO do Ministério da Integração Nacional (UG 530002) para que fossem viabilizadas as despesas com pessoal e encargos sociais, bem como a celebração de convênios.

O crédito concedido a UG 158143 refere-se a descentralização de crédito em favor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília, para compra de um laboratório móvel profissionalizante, de acordo com o processo nº 59800.000005/2011-21 – Termo de Cooperação Mulheres na Construção.

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO
DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	538.174,79		538.174,79	
Diárias				
Outras	12.756,67		0,00	

Fonte: SIAFI.

Conta 29213.02.01 - credito empenhado liquidado exceto doc folha;

(+) Conta 29213.02.02 credito empenhado liquidado - documento folha;

(+) Conta 29213.03.01 credito pago.

Observação: Não houve movimentação no exercício de 2010 para a UJ devido a mesma ter sido instalada em 04 de maio de 2011 por força do Decreto nº 7.471/2011

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	403.744,19		403.744,19				403.744,19	
13 - Obrigações Patronais	62.821,24		62.821,24				62.821,24	
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	54.027,60		54.027,60				54.027,60	
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	2.425,23		2.425,23				2.425,23	
2 – Juros e Encargos da Dívida	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
-								
3- Outras Despesas Correntes	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
41 - Contribuições	300.000,00				300.000,00			
46 - Auxílio-Alimentação	14.702,53		14.702,53				14.702,53	
93 - Indenizações e Restituições	13.210,67		13.210,67				13.210,67	

Fonte:Siafi.

*

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
42 - Auxílios	83.105.360,75				83.105.360,75			
5 - Inversões Financeiras	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
-								
6 - Amortização da Dívida	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
-								

Fonte: Siafi.

Observação: Para os Quadros A.2.12 e A. 2.13

Despesas empenhadas:

conta 29213.01.00 crédito empenhado a liquidar;

(+) conta 29213.02.01 crédito empenhado liquidado exceto doc. folha;

(+) conta 29213.02.02 credito empenhado liquidado - documento folha;

(+) conta 29213.02.03 cred..empenhado-executado por inscrição de RP.

Despesas liquidadas:

conta 29213.02.01 crédito empenhado liquidado exceto doc. folha;
(+) conta 29213.02.02 credito empenhado liquidado - documento folha; e
(+) conta 29213.03.01 crédito pago.

RP Não processados:

conta 29213.02.03 cred. empenhado - executado por inscrição de rp.

Valores Pagos:

conta 29241.04.03 valores pagos;
(+) conta 29213.03.01 credito pago.

Não houve movimentação no exercício de 2010 para a UJ devido a mesma ter sido instalada em 04 de maio de 2011 por força do Decreto nº 7.471/2011.

2.4.7 – Indicadores Institucionais

Por ter sido criada recentemente a autarquia não possui indicadores institucionais. Pretende-se no decorrer do exercício de 2012 estabelece-los.

Tais indicadores deverão estar relacionados com as metas traçadas, consistirão em parâmetros que medirão a diferença entre a situação desejada e a situação realizada, permitindo apreender a ação administrativa quanto à economicidade, à eficiência, à eficácia e à efetividade dessa Autarquia, na consecução de seus objetivos. Dessa forma, os indicadores serão utilizados na avaliação, acompanhamento e monitoramento dos resultados a serem alcançados com a aplicação dos recursos dos programas e/ou projetos, inclusive visando o aperfeiçoamento da gestão.

Os indicadores institucionais de desempenho serão desenvolvidos conforme a realidade operacional e os objetivos institucionais previstos em normas, no que poderá implicar em indicadores de desempenho para as metas quantitativas quanto a fiscalização e acompanhamento dos programas e projetos em implantação; projetos em fase de conclusão (p/ emissão de Relatório Final – Prestação de Contas); projetos com pendências para recebimento de recursos (com pendências apontadas pela fiscalização da SUDECO ou por órgãos de controle interno e externo); projetos em fase de cancelamento.

4. ITEM 4 – INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito*	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	6.907.007,35	-	3.882.181,10	3.024.826,25
2009	15.395.870,31	-	2.725.714,17	12.670.156,14
2008	19.143.033,03	-	10.242.136,13	8.900.896,90
2007	4.080.000,00	-	-	4.080.000,00
2006	-	-	-	-
2005	387.275,18	-	-	387.275,18
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	139.746.492,59	-	5.857.775,79	133.888.716,80
2009	129.733.210,49	57.603.071,11	8.113.806,09	64.211.208,29
2008	20.108.574,43	-	3.544.760,26	16.563.814,17
2007	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
Observações: Abaixo constam as fórmulas				
Restos a pagar processados				
<u>Montante inscrito:</u>				
conta: 19521.01.00 restos a pagar processados inscritos – NE				
(+) conta 19521.02.00 restos a pagar processados inscritos – folha				
(+) conta 19523.00.00 restos a pagar transferidos				

(-) conta 29523.00.00 RP processados transferidos.

Cancelamentos acumulados:

conta 19524.01.00 cancelamento de RP processados – NE

(+) conta 19524.02.00 cancelamento ajuste exercício anterior/folha

(+) conta 19524.03.00 cancelamento ajuste de exercícios anteriores

(+) conta 19524.04.00 cancelamento de RP processados – folha.

Pagamentos acumulados:

conta 29521.02.01 RP processados pago - NE

(+) conta 29521.02.02 RP processados pago – folha.

Saldo a Pagar em 31/12/2011:

conta 29521.01.01 RP processados a pagar – NE

(+) conta 29521.01.02 RP processados a pagar – folha.

Restos a pagar não processados

Montante inscrito:

conta 19511.00.00 RP não processados inscritos

(+) conta 19513.00.00 restos a pagar transferidos

(-) conta 29513.00.00 restos a pagar não processados transferidos.

Cancelamentos acumulados:

conta 19514.01.00 por insuficiência de recursos

(+) conta 19514.02.00 outros cancelamentos de RP.

Pagamentos acumulados:

conta 29511.03.00 RP não processados pago.

Saldo a Pagar em 31/12/2011:

conta 29511.01.00 RP não processados a liquidar

(+) conta 29511.02.00 RP não processados liquidado a pagar

(+) 29511.04.00 RP não processados a liquidar bloqueados

4.2 Análise Crítica

Para a elaboração do Quadro – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores, foram observados os valores inscritos em restos a pagar no exercício de inscrição. Em contraposição, o montante referente à execução dos restos a pagar foi considerado o saldo acumulado até a data de 31 de dezembro de 2011, conforme as orientações constantes na Portaria TCU nº 277/2010.

A totalidade dos valores inscritos em restos a pagar refere-se às transferências voluntárias celebradas entre a União e Estados e Municípios. As razões para inscrição e manutenção dessas transferências voluntárias na composição dos saldos de restos a pagar justifica-se pelas seguintes razões:

- 1) Falta de disponibilidade de limites financeiros pelo Tesouro Nacional ao Ministério da Integração Nacional, que obrigam a Secretaria Executiva daquele Órgão Superior decidir quais pagamentos serão realizados;
- 2) A celebração de instrumentos de transferência voluntária com cláusulas suspensivas em decorrência do contingenciamento orçamentário imposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Aproximadamente 90% dos limites orçamentários são disponibilizados no final de cada exercício orçamentário;
- 3) A existência de transferências voluntárias com cronograma de desembolso que contemple vários anos e o atraso, por parte dos convenentes, na comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pelo Órgão concedente, além da vedação de repasse financeiro nos 3 meses que antecedem as eleições conforme disciplina a Lei nº 9.504 de 30.09.1997, art. 73, VI, alínea ‘a’; e
- 4) Força de trabalho insuficiente para atender a avaliação de propostas, acompanhamento e vistoria dos convênios inscritos em restos a pagar. O quadro de pessoal da Sudeco é formado por 17 cargos em comissão, criados por força do decreto 7471/2011, não possuindo quadro permanente de servidores, porquanto já tenha sido demandada realização de concurso público ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o qual ainda não foi autorizado.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.^o 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada
QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	15	15	15	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	15	15	15	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	5	5	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	3	3	3	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	7	7	7	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	15	15	15	11

Fonte: Diretoria de Administração / SUDECO

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	18	18	18	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	18	18	18	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	1	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	7	7	7	0
1.2.4. Sem vínculo	9	9	9	2
1.2.5. Aposentados	1	1	1	0
2. Funções gratificadas	3	2	2	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	3	2	2	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	21	20	20	2

Fonte: Diretoria de Administração/SUDECO

Obs: Em 2011, o Ministério da Integração Nacional descentralizou 3 Gratificações Temporárias de Sistemas Estruturadores para esta Superintendência, vinculadas aos Sistemas SIPEC, SPO e SISG que estão contabilizados em Funções Gratificadas.

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	1	0	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	1	0	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	2	7	5	4	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	6	5	4	0
2.3. Funções gratificadas	1	1	0	0	0
3. Totais (1+2)	3	7	5	4	0

Fonte: Diretoria de Administração/SUDECO

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	3	14	0	0	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	12	0	0	1
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	2	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	3	15	0	0	1

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Diretoria de Administração/SUDECO

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retri- buições	Gratifi- cações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e prevideciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2011									
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2011									
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2011									
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2011									
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2011									
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2011	0	387.023,16	0	0	454,00	14.702,53	0	0	0
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2011	0	0	26.700,00	0	0	0	0	0	26.700,00

Fonte: Diretoria de Administração/SUDECO

Observação: Não aplicam anos anteriores por ter sido a autarquia instalada em 15/05/2011.

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A UJ, reinstalada em maio de 2012, não possuiu indicadores gerenciais relacionados à gestão de recursos humanos, certamente a proposta de instituição desse indicador deverá ser sinalizada pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SEGEP/MP, que exerce a função de órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da União/SIPEC.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.^o 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

De acordo com as orientações da Portaria TCU nº 123/2011 – Conteúdos do Relatório de Gestão, e em razão de sua extensão, as informações do Quadro 6.1.1 seja aposto no capítulo de anexos, fazendo-se as devidas referências no corpo do relatório de gestão – Anexo 1

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE					
CNPJ:	13.802.028/0001-94					
UG/GESTÃO:	533018/53207					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	128	-	-	34.366.373,54	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	-	-	350.000,00	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	129			34.716.373,54		

Fonte: SICONV/SIAFI

Observação: Não houve movimentação no exercício de 2010 para a UJ devido a mesma ter sido instalada em 04 de maio de 2011 por força do Decreto nº 7.471/2011

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTES

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE		Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	582	365.090.921,11	38.646.489,87	242.927.313,73	10,59
Contrato de Repasse	-				
Termo de Cooperação	1	1.149.580,00	350.000,00	799.580,00	30,46
Termo de Compromisso	-				
Totais	583	366.240.501,11	38.996.489,87	243.726.893,73	9,39

Fonte:SIAFI/SICONV

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.	Valo res em R\$ 1,00
--	----------------------------------

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste					
CNPJ: 13.802.028/0001-94		UG/GESTÃO: 533018 / 53207			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos			
		(Quantidade e Montante Repassado)			
2011	Contas prestadas	Quantidade	11		
		Montante Repassado	R\$ 5.957.387,10		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	42		
		Montante Repassado	R\$ 12.622.603,69		
2010	Contas prestadas	Quantidade	66		
		Montante Repassado	R\$ 19.992.521,98		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	42		
		Montante Repassado	R\$ 11.413.320,00		
2009	Contas prestadas	Quantidade	19		
		Montante Repassado	5.738.442,61		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	R\$ 830.000,00		
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	100.000,00		
Fonte: DA/SUDECO					

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste				
CNPJ: 13.802.028/0001-94		UG/GESTÃO: 533018 / 53207		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos
				Convênios Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			11
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	0
			Contas Não analisadas	1
	Montante repassado (R\$)			100.000,00
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	7
			Quantidade Reprovada	-
			Quantidade de TCE	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	3
			Montante repassado (R\$)	5.857.387,00

2010	Quantidade de contas prestadas	66	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	8
		Quantidade Reprovada	-
		Quantidade de TCE	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	58
		Montante repassado (R\$)	13.545.774,17
2009	Quantidade de contas prestadas	19	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	5
		Quantidade Reprovada	-
		Quantidade de TCE	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	14
		Montante repassado	3.459.724,33
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	7
		Montante repassado	2.179.626,63
Fonte: Quadro a ser preenchido pela Isabel e pelo Bruno com o apoio da CGCONV.			

6.3 Análise Crítica

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste vem se estruturando para se analisar todas as prestações de contas, parcial e final, apresentadas pelos convenentes no tempo previsto na norma.

Atualmente vem contando com apoio do Coordenação-Geral de Convênios do Ministério da Integração Nacional.

Em relação às transferências voluntárias que se encontram na situação de inadimplência efetiva, o Ministério da Integração Nacional, por meio da Coordenação-Geral de Convênios, tem adotado os seguintes procedimentos:

1) Quando da omissão ou atraso na entrega da prestação de contas (motivos de inadimplência do SIAFI 201 ou 218), após o término do prazo para a entrega da prestação de contas, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste efetua o registro de inadimplência efetiva.

2) O registro é efetuado, notifica-se a convenente do procedimento e se concede um prazo de trinta dias, a contar do recebimento do ofício, para apresentação da prestação de contas atrasada ou restituição dos valores repassados sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial.

3) Quando da aprovação da consecução do objeto pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, mas com presença de impropriedades detectadas na execução financeira dos recursos repassados, que configure ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiros, bens ou valores públicos, ou de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano à administração pública federal, a transferência voluntária é registrada como inadimplente no SIAFI e SICONV, concedendo ao Convenente o prazo de trinta dias para a regularização da situação sob pena de Instauração de TCE.

4) Quando da aparente regularidade na execução financeira diante da aplicação dos recursos repassados pela União, porém com a presença de irregularidades técnicas para comprovação do alcance dos objetos conveniados, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste registra a inadimplência efetiva. Caso as impropriedades persistam, apesar da notificação, os autos são encaminhados para instauração de Tomada de Contas Especial; e

5) Quando da não aprovação da prestação de contas, tanto no âmbito técnico finalístico como nos aspectos financeiros, caso a convenente não tome as providências cabíveis com vistas ao resarcimento do erário ou a regularização das pendências que impedem a aprovação das contas, no prazo de trinta dias, a contar da ciência pela instituição, os autos são encaminhados para instauração de TCE.

Salienta-se que todos os procedimentos observam o determinado no §3º, do Artigo 1º, da IN TCU nº 56, de 5 dezembro de 2007, pois a inscrição da transferência voluntária no Cadastro de Inadimplentes do SIAFI é procedido somente após a concessão de prazo de trinta dias para regularização das irregularidades constatadas na oportunidade de análise da prestação de contas. Além disso, no momento que a convenente apresenta documentação complementar frente às impropriedades apontadas pelo Ministério do Turismo, o registro de inadimplente só será excluído após esgotados os motivos que ensejaram a inadimplência. Dessa forma, o saldo contábil da transferência voluntária retorna para a Conta de Ativo —A Aprovar.

Não obstante os procedimentos supra descritos, importante consignar que todos os instrumentos de convênio celebrados estão sendo acompanhados por técnicos especializados quanto a execução do objeto pactuado e em conformidade com a legislação vigente. Acompanhamentos, *in loco*, acerca da

evolução das obras com a verificação da metas, etapas/fases conforme o plano de trabalho aprovado são realizadas em momentos que antecedem a liberação de parcelas.

Ademais, não se pode deixar de observar que uma das grandes dificuldades da administração pública, principalmente na área federal, é a disponibilidade de pessoal suficiente para atender a todas as demandas que sempre se superam a cada exercício. Isso tem levado muitos órgãos federais a não responder, como disposto na lei, com eficiência e eficácia, das obrigações e deveres como centro de suas responsabilidades.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.**7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV**

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, Marcelo Contreiras de Almeida Dourado, CPF n.º 150.923.641-49, Diretor-Superintendente em exercício na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011, por esta Unidade, estão em processo de atualização, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, para atender o estabelecido no art. 19 da Lei n.º 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 30 de julho de 2012.



Marcelo Contreiras de Almeida Dourado

CPF n.º 150.923.641-49

Diretor-Superintendente

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20	2	18
	Entregaram a DBR	20	2	18
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Diretoria de Administração/SUDECO

8.2 Análise Crítica

De acordo com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Integração Nacional, todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada fizeram opção de autorização de acesso ou entregam via papel, onde a citada Coordenação-Geral arquiva nas pastas funcionais dos servidores em envelope lacrado. Portanto os 20 servidores da UJ cumpriram com a obrigação da Declaração de Bens e Renda – DBR.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

A informação está estruturada conforme o Quadro A.9.1 abaixo, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O tópico sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis traz questões que o gestor terá de avaliar segundo sua concordância ou não com as afirmações apresentadas no Quadro A.10.1 abaixo.

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	x				
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	x				
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	x				
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	x				
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	x				
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e	x				

qualidade de tais bens/produtos.				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	x			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x			
Considerações Gerais: A SUDECO é uma Autarquia recém criada pelo Decreto nº 7.471/2011, e não teve execução orçamentária própria no exercício de 2011. Nos termos do artigo 7º do citado decreto, o Ministério da Integração prestou apoio técnico, administrativo e financeiro à SUDECO.				
LEGENDA Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decide sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	01				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					

12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	X				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				

Considerações Gerais:

A SUDECO é uma Autarquia recém criada pelo Decreto nº 7.471/2011. Todo o apoio em TI é dado pelo Ministério da Integração Nacional. Nesse sentido, a gestão de tecnologia da informação está sendo discutida.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberação do TCU atendida no exercício.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberação do TCU pendentes de atendida no exercício.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve recomendação do OCI atendidas no exercício.

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve recomendação do OCI pendentes de atendimento ao final no exercício.

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Não houve recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício.

**16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna
pendentes de atendimento**

Não houve recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna pendentes de no exercício.

16.3 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento

Considerações Auditoria Interna

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, instituída na forma do art. 43 da Constituição Federal, pela Lei Complementar nº 129, de 08/01/2009, com suas competências definidas no Decreto nº 7471, de 4 de maio de 2011, apresenta o seu Relatório de Gestão/2011.

Consoante orientações do Tribunal de Contas da União este foi elaborado em 3 capítulos, a saber:

- Capítulo I – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
- capítulo II- Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SCO
- capítulo III- Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO

01) A presente reflexão sobre a gestão – exercício de 2011, foca o capítulo I, uma vez que a gestão da SCO (capítulo II) teve pouco significado no exercício, por ter sido sucedida pela SUDECO no início de maio e o capítulo III refere-se ao FCO, cujo tratamento compete à auditoria interna do Banco do Brasil.

02) Pela leitura do Relatório de Gestão-2011, o leitor poderá ser levado à precipitada conclusão de que a gestão da SUDECO poderia ter sido mais efetiva. Necessário é que as dificuldades enfrentadas pela autarquia sejam sopesadas na análise a ser feita.

03) Essas dificuldades tiveram origem no seu nascimento e devem ser consideradas, uma vez que por açoitamento na decisão, a criação da autarquia não foi precedida de maior planejamento. Tal afirmativa se baseia na constatação de que os entraves à consecução plena de seus objetivos institucionais residem, sobretudo, na carência de estrutura de pessoal, de equipamentos e de instalações.

04) Para se ter a dimensão dos problemas que advieram da criação da autarquia, basta pontuar que esta foi dotada de estrutura organizacional e de cargos em comissão em quantidade e em valoração menor que a existente na SCO e com atribuições bem maiores do que as exercidas pela extinta secretaria .

05) A administração da SUDECO tem realizado gestões junto Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG para obter autorização para a realização de concursos com vistas ao fortalecimento de seu quadro permanente ou para a abertura de concurso para contratação temporária, pleitos que contam com o apoio de vários parlamentares que conhecem e estão sensíveis com a situação da autarquia.

06) Gestões, para minorar a situação, também têm sido feitas junto ao Ministério da Integração Nacional – MI que, por carecer de condições, não vem prestando o apoio técnico, administrativo e financeiro, que deveria ser dado até a completa instalação da autarquia, conforme determina o art. 7º do Decreto 7.471/2011.

07) Com vista a cumprir suas atribuições, o corpo diretivo e técnico da SUDECO tem envidado esforços para se instrumentalizar adequadamente e, com êxitos, elaborou o seu Regimento Interno e estabeleceu critérios de elegibilidade para a celebração de convênios.

08) Com o Regimento Interno as competências ficaram mais bem definidas, o que permitirá clareza na atribuição das atividades pelo corpo técnico de suas diversas diretorias e, por conseguinte, os processos de trabalho poderão ser estabelecidos e monitorados com mais efetividade.

Os critérios de elegibilidade irão conferir maior segurança e seletividade na escolha dos municípios interessados em receber recursos da União.

09) Com foco em suas atividades finalísticas a SUDECO vem atuando de forma proativa na busca de ações que possam levar à consecução de seus objetivos e como exemplo de atuação exitosa pode ser citado o Projeto Mulheres na Construção, ao qual se seguirão outros projetos que visam à inserção da mulher em outros segmentos econômicos.

10) Há ainda outras ideias de promissoras perspectivas, como a introdução de políticas que visam o fomento à estrutura produtiva do Centro-Oeste, iniciativas que se implementadas objetivarão o cumprimento mais nobre dos objetivos institucionais da autarquia, uma vez que extrapolam a utilização de convênios como forma de descentralização de recursos, sobretudo as oriundas de emendas parlamentares.

11) Outra medida de grande utilidade será a adoção do contrato de repasses para a descentralização voluntária de recursos, cujos entendimentos com a Caixa Econômica Federal se encontram em fase adiantada.

12) Para superar as dificuldades encontradas, a administração tomou providências de cunho operacional, outras ainda se encontram em fase de implementação, bem como realizou gestões para a solução dos problemas estruturais citados no parágrafo 03.

13) Providência importante foi a criação de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL e a capacitação de seus membros, possibilitando que a SUDECO realize os seus próprios certames, não precisando recorrer à adesão de atas, que vinham sendo utilizadas numa constância que poderia ser interpretada como regra, quando esse procedimento se trata de exceção.

14) No entanto, em que pesem as medidas adotadas, ao priorizar a sua área finalística, a gestão acabou por se descurar de sua área meio, quando deixou de criar controles administrativos que são essenciais à sua segurança, bem como para a minimização das dificuldades estruturais.

15) Urge que a administração se atente para a introdução de controles primários, com vistas ao fortalecimento e segurança da gestão, dentre os quais podem ser citados:

a) formalização de rotinas procedimentais;

b) manualização dessas rotinas;

c) otimização da força de trabalho existente, pela:

- realocação dos servidores e funcionários de acordo com a demanda,

- ponto eletrônico ou controle mais efetivo,

- normativos internos que assegurem a governança,

- formalização dos processos de trabalho,

- fluxo que identifique o responsável e controle a efetiva realização,

- substitutos designados na ausência regulamentar dos titulares,

d) segurança documental

- guarda dos processos em finais dos expedientes;

- utilização do SIGED na tramitação de processos e documentos,

e) arrolamento dos bens e emissão dos termos de responsabilidade.

CONCLUSÃO

16) O relatório retrata os atos praticados no exercício de 2011, explicita a execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como os resultados alcançados e as dificuldades que se constituíram em entraves à consecução plena dos objetivos.

17) Encontra-se formalizado de acordo com as orientações dos órgãos de controle interno e externo, com seus quadros e anexos de pertinência desta autarquia, devidamente preenchidos.

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

**QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E
PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	533018

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, antiga Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SCO, EXCETO no tocante a restrições contábeis relativas à prestação de contas de convênios de anos anteriores, conforme abaixo:

- a) Restrição 169: Convênios **a comprovar** com vigência expirada;
- b) Restrição 170: Convênios **a aprovar** com vigência expirada; e
- c) Restrição 172: Convênios **a liberar** com vigência expirada.

Declaro, também, que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi condizem com os recebidos, por transferência NSSALDO/Siafi, da UG 530014, Gestão 00001, referente à SCO, quando da sua extinção, após a criação da Sudeco - UG 533018 no exercício de 2011.

Os saldos herdados da antiga SCO condizem com os recebidos por esta Superintendência no tocante a convênios, incluídos os do exercício 2011 e de restos a pagar de anos anteriores. No entanto, a transferência contábil de patrimônio, conforme doação na Lei de criação desta Superintendência, não foi realizada.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília/DF	Data	04/07/2012
Contador Responsável	MARCELO FERREIRA GUERRA <i>[Assinatura]</i>	CRC nº	14972

22. PARTE C, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

22.1 Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento

QUADRO C.5.1 - OPERAÇÕES CONTRATADAS COM RISCOS COMPARTILHADO E INTEGRAL DO FUNDO
E DO BANCO OPERADOR

Operações com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador (quantidades)			
Situação	2011	2010	2009
Sem atraso (A)	473	758	1.026
Com atraso (B)	13	4	19
(B*100) / (A+B)	2,67	0,52	1,82
Operações com risco integral do fundo (quantidades)			
Situação	2011	2010	2009
Sem atraso (A)	45.784	47.673	51.811
Com atraso (B)	11.641	10.659	7.266
(B*100) / (A+B)	20,27	18,27	12,30
Operações com risco integral do banco operador (quantidades)			
Situação	2011	2010	2009
Sem atraso (A)	190.067	172.298	156.933
Com atraso (B)	2.478	3.160	920
(B*100) / (A+B)	1,29	1,80	0,58

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB - Posição: 31.12.2011 -

QUADRO C.5.2 - CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

R\$ 1,00

Natureza da Operação	Tamanho do atraso	
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias
Com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador	1.228.390,39	33.439,58
Com risco integral do fundo	32.434.543,88	584.158.820,56
Com risco integral do banco operador	47.297.158,99	13.668.617,93
Total	80.960.093,26	597.860.878,07

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB - Posição: 31.12.2011

QUADRO C.5.3 - PREJUÍZOS CONTABILIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2011

R\$ 1,00

Natureza da Operação	Prejuízos contabilizados
Assumidos em razão do risco compartilhado:	3.559.607,25
▪ Contabilizados pelo fundo	1.779.803,63
▪ Contabilizados pelo banco operador	1.779.803,63
Assumidos pelo fundo em razão de risco integral	3.183.408,14
Assumidos pelo banco operador em razão de risco integral	218.139.063,08
Total	224.882.078,47

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB - Posição: 31.12.2011

QUADRO C.5.4 - RESSARCIMENTOS EFETUADOS PELO BANCO OPERADOR AO FUNDO NO EXERCÍCIO
DE 2011, DECORRENTES DE PERDAS EM OPERAÇÕES COM RISCO COMPARTILHADO.

R\$ 1,00

Mês de referência	Principal + Encargos das operações vencidas e não pagas	Valor resarcido pelo banco operador	Correção de valores por atraso de ressarcimento
Janeiro	113.909,02	56.954,51	0,00
Fevereiro	61.246,02	30.623,01	0,00
Março	221.007,32	110.503,66	0,00
Abril	0,00	0,00	0,00
Maio	303.153,88	151.576,94	0,00
Junho	232.232,41	116.116,21	0,00
Julho	0,00	0,00	0,00
Agosto	292.106,77	146.053,39	0,00
Setembro	31.604,48	15.802,24	0,00
Outubro	0,00	0,00	0,00
Novembro	264.525,98	132.262,99	0,00
Dezembro	2.039.821,37	1.019.910,69	0,00
Total	3.559.607,25	1.779.803,63	0,00

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB - Posição: 31.12.2011

QUADRO C.5.5 - AÇÕES DE COBRANÇAS JUDICIAIS AJUIZADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

R\$ 1,00

MÊS	Risco Compartilhado		Risco integral do fundo		Risco Integral do banco operador	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Janeiro	6	4.280.929,01	3	1.330.051,88	26	25.152.635,21
Fevereiro	0	-	0	-	34	15.165.374,47
Março	0	-	0	-	21	6.479.551,65
Abril	0	-	0	-	25	6.739.047,87
Maio	0	-	0	-	39	20.515.598,51
Junho	0	-	0	-	24	5.775.534,66
Julho	18	7.827.707,07	3	836.883,13	10	6.366.826,45
Agosto	0	-	0	-	90	13.222.295,29
Setembro	0	-	0	-	67	12.274.151,56
Outubro	39	7.685.583,47	3	1.586.913,73	23	3.418.011,96
Novembro	0	-	0	-	46	10.783.035,16
Dezembro	2	583.574,60	30	2.538.738,68	116	14.433.991,62
Total	65	20.377.794,15	39	6.292.587,42	521	140.326.054,41

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB - Posição: 31.12.2011

ANEXO 1

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	Sit.	
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício		Início	Fim
1	600775	15412257000128	19.050.192,88	1.905.019,28	5.145.173,60	8.145.173,60	28/12/2007	05/08/2012	1
1	627661	15072663000199	2.097.789,49	61.860,00	600.000,00	2.000.000,00	04/07/2008	15/07/2012	1
1	629491	04213687000102	1.050.000,00	50.000,00		400.000,00	04/07/2008	24/07/2011	1
1	652249	24855058000185	315.000,00	15.000,00	25.736,68	300.000,00	07/01/2009	23/05/2011	1
1	652251	00005959000110	208.805,79	8.805,79	100.000,00	200.000,00	12/01/2009	27/07/2012	1
1	652256	01067164000107	217.493,48	17.493,48		100.000,00	08/01/2009	13/05/2012	1
1	652381	02382836000123	315.619,79	15.619,79		200.000,00	12/01/2009	29/11/2011	1
1	652826	03162047000140	1.063.070,60	63.070,60	500.000,00	1.000.000,00	09/01/2009	28/04/2012	1
1	653379	01118850000151	233.521,65	7.005,65		226.516,00	13/01/2009	20/07/2011	1

1	700302	3238672000128	R\$ 1.031.000,00	R\$31.000,00	R\$ 666.666,67	R\$ 666.666,67	23/12/2008	04/06/2012	1
1	700795	2056778000148	R\$ 448.515,06	R\$48.515,06		R\$ 250.000,00	06/01/2009	12/09/2012	1
1	700798	1616319000109	R\$ 444.626,00	R\$44.626,00		R\$ 200.001,00	30/12/2008	13/12/2012	1
1	700821	4205596000117	R\$ 220.000,00	R\$20.000,00		R\$ 100.000,00	12/01/2009	08/11/2012	1
1	700827	2394757000132	R\$ 367.710,00	R\$17.710,00		R\$ 175.000,00	06/01/2009	11/07/2012	1
1	700915	1321850000154	R\$ 206.200,00	R\$ 6.200,00		R\$ 100.000,00	12/01/2009	14/09/2012	1
1	701002	3155926000144	R\$ 3.881.840,46	R\$ 194.092,03		R\$ 2.906.688,53	07/01/2009	12/09/2011	1
1	701012	1291707000167	R\$ 1.785.000,00	R\$ 85.000,00		R\$ 500.000,00	13/01/2009	25/01/2013	1
1	701068	1801612000146	R\$ 409.500,00	R\$ 19.500,00		R\$ 200.000,00	07/01/2009	21/08/2012	1
1	701205	1367853000129	R\$ 257.731,91	R\$7.731,96		R\$ 125.000,00	06/01/2009	17/06/2012	1
1	701220	15410665000140	R\$ 236.247,52	R\$ 36.247,52		R\$ 100.000,00	07/01/2009	06/08/2012	1
1	701223	3342920000186	R\$ 420.949,79	R\$ 20.949,79		R\$ 400.000,00	12/01/2009	25/05/2012	1
1	701258	3342938000188	R\$ 233.387,90	R\$ 33.387,90		R\$ 100.000,00	07/01/2009	15/07/2012	1
1	701307	1126143000107	R\$ 222.406,80	R\$ 22.406,80		R\$ 100.000,00	12/01/2009	23/08/2012	1
1	701456	37465176000129	R\$ 257.731,96	R\$7.731,96		R\$ 125.000,00	09/01/2009	19/09/2012	1
1	701460	394601000126	R\$ 6.911.674,18	R\$ 911.674,18		R\$ 3.000.000,00	31/12/2008	01/08/2012	1
1	701722	37623485000180	R\$ 208.762,88	R\$8.762,88	R\$200.000,00	R\$ 200.000,00	12/01/2009	26/07/2012	1
1	701776	3507415000144	R\$ 300.000,00	R\$65.000,00			12/01/2009	12/01/2013	1
1	701777	1123678000124	R\$ 206.185,63	R\$ 6.185,63		R\$ 160.000,00	12/01/2009	02/03/2013	1

1	701784	1492098000104	R\$ 266.853,02	R\$ 16.853,02		R\$ 125.000,00	09/01/2009	25/08/2012	1
1	701787	1492098000104	R\$ 206.186,00	R\$ 6.186,00		R\$ 100.000,00	07/01/2009	12/06/2012	1
1	701905	24651234000167	R\$ 1.231.973,43	R\$ 231.973,43		R\$ 400.000,00	06/01/2009	06/10/2012	1
1	701907	15389588000194	R\$ 422.255,20	R\$ 21.111,20		R\$ 401.144,00	09/01/2009	08/08/2012	1
1	702526	1134808000124	R\$ 309.278,35	R\$ 9.278,35		R\$ 150.000,00	09/01/2009	06/06/2012	1
1	702081	15412257000128	R\$ 10.027.170,66	R\$ 2.177.170,66	R\$ 3.444.760,26	R\$ 3.444.760,26	09/01/2009	17/12/2012	1
1	702104	3533064000146	R\$ 2.253.178,92	R\$ 203.178,92		R\$ 511.222,57	13/01/2009	27/11/2012	1
1	702222	3507415000144	R\$ 2.222.223,02	R\$ 222.223,02		R\$ 1.019.727,39	09/01/2009	06/07/2012	1
1	702272	3903176000141	R\$ 192.349,71	R\$ 5.770,50		R\$ 93.289,61	31/12/2008	30/06/2012	1
1	702715	3330461000110	R\$ 331.753,61	R\$ 131.753,61		R\$ 100.000,00	16/01/2009	12/09/2012	1
1	702831	3155926000144	R\$ 2.009.632,68	R\$ 100.481,63		R\$ 640.000,00	31/12/2008	23/11/2012	1
1	702832	3330461000110	R\$ 2.115.204,79	R\$ 116.661,31		R\$ 1.000.000,00	16/01/2009	16/09/2012	1
1	702840	3107539000132	R\$ 516.000,00	R\$ 16.000,00		R\$ 250.000,00	14/01/2009	16/09/2012	1
1	702844	3330453000174	R\$ 1.069.785,12	R\$ 69.785,12		R\$ 205.616,81	13/01/2009	30/07/2012	1
1	702895	3107539000132	R\$ 620.000,00	R\$ 20.000,00		R\$ 300.000,00	14/01/2009	15/06/2012	1
1	704467	3568433000136	R\$ 480.988,80	R\$ 80.988,80			17/12/2009	14/12/2012	1
1	704476	3568433000136	R\$ 984.317,05	R\$ 34.317,05	R\$ 475.000,00	R\$ 475.000,00	14/12/2009	11/12/2012	1
1	704513	1298975000100	R\$ 412.325,67	R\$ 12.325,67			23/12/2009	12/12/2011	1

1	704514	1298975000100	R\$ 408.800,00	R\$ 8.800,00			23/12/2009	20/12/2012	1
1	704576	97857000171	R\$ 260.417,00	R\$ 10.417,00			08/01/2010	25/06/2012	1
1	704599	3568433000136	R\$ 516.000,00	R\$ 16.000,00			29/12/2009	26/12/2012	1
1	705489	1978212000100	R\$ 648.000,00	R\$ 48.000,00			31/12/2009	28/12/2012	1
1	705966	97857000171	R\$ 286.694,28	R\$ 86.694,28			06/01/2010	05/01/2012	1
1	705970	36862621000121	R\$ 106.285,09	R\$ 6.285,09			22/12/2009	19/12/2012	1
1	705971	1138122000101	R\$ 256.000,00	R\$ 6.000,00			02/12/2009	29/03/2013	1
1	705995	36862621000121	R\$ 260.500,00	R\$ 10.500,00			23/12/2009	22/12/2011	1
1	706000	1169416000109	R\$ 208.550,62	R\$ 8.550,62		R\$ 100.000,00	01/12/2009	27/09/2011	1
1	706003	1138122000101	R\$ 126.172,00	R\$ 26.172,00			23/12/2009	20/12/2012	1
1	706007	1616319000109	R\$ 262.000,00	R\$ 12.000,00			08/01/2010	07/01/2012	1
1	706012	1629276000104	R\$ 211.288,79	R\$ 11.288,79			07/01/2010	06/01/2012	1
1	706015	15023971000124	R\$ 155.000,00	R\$ 5.000,00			06/01/2010	23/06/2012	1
1	706019	15943434000100	R\$ 103.103,87	R\$ 3.103,87		R\$ 100.000,00	17/12/2009	03/06/2012	1
1	706023	1298330000178	R\$ 103.092,78	R\$ 3.092,78			31/12/2009	05/06/2012	1
1	706024	3501574000131	R\$ 220.091,52	R\$ 20.091,52			06/01/2010	05/12/2012	1
1	706026	3510211000162	R\$ 309.393,86	R\$ 9.393,86		R\$ 150.000,00	31/12/2009	25/06/2012	1
1	706027	3889011000162	R\$ 263.157,89	R\$ 13.157,89			31/12/2009	25/06/2012	1
1	706028	1740430000102	R\$ 273.547,81	R\$ 23.547,81	R\$ 125.000,00	R\$ 125.000,00	22/12/2009	19/12/2012	1

1	706029	1989813000119	R\$ 223.631,16	R\$ 23.631,16			31/12/2009	25/06/2012	1
1	706032	3442597000112	R\$ 324.334,19	R\$ 24.334,19		R\$ 150.000,00	07/01/2010	07/10/2012	1
1	706047	3681582000107	R\$ 258.189,89	R\$ 14.439,89			22/12/2009	21/12/2011	1
1	706050	3330461000110	R\$ 550.000,00	R\$ 50.000,00			09/12/2009	03/06/2012	1
1	706053	3217916000196	R\$ 1.030.049,77	R\$ 30.049,77			18/01/2010	05/01/2013	1
1	706054	3239076000162	R\$ 1.392.417,57	R\$ 142.417,57	R\$ 833.335,00	R\$ 833.335,00	31/12/2009	25/09/2012	1
1	706164	3217916000196	R\$ 1.020.500,00	R\$ 20.500,00			18/01/2010	07/01/2012	1
1	706165	3741683000126	R\$ 258.226,50	R\$ 8.226,50			10/12/2009	11/06/2011	1
1	706167	3501533000145	R\$ 103.200,00	R\$ 3.200,00			22/12/2009	17/04/2012	1
1	706168	1367853000129	R\$ 134.232,85	R\$ 34.232,85			06/01/2010	26/12/2011	1
1	706296	3343118000100	R\$ 102.100,00	R\$ 2.100,00			10/12/2009	08/06/2012	1
1	706324	1165729000180	R\$ 3.157.894,75	R\$ 157.894,75		R\$ 2.250.000,00	01/12/2009	19/01/2012	1
1	706353	1118850000151	R\$ 210.000,00	R\$ 10.000,00			06/01/2010	04/01/2013	1
1	706355	33683822000173	R\$ 122.000,00	R\$ 2.440,00			17/12/2009	09/06/2012	1
1	706369	1067941000105	R\$ 307.000,00	R\$ 7.000,00			23/12/2009	22/12/2011	1
1	706401	36862621000121	R\$ 333.553,26	R\$ 33.553,26			23/12/2009	22/12/2011	1
1	706520	3501582000188	R\$ 176.080,34	R\$ 26.080,34			14/12/2009	11/06/2012	1
1	706524	3184066000177	R\$ 260.000,00	R\$ 10.000,00			29/12/2009	26/12/2012	1
1	706528	3452299000103	R\$ 260.000,00	R\$ 10.000,00			17/12/2009	14/12/2012	1

1	706530	3501517000152	R\$ 161.641,98	R\$ 11.641,98			22/12/2009	24/06/2012	1
1	706556	2451938000153	R\$ 408.800,00	R\$ 8.800,00			30/12/2009	29/12/2011	1
1	706557	15465016000147	R\$ 154.500,00	R\$ 4.500,00			22/12/2009	20/06/2012	1
1	706579	3173317000118	R\$ 510.918,81	R\$ 10.918,81			10/12/2009	22/05/2013	1
1	706622	3156999000150	R\$ 266.421,87	R\$ 16.421,87			10/12/2009	11/06/2011	1
1	706636	3155942000137	R\$ 260.000,00	R\$ 10.000,00			24/12/2009	22/06/2012	1
1	706792	3330453000174	R\$ 1.039.030,05	R\$139.030,05			22/12/2009	12/06/2012	1
1	707036	3568433000136	R\$ 227.731,00	R\$ 77.731,00		R\$ 150.000,00	03/12/2009	30/11/2012	1
1	707166	1067206000100	R\$ 102.092,78	R\$ 2.092,78	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	15/01/2010	12/01/2013	1
1	709277	1738780000134	R\$ 328.866,01	R\$ 28.866,01			04/01/2010	03/01/2012	1
1	709304	2316537000190	R\$ 1.537.484,89	R\$ 37.484,89			08/01/2010	07/01/2012	1
1	710473	1291707000167	R\$ 410.000,00	R\$ 10.000,00			08/01/2010	07/01/2012	1
1	710491	1613940000119	R\$ 408.908,86	R\$ 8.908,86			23/12/2009	22/12/2011	1
1	710512	1157536000188	R\$ 415.000,00	R\$ 15.000,00			31/12/2009	30/12/2011	1
1	710524	1135227000107	R\$ 204.600,00	R\$ 4.600,00			24/12/2009	23/12/2011	1
1	711018	3503612000195	R\$ 387.756,00	R\$ 7.756,00			07/01/2010	24/04/2012	1
1	711385	1068055000104	R\$ 308.000,00	R\$ 8.000,00			08/01/2010	07/01/2012	1
1	713966	1763622000134	R\$ 103.100,00	R\$ 3.100,00			07/01/2010	04/01/2013	1
1	713970	37623485000180	R\$ 103.000,00	R\$ 3.000,00			31/12/2009	30/12/2011	1

1	713971	1179647000195	R\$ 219.045,46	R\$ 19.045,46			11/01/2010	10/01/2012	1
1	713974	25141292000103	R\$ 408.311,99	R\$ 8.311,99			06/01/2010	12/06/2012	1
1	714908	4215178000100	R\$ 156.826,60	R\$ 6.826,60			12/01/2010	09/01/2013	1
1	714911	1223916000173	R\$ 618.000,00	R\$ 18.000,00			07/01/2010	04/01/2013	1
1	715265	3452315000168	R\$ 515.228,03	R\$ 15.228,03	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	07/01/2010	24/06/2012	1
1	715270	3575875000100	R\$ 277.772,31	R\$ 27.772,31			20/01/2010	09/01/2012	1
1	715295	3173317000118	R\$ 360.000,00	R\$ 10.000,00			31/12/2009	20/12/2011	1
1	715316	37226651000104	R\$ 330.653,84	R\$ 30.653,84			24/12/2009	23/12/2011	1
1	715318	5959000110	R\$ 206.186,00	R\$ 6.186,00		R\$ 200.000,00	05/01/2010	03/01/2013	1
1	715319	2394765000189	R\$ 140.000,00	R\$ 10.000,00			04/01/2010	02/01/2013	1
1	715321	15389588000194	R\$ 427.376,92	R\$ 27.376,92			07/01/2010	24/06/2012	1
1	715323	3442597000112	R\$ 459.183,67	R\$ 9.183,67			07/01/2010	02/01/2012	1
1	715328	2186757000147	R\$ 155.000,00	R\$ 5.000,00			15/01/2010	14/01/2012	1
1	715331	2468437000180	R\$ 155.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	04/01/2010	02/01/2013	1
1	715343	18125146000129	R\$ 103.000,00	R\$ 3.000,00			12/01/2010	11/01/2012	1
1	715345	24616187000110	R\$ 311.634,20	R\$ 11.634,20			29/12/2009	31/10/2011	1
1	715360	3434792000109	R\$ 439.999,06	R\$ 39.999,06			31/12/2009	20/12/2011	1
1	715370	15479751000100	R\$ 212.128,98	R\$ 12.128,98			07/01/2010	26/06/2012	1
1	715382	24644502000113	R\$ 266.257,41	R\$ 16.257,41			07/01/2010	02/01/2013	1

1	715395	15389596000130	R\$ 540.603,72	R\$ 40.603,72		R\$ 200.000,00	06/01/2010	04/01/2013	1
1	715408	3501541000191	R\$ 306.128,16	R\$ 6.128,16			07/01/2010	04/01/2013	1
1	715426	3156999000150	R\$ 412.314,61	R\$ 12.314,61			24/12/2009	18/06/2012	1
1	715477	3162047000140	R\$ 260.501,90	R\$ 10.501,90			06/01/2010	05/01/2013	1
1	715729	3759271000113	R\$ 420.709,10	R\$ 20.709,10	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	29/12/2009	26/12/2012	1
1	716013	37465283000157	R\$ 224.508,05	R\$ 24.508,05	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	24/12/2009	16/04/2012	1
1	716014	1978212000100	R\$ 206.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	06/01/2010	23/06/2012	1
1	716103	3184041000173	R\$ 556.796,61	R\$ 56.796,61			24/12/2009	23/12/2011	1
1	716104	3343118000100	R\$ 307.000,00	R\$ 7.000,00			06/01/2010	05/12/2012	1
1	716105	3510211000162	R\$ 308.964,34	R\$ 8.964,34			06/01/2010	23/06/2012	1
1	716106	3568433000136	R\$ 1.081.997,00	R\$ 81.997,00			22/12/2009	19/12/2012	1
1	716107	3575727000195	R\$ 262.500,01	R\$ 12.500,01			13/01/2010	10/01/2012	1
1	716108	3501574000131	R\$ 446.804,20	R\$ 96.804,20			24/12/2009	07/11/2012	1
1	716110	37212719000104	R\$ 614.670,87	R\$ 14.670,87			29/12/2009	09/11/2012	1
1	716111	3568433000136	R\$ 790.178,00	R\$ 90.178,00			06/01/2010	04/01/2013	1
1	716112	3217916000196	R\$ 256.410,30	R\$ 6.410,30			07/01/2010	24/06/2012	1
1	716113	3452307000111	R\$ 260.793,40	R\$ 10.793,40			06/01/2010	23/06/2012	1
1	716114	3563335000106	R\$ 256.755,48	R\$ 6.755,48			29/12/2009	26/12/2012	1
1	716120	2056752000108	R\$ 156.250,00	R\$ 6.250,00			05/01/2010	02/01/2013	1

1	716121	1215474000113	R\$ 205.000,00	R\$ 5.000,00			04/01/2010	03/01/2012	1
1	716122	1373620000139	R\$ 153.061,22	R\$ 3.061,22			07/01/2010	06/01/2012	1
1	716125	3503646000180	R\$ 206.185,57	R\$ 6.185,57			31/12/2009	24/06/2012	1
1	716127	79830000156	R\$ 206.186,00	R\$ 6.186,00			08/01/2010	07/01/2012	1
1	716132	24857096000177	R\$ 153.978,00	R\$ 3.978,00			30/12/2009	29/12/2011	1
1	716135	2395812000109	R\$ 205.246,89	R\$ 5.246,89			30/12/2009	27/12/2012	1
1	716500	3501533000145	R\$ 255.180,00	R\$ 5.180,00			22/12/2009	20/06/2011	1
1	716822	1067941000105	R\$ 206.000,00	R\$ 6.000,00			30/12/2009	29/12/2011	1
1	716837	1738780000134	R\$ 1.652.009,68	R\$152.009,68			04/01/2010	03/01/2012	1
1	716859	1118850000151	R\$ 204.100,00	R\$ 4.100,00			11/01/2010	10/01/2012	1
1	717233	15023997000172	R\$ 619.460,98	R\$ 97.033,98	R\$ 211.429,04	R\$ 211.429,04	21/12/2009	23/09/2012	1
1	717236	3238862000145	R\$ 1.860.388,15	R\$ 60.388,15	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.200.000,00	18/12/2009	18/07/2012	1
1	717346	3073699000108	R\$ 129.874,75	R\$ 29.874,75			29/12/2009	23/06/2012	1
1	717362	24644296000141	R\$ 121.847,94	R\$ 21.847,94			06/01/2010	03/07/2012	1
1	717374	3505013000100	R\$ 105.000,00	R\$ 5.000,00			06/01/2010	20/11/2012	1
1	900003	3156999000150	R\$ 112.828,69	R\$ 12.828,69			24/12/2009	22/06/2012	1
1	900032	3576220000156	R\$ 104.000,00	R\$ 4.000,00			31/12/2009	25/06/2012	1
1	900065	3155926000144	R\$ 165.006,30	R\$ 15.006,30			07/01/2010	05/01/2012	1

1	900117	3155942000137	R\$ 104.918,05	R\$ 4.918,05			29/12/2009	23/06/2012	1
1	717468	3889011000162	R\$ 526.315,79	R\$ 26.315,79			07/01/2010	04/07/2012	1
1	717469	1067206000100	R\$ 175.649,32	R\$ 25.649,32		R\$ 150.000,00	12/01/2010	07/12/2011	1
1	717515	3217916000196	R\$ 715.000,00	R\$ 15.000,00			18/01/2010	05/01/2013	1
1	717521	3217924000132	R\$ 306.122,45	R\$ 6.122,45			29/12/2009	26/12/2011	1
1	717527	1614516000199	R\$ 1.547.000,00	R\$ 47.000,00			07/01/2010	24/06/2012	1
1	717530	3184066000177	R\$ 323.855,52	R\$ 23.855,52			29/12/2009	26/12/2012	1
1	717531	24772162000106	R\$ 1.713.679,65	R\$ 313.679,65			24/12/2009	03/10/2011	1
1	717532	1298975000100	R\$ 1.533.000,00	R\$ 33.000,00			31/12/2009	30/12/2011	1
1	717534	3073699000108	R\$ 545.377,42	R\$ 45.377,42			06/01/2010	23/06/2012	1
1	717535	1612756000154	R\$ 208.333,33	R\$ 8.333,33			06/01/2010	05/01/2012	1
1	717537	15465016000147	R\$ 309.000,00	R\$ 9.000,00			06/01/2010	03/07/2012	1
1	717544	3239019000183	R\$ 1.020.410,00	R\$ 20.410,00	R\$ 666.666,67	R\$ 666.666,67	07/01/2010	06/06/2012	1
1	717545	24858102000100	R\$ 104.000,00	R\$ 4.000,00			15/01/2010	14/01/2012	1
1	717547	4216593000189	R\$ 104.000,00	R\$ 4.000,00			04/01/2010	03/01/2012	1
1	717564	3155942000137	R\$ 550.000,00	R\$ 50.000,00			08/01/2010	03/01/2013	1
1	717845	1612817000183	R\$ 306.500,00	R\$ 6.500,00			05/01/2010	04/01/2012	1
1	717846	3501566000195	R\$ 312.279,12	R\$ 12.279,12			07/01/2010	28/05/2012	1
1	717847	3575875000100	R\$ 308.000,00	R\$ 8.000,00			20/01/2010	16/01/2013	1

1	717848	3442597000112	R\$ 531.644,55	R\$ 31.644,55	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	07/01/2010	24/06/2012	1
1	717849	3783859000102	R\$ 238.522,67	R\$ 38.522,67			06/01/2010	26/12/2011	1
1	717852	3155926000144	R\$ 2.105.396,76	R\$ 105.396,76			07/01/2010	04/01/2013	1
1	717856	3741675000180	R\$ 306.200,00	R\$ 6.200,00			31/12/2009	25/06/2012	1
1	717857	3747649000169	R\$ 318.785,32	R\$ 18.785,32			06/01/2010	23/06/2012	1
1	717895	1223916000173	R\$ 482.100,00	R\$ 182.100,00			06/01/2010	05/01/2012	1
1	718062	3442597000112	R\$ 1.050.000,00	R\$ 50.000,00		R\$ 1.000.000,00	21/12/2009	29/08/2011	1
1	718063	15024003000132	R\$ 735.011,82	R\$ 35.011,82	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	31/12/2009	25/06/2012	1
1	718064	15024003000132	R\$ 913.574,71	R\$ 43.574,71	R\$ 348.000,00	R\$ 348.000,00	31/12/2009	25/06/2012	1
1	718065	15023948000130	R\$ 1.031.000,00	R\$ 31.000,00	R\$ 668.057,70	R\$ 668.057,70	07/01/2010	13/11/2012	1
1	718441	3575875000100	R\$ 338.428,74	R\$ 38.428,74			20/01/2010	18/06/2012	1
1	718456	2215747000192	R\$ 257.466,14	R\$ 7.466,14	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	08/01/2010	05/01/2013	1
1	718664	1302728000130	R\$ 153.140,00	R\$ 3.140,00			30/12/2009	29/12/2011	1
1	720160	3424272000107	R\$ 417.000,00	R\$ 17.000,00			07/01/2010	24/07/2012	1
1	720164	3452299000103	R\$ 511.000,00	R\$ 11.000,00			06/01/2010	01/01/2013	1
1	720167	3156999000150	R\$ 532.715,36	R\$ 32.715,36			06/01/2010	23/06/2012	1
1	720168	15905342000128	R\$ 428.947,22	R\$ 28.947,22			29/12/2009	26/12/2011	1
1	720169	3184066000177	R\$ 766.000,00	R\$ 16.000,00			07/01/2010	04/01/2013	1
1	720170	2321891000103	R\$ 103.500,00	R\$ 3.500,00			06/01/2010	23/06/2012	1

1	721149	3347135000116	R\$ 997.903,13	R\$197.903,13			07/01/2010	04/01/2013	1
1	721523	25041005000193	R\$ 186.294,84	R\$ 66.294,84			08/01/2010	07/01/2012	1
1	723078	1343086000118	R\$ 205.000,00	R\$ 5.000,00			08/01/2010	05/01/2013	1
1	723096	1614225000109	R\$ 220.000,00	R\$ 20.000,00			06/01/2010	03/07/2012	1
1	723141	1740430000102	R\$ 306.966,40	R\$ 6.966,40	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	11/01/2010	08/01/2013	1
1	723148	1178573000172	R\$ 307.000,00	R\$ 7.000,00			05/01/2010	04/01/2012	1
1	723292	1068030000100	R\$ 512.000,42	R\$ 12.000,42	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	31/12/2009	25/06/2012	1
1	723337	24852675000127	R\$ 309.280,00	R\$ 9.280,00			11/01/2010	10/01/2012	1
1	723384	2394757000132	R\$ 306.122,45	R\$ 6.122,45			15/01/2010	14/01/2012	1
1	723388	1067305000183	R\$ 520.480,67	R\$ 20.480,67			12/01/2010	11/01/2012	1
1	723391	25043530000148	R\$ 307.500,00	R\$ 7.500,00			15/01/2010	14/01/2012	1
1	723396	1149624000138	R\$ 370.379,00	R\$ 20.379,00			15/01/2010	14/01/2012	1
1	723935	3533064000146	R\$ 312.500,00	R\$ 12.500,00			07/01/2010	04/01/2013	1
1	723944	3533064000146	R\$ 416.666,67	R\$ 16.666,67			07/01/2010	04/01/2013	1
1	723960	1169416000109	R\$ 531.996,12	R\$ 31.996,12	R\$ 250.000,00	11/01/2010	31/10/2012	1	
1	723999	1223916000173	R\$ 103.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 100.000,00	14/01/2010	11/01/2013	1	
1	724088	3217924000132	R\$ 204.081,63	R\$ 4.081,63			06/01/2010	03/07/2012	1
1	724106	3133097000107	R\$ 522.355,53	R\$ 22.355,53			06/01/2010	30/12/2011	1
1	724126	7209225000100	R\$ 306.122,45	R\$ 6.122,45			06/01/2010	06/10/2011	1

1	724401	1616319000109	R\$ 313.000,00	R\$ 13.000,00			12/01/2010	11/01/2012	1
1	724530	1743335000162	R\$ 206.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	12/01/2010	09/01/2013	1
1	724544	1149624000138	R\$ 524.399,89	R\$ 24.399,89			06/01/2010	04/01/2013	1
1	724566	1302603000100	R\$ 244.447,67	R\$ 44.447,67			06/01/2010	05/01/2012	1
1	725578	1138122000101	R\$ 2.575.000,00	R\$ 75.000,00			11/01/2010	10/01/2012	1
1	725752	1763606000141	R\$ 205.737,60	R\$ 10.737,60			15/01/2010	12/01/2013	1
1	725759	1616319000109	R\$ 104.500,00	R\$ 4.500,00			15/01/2010	12/01/2013	1
1	728513	3507415000144	R\$ 132.000,00	R\$ 13.200,00		R\$ 118.800,00	06/01/2010	08/06/2012	1
1	728535	1169416000109	R\$ 4.000.040,97	R\$200.040,97			07/01/2010	04/01/2013	1
1	728542	3507415000144	R\$ 265.200,00	R\$ 26.520,00			06/01/2010	03/01/2013	1
1	728546	3507415000144	R\$ 217.520,00	R\$ 22.000,00			07/01/2010	06/01/2012	1
1	728554	3507415000144	R\$ 330.000,00	R\$ 33.000,00			06/01/2010	04/01/2013	1
1	728563	3107539000132	R\$ 263.157,89	R\$ 13.157,89		R\$ 250.000,00	06/01/2010	25/06/2012	1
1	728574	145789000179	R\$ 315.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	31/12/2009	12/04/2012	1
1	728759	3501491000142	R\$ 305.187,11	R\$ 12.208,00			06/01/2010	03/01/2013	1
1	728760	3155926000144	R\$ 5.261.729,44	R\$261.729,44	R\$ 1.666.666,67	R\$ 1.666.666,67	06/01/2010	03/01/2013	1
1	728763	2215747000192	R\$ 514.510,56	R\$ 14.510,56	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	12/01/2010	10/01/2013	1
1	728814	1738780000134	R\$ 1.053.365,51	R\$ 53.365,51	R\$ 333.333,33	R\$ 333.333,33	12/01/2010	02/09/2012	1

1	729800	1616319000109	R\$ 625.000,00	R\$ 25.000,00			12/01/2010	12/01/2012	1
1	729849	1169416000109	R\$ 4.220.008,72	R\$220.008,72			13/01/2010	12/01/2012	1
1	729871	1169416000109	R\$ 211.131,60	R\$ 11.131,60		R\$ 200.000,00	12/01/2010	03/07/2011	1
1	730066	3888989000100	R\$ 513.000,00	R\$ 13.000,00			06/01/2010	03/01/2013	1
1	730080	1616319000109	R\$ 1.050.000,00	R\$ 50.000,00			19/01/2010	18/01/2012	1
1	730098	1181585000156	R\$ 102.100,00	R\$ 2.100,00		R\$ 100.000,00	13/01/2010	26/03/2011	1
1	730190	97857000171	R\$ 521.000,00	R\$ 21.000,00			12/01/2010	09/01/2013	1
1	730270	3783859000102	R\$ 402.605,30	R\$ 52.605,30			06/01/2010	05/01/2012	1
1	730391	3567930000110	R\$ 663.265,40	R\$ 13.265,40			06/01/2010	07/05/2013	1
1	730416	3217916000196	R\$ 1.020.500,00	R\$ 20.500,00			06/01/2010	26/12/2011	1
1	730538	97857000171	R\$ 1.045.000,00	R\$ 45.000,00			11/01/2010	10/01/2012	1
1	730542	36862621000121	R\$ 1.543.000,00	R\$ 60.000,00			12/01/2010	09/01/2013	1
1	730545	1138122000101	R\$ 206.000,00	R\$ 6.000,00			12/01/2010	30/12/2011	1
1	730563	1168145000169	R\$ 105.000,00	R\$ 5.000,00			14/01/2010	13/01/2012	1
1	730567	145789000179	R\$ 161.004,13	R\$ 11.004,13	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	19/01/2010	18/01/2012	1
1	730574	1138122000101	R\$ 103.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	13/01/2010	18/12/2012	1
1	730577	1169416000109	R\$ 1.725.515,64	R\$ 87.515,64		R\$ 409.500,00	31/12/2009	25/10/2011	1
1	730595	3155751000175	R\$ 1.030.000,00	R\$ 30.000,00			06/01/2010	04/01/2013	1
1	730611	3403896000148	R\$ 778.630,38	R\$ 28.630,38	R\$ 375.000,00	R\$ 375.000,00	06/01/2010	04/01/2013	1

1	730616	3434792000109	R\$ 1.046.423,36	R\$ 46.423,36	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	31/12/2009	04/01/2013	1
1	731002	3347101000121	R\$ 1.928.125,00	R\$ 77.125,00			06/01/2010	22/11/2012	1
1	731484	3155926000144	R\$ 1.856.090,87	R\$ 92.804,53			06/01/2010	27/10/2011	1
1	731485	3155926000144	R\$ 3.118.654,79	R\$283.526,36			06/01/2010	03/01/2013	1
1	731489	3347101000121	R\$ 1.380.208,33	R\$ 55.208,33		R\$ 331.250,00	06/01/2010	28/06/2012	1
1	731491	3155926000144	R\$ 1.261.256,97	R\$ 63.062,85			06/01/2010	03/01/2013	1
1	731515	3155934000190	R\$ 366.000,00	R\$ 8.000,00			13/01/2010	30/06/2012	1
1	731606	15024003000132	R\$ 2.283.157,89	R\$199.547,89	R\$ 432.370,80	R\$ 432.370,80	06/01/2010	05/01/2013	1
1	731610	3501509000106	R\$ 3.106.052,22	R\$ 1.106.052,22			06/01/2010	03/01/2013	1
1	731615	18125146000129	R\$ 1.532.000,00	R\$ 32.000,00		R\$ 1.500.000,00	13/01/2010	03/09/2012	1
1	731616	3155926000144	R\$ 2.997.282,40	R\$149.864,12	R\$ 949.139,42	R\$ 949.139,42	06/01/2010	03/01/2013	1
1	731620	3155926000144	R\$ 2.502.246,48	R\$502.246,48			06/01/2010	04/01/2013	1
1	731631	1988914000175	R\$ 519.716,72	R\$ 19.716,72	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	15/01/2010	12/01/2013	1
1	731662	1157536000188	R\$ 310.000,00	R\$ 10.000,00			19/01/2010	18/01/2012	1
1	732837	18125146000129	R\$ 680.857,31	R\$ 13.857,31			16/12/2010	13/12/2012	1
1	732884	2468437000180	R\$ 410.000,00	R\$ 10.000,00		R\$ 400.000,00	10/12/2010	07/12/2012	1
1	732885	25053430000100	R\$ 290.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00	01/07/2010	20/06/2012	1
1	732976	1614538000159	R\$ 1.030.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	23/12/2010	17/12/2011	1
1	733048	1738780000134	R\$ 104.200,00	R\$ 4.200,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	02/07/2010	20/06/2012	1

1	733094	2164804000151	R\$ 102.040,82	R\$ 2.040,82			27/12/2010	24/12/2012	1
1	733095	1164946000156	R\$ 135.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	02/07/2010	20/06/2012	1
1	733096	2321115000103	R\$ 154.600,00	R\$ 4.600,00			23/12/2010	20/12/2012	1
1	733097	1740422000166	R\$ 105.000,00	R\$ 5.000,00			01/06/2010	31/05/2011	1
1	733098	1157536000188	R\$ 330.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	03/12/2010	25/05/2012	1
1	733100	3889011000162	R\$ 515.463,91	R\$ 15.463,91			29/12/2010	28/12/2011	1
1	733101	24616187000110	R\$ 408.500,00	R\$ 8.500,00			02/12/2010	29/11/2012	1
1	733193	1763606000141	R\$ 510.241,09	R\$ 10.241,09			24/12/2010	21/12/2012	1
1	733230	24859316000100	R\$ 103.000,00	R\$ 3.000,00			21/12/2010	18/12/2012	1
1	733235	1067271000127	R\$ 205.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	10/12/2010	04/12/2011	1
1	733253	1613940000119	R\$ 153.066,00	R\$ 3.066,00			22/12/2010	21/12/2011	1
1	733267	1149624000138	R\$ 548.206,72	R\$ 48.206,72			26/11/2010	25/11/2011	1
1	733276	1170331000132	R\$ 1.025.000,00	R\$ 25.000,00			31/12/2010	30/12/2011	1
1	733295	15412257000128	R\$ 1.151.627,63	R\$151.627,63			20/01/2011	19/01/2012	1
1	733296	3403896000148	R\$ 433.522,99	R\$ 33.522,99			29/12/2010	28/12/2011	1
1	733297	15389588000194	R\$ 416.000,00	R\$ 16.000,00			17/12/2010	14/12/2012	1
1	733298	3184058000120	R\$ 1.151.828,77	R\$151.828,77			22/12/2010	19/12/2012	1
1	733299	25108291000167	R\$ 225.500,00	R\$ 5.500,00		R\$ 220.000,00	03/12/2010	31/05/2011	1
1	733300	3343118000100	R\$ 1.074.921,00	R\$ 74.921,00			19/01/2011	16/07/2012	1

1	733301	2468437000180	R\$ 155.000,00	R\$ 5.000,00		R\$ 150.000,00	10/12/2010	07/12/2012	1
1	733302	3184041000173	R\$ 1.120.860,75	R\$ 120.860,75			29/12/2010	28/12/2011	1
1	733303	3434792000109	R\$ 1.100.000,00	R\$ 100.000,00			14/12/2010	11/12/2012	1
1	733304	3173317000118	R\$ 410.000,00	R\$ 10.000,00			07/12/2010	04/12/2012	1
1	733305	26923755000151	R\$ 157.341,60	R\$ 7.341,60			31/12/2010	30/12/2011	1
1	733306	3342920000186	R\$ 419.932,24	R\$ 19.932,24			17/12/2010	14/12/2012	1
1	733307	1127430000131	R\$ 154.500,00	R\$ 4.500,00			24/12/2010	21/12/2012	1
1	733308	3162047000140	R\$ 417.135,82	R\$ 17.135,82			24/12/2010	21/12/2012	1
1	733310	3563335000106	R\$ 418.124,86	R\$ 18.124,86			31/12/2010	28/12/2012	1
1	733311	24651200000172	R\$ 1.049.949,58	R\$ 49.949,58			23/12/2010	21/12/2012	1
1	733312	3681582000107	R\$ 433.089,28	R\$ 33.089,28			26/11/2010	24/11/2012	1
1	733315	15389596000130	R\$ 423.430,97	R\$ 23.430,97			17/12/2010	16/12/2011	1
1	733316	3568318000161	R\$ 421.560,00	R\$ 21.560,00			22/12/2010	15/09/2013	1
1	733318	3342938000188	R\$ 420.209,06	R\$ 20.209,06			17/12/2010	14/12/2012	1
1	733319	3343118000100	R\$ 1.224.490,00	R\$ 24.490,00			14/01/2011	11/07/2012	1
1	733321	1988914000175	R\$ 416.267,97	R\$ 16.267,97			10/12/2010	07/12/2012	1
1	733324	3452315000168	R\$ 427.966,00	R\$ 27.966,00			24/12/2010	21/12/2012	1
1	733325	3184058000120	R\$ 440.801,60	R\$ 40.801,60			09/12/2010	06/12/2012	1
1	733327	1738780000134	R\$ 220.319,32	R\$ 20.319,32	R\$ 124.931,56	R\$ 124.931,56	25/11/2010	23/11/2012	1

1	733328	1988914000175	R\$ 725.576,16	R\$ 25.576,16			22/12/2010	19/12/2012	1
1	733329	37623501000134	R\$ 125.000,00	R\$ 5.000,00			20/12/2010	17/12/2012	1
1	733331	3155900000104	R\$ 328.721,36	R\$ 28.721,36			22/12/2010	21/11/2011	1
1	733332	24857096000177	R\$ 125.000,00	R\$ 5.000,00			19/11/2010	18/11/2011	1
1	733333	3575727000195	R\$ 204.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	01/10/2010	23/01/2012	1
1	733335	1763622000134	R\$ 165.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	24/12/2010	15/06/2012	1
1	733336	24651200000172	R\$ 419.557,50	R\$ 19.557,50			25/11/2010	23/11/2012	1
1	733338	3888989000100	R\$ 310.000,00	R\$ 10.000,00			21/12/2010	18/12/2012	1
1	733343	3747649000169	R\$ 511.000,00	R\$ 11.000,00			29/12/2010	25/06/2012	1
1	733347	3342938000188	R\$ 1.054.431,58	R\$ 54.431,58			22/12/2010	19/12/2012	1
1	733355	3155900000104	R\$ 511.623,64	R\$ 11.623,64			29/12/2010	26/12/2012	1
1	733357	24651200000172	R\$ 519.230,16	R\$ 19.230,16			29/12/2010	28/12/2011	1
1	733359	24644502000113	R\$ 419.790,53	R\$ 19.790,53			28/12/2010	27/12/2011	1
1	733364	3567930000110	R\$ 408.163,28	R\$ 8.163,28	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	17/11/2010	14/06/2012	1
1	733651	1157536000188	R\$ 1.030.000,00	R\$ 30.000,00			15/12/2010	12/12/2012	1
1	733652	24856569000111	R\$ 105.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	01/07/2010	19/06/2012	1
1	733654	1825413000178	R\$ 255.500,00	R\$ 5.500,00			21/12/2010	18/12/2012	1
1	733668	1800465000190	R\$ 122.500,00	R\$ 2.500,00			01/06/2010	31/05/2011	1
1	733775	25141292000103	R\$ 104.998,00	R\$ 4.998,00		R\$ 100.000,00	23/12/2010	20/06/2011	1

1	733786	2320364000184	R\$ 153.061,22	R\$ 3.061,22			27/12/2010	24/12/2012	1
1	733795	24644502000113	R\$ 515.000,00	R\$ 15.000,00			29/12/2010	26/12/2012	1
1	733803	3501517000152	R\$ 612.245,00	R\$ 12.245,00			29/12/2010	28/12/2011	1
1	733809	24651234000167	R\$ 1.035.000,00	R\$ 35.000,00			22/12/2010	19/12/2012	1
1	733815	3343118000100	R\$ 1.020.410,00	R\$ 20.410,00			31/12/2010	27/06/2012	1
1	734027	4215178000100	R\$ 156.826,60	R\$ 6.826,60			29/12/2010	26/12/2012	1
1	734028	1743335000162	R\$ 102.041,00	R\$ 2.041,00			30/12/2010	21/06/2012	1
1	734030	1067081000100	R\$ 281.000,00	R\$ 11.000,00		R\$ 270.000,00	03/12/2010	31/05/2011	1
1	734033	3155751000175	R\$ 1.030.000,00	R\$ 30.000,00			20/01/2011	17/07/2012	1
1	734035	3352986000157	R\$ 408.164,00	R\$ 8.164,00			05/01/2011	02/07/2012	1
1	734036	3217924000132	R\$ 408.163,27	R\$ 8.163,27			26/11/2010	24/11/2012	1
1	734039	3155934000190	R\$ 408.165,00	R\$ 8.165,00			09/12/2010	06/12/2012	1
1	734040	3741675000180	R\$ 408.238,61	R\$ 8.238,61			14/01/2011	11/07/2012	1
1	734042	25043621000183	R\$ 205.000,00	R\$ 5.000,00			26/11/2010	24/11/2012	1
1	734043	1067206000100	R\$ 256.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	01/07/2010	19/06/2012	1
1	734044	3889011000162	R\$ 412.371,14	R\$ 12.371,14			03/12/2010	30/11/2012	1
1	734045	1740497000147	R\$ 269.000,00	R\$ 19.000,00			17/12/2010	08/06/2012	1
1	734047	2320364000184	R\$ 102.500,00	R\$ 2.500,00			27/12/2010	24/12/2012	1
1	734075	1169416000109	R\$ 1.066.561,32	R\$ 66.561,32			17/12/2010	16/12/2011	1

1	734080	1740455000106	R\$ 310.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	01/07/2010	19/06/2012	1
1	734136	3184066000177	R\$ 306.200,00	R\$ 6.200,00			17/12/2010	14/12/2012	1
1	734144	3510211000162	R\$ 412.252,45	R\$ 12.252,45			02/12/2010	29/11/2012	1
1	734213	24651234000167	R\$ 410.000,00	R\$ 10.000,00			26/11/2010	24/11/2012	1
1	734245	1170331000132	R\$ 209.300,00	R\$ 9.300,00			01/06/2010	31/05/2011	1
1	734545	2367597000132	R\$ 224.491,00	R\$ 4.491,00			12/11/2010	10/11/2012	1
1	734547	1302603000100	R\$ 249.286,40	R\$ 49.286,40			20/12/2010	17/12/2012	1
1	734550	1170331000132	R\$ 510.500,00	R\$ 10.500,00			31/12/2010	27/06/2012	1
1	734554	1740430000102	R\$ 460.455,30	R\$ 10.455,30			09/12/2010	06/12/2012	1
1	734561	25141292000103	R\$ 517.150,00	R\$ 17.150,00		R\$ 500.000,00	24/12/2010	21/06/2011	1
1	734564	37622149000112	R\$ 160.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	20/09/2010	19/06/2012	1
1	734572	1989813000119	R\$ 421.913,27	R\$ 21.913,27			22/12/2010	19/12/2012	1
1	734579	2056737000151	R\$ 153.500,00	R\$ 3.500,00			24/12/2010	20/06/2012	1
1	734581	1738780000134	R\$ 419.000,00	R\$ 19.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	30/06/2010	18/06/2012	1
1	734582	1738772000198	R\$ 102.100,00	R\$ 2.100,00		R\$ 100.000,00	24/11/2010	22/05/2011	1
1	734744	15465016000147	R\$ 409.000,00	R\$ 9.000,00			22/12/2010	19/12/2012	1
1	734755	1179647000195	R\$ 412.360,00	R\$ 12.360,00			23/12/2010	20/12/2012	1
1	734758	25041005000193	R\$ 155.000,00	R\$ 5.000,00			31/12/2010	30/12/2011	1
1	735514	7209245000172	R\$ 128.500,00	R\$ 3.500,00			22/12/2010	09/12/2012	1

1	735517	3501566000195	R\$ 410.000,00	R\$ 10.000,00			22/12/2010	19/12/2012	1
1	735550	1138122000101	R\$ 510.205,00	R\$ 10.205,00			17/12/2010	14/12/2012	1
1	735592	15024045000173	R\$ 204.082,00	R\$ 4.082,00			09/12/2010	06/12/2012	1
1	735593	3507415000900	R\$ 111.111,11	R\$ 11.111,11			01/12/2010	29/05/2011	1
1	735594	15023997000172	R\$ 127.551,04	R\$ 2.551,04	R\$ 125.000,00	R\$ 125.000,00	23/12/2010	14/06/2012	1
1	735596	2385839000110	R\$ 309.000,00	R\$ 9.000,00			29/12/2010	26/12/2012	1
1	735598	1343086000118	R\$ 103.000,00	R\$ 3.000,00			27/12/2010	23/06/2012	1
1	735613	163147000100	R\$ 105.000,00	R\$ 5.000,00			25/11/2010	13/11/2012	1
1	735625	37465408000149	R\$ 127.551,04	R\$ 2.551,04			10/12/2010	07/12/2012	1
1	736202	37226644000102	R\$ 409.000,00	R\$ 9.000,00			24/12/2010	21/12/2012	1
1	736733	25105255000140	R\$ 307.000,00	R\$ 7.000,00			31/12/2010	30/12/2011	1
1	736991	3648532000128	R\$ 889.336,67	R\$ 17.786,73			15/12/2010	12/12/2012	1
1	737040	37465556000163	R\$ 125.000,00	R\$ 2.500,00			22/10/2010	19/04/2011	1
1	737054	1067206000100	R\$ 510.500,00	R\$ 10.500,00		R\$ 500.000,00	01/07/2010	27/03/2011	1
1	737055	1138122000101	R\$ 500.000,00	R\$ 10.000,00			17/12/2010	14/12/2012	1
1	737056	1118850000151	R\$ 500.000,00	R\$ 10.000,00		R\$ 490.000,00	02/07/2010	12/06/2011	1
1	737303	3155926000144	R\$ 1.261.137,61	R\$ 61.137,61			29/12/2010	26/12/2012	1
1	737304	15479751000100	R\$ 412.000,00	R\$ 12.000,00			28/12/2010	27/12/2011	1
1	738534	24856569000111	R\$ 225.500,00	R\$ 5.500,00			23/12/2010	20/12/2012	1

1	739403	1005727000124	R\$ 160.000,00	R\$ 10.000,00			01/06/2010	31/12/2011	1
1	740450	1065846000172	R\$ 467.280,77	R\$ 67.280,77			03/01/2011	30/06/2012	1
1	740463	25043639000185	R\$ 180.000,00	R\$ 30.000,00			06/12/2010	24/11/2012	1
1	740465	2647303000126	R\$ 105.000,00	R\$ 5.000,00			24/12/2010	15/06/2012	1
1	740470	2215747000192	R\$ 515.070,81	R\$ 15.070,81			24/12/2010	21/12/2012	1
1	740483	2215747000192	R\$ 266.008,56	R\$ 16.008,56			22/12/2010	19/12/2012	1
1	740499	3507415000144	R\$ 3.333.333,33	R\$333.333,33			14/01/2011	13/01/2012	1
1	740502	3507415000144	R\$18.900.000,00	R\$ 1.900.000,00			28/12/2010	27/12/2011	1
1	741057	1219807000182	R\$ 207.900,00	R\$ 7.900,00			30/11/2010	28/11/2012	1
1	741079	25043621000183	R\$ 104.000,00	R\$ 4.000,00		R\$ 100.000,00	18/11/2010	09/06/2012	1
1	741093	1005917000141	R\$ 212.200,00	R\$ 12.200,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	29/12/2010	20/06/2012	1
1	741111	1181585000156	R\$ 545.000,00	R\$ 45.000,00			27/12/2010	18/06/2012	1
1	741119	2321883000167	R\$ 102.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	25/11/2010	17/05/2012	1
1	741132	1738780000134	R\$ 262.985,36	R\$ 12.985,36	R\$ 118.775,79	R\$ 118.775,79	19/11/2010	13/11/2012	1
1	741193	145789000179	R\$ 105.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	20/12/2010	11/06/2012	1
1	741472	1613940000119	R\$ 306.150,00	R\$ 6.150,00			10/12/2010	07/12/2012	1
1	741481	24857096000177	R\$ 6.123.800,00	R\$123.800,00			03/01/2011	02/01/2012	1
1	741765	3452299000103	R\$ 423.592,24	R\$ 23.592,24			05/01/2011	02/07/2012	1
1	741768	3155934000190	R\$ 2.105.585,64	R\$105.585,64			09/12/2010	06/12/2012	1

1	741772	3330453000174	R\$ 339.742,20	R\$ 39.742,20			24/12/2010	23/12/2011	1
1	741774	3073673000160	R\$ 410.830,68	R\$ 10.830,68			27/12/2010	24/12/2012	1
1	741779	3568433000136	R\$ 510.205,00	R\$ 10.205,00			27/12/2010	24/12/2012	1
1	741784	24855058000185	R\$ 310.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	06/12/2010	28/05/2012	1
1	741786	3501491000142	R\$ 204.081,63	R\$ 4.081,63			14/12/2010	11/12/2012	1
1	741787	3575727000195	R\$ 430.426,86	R\$ 30.426,86			05/01/2011	04/01/2012	1
1	741788	3442597000112	R\$ 691.182,08	R\$ 191.182,08			20/01/2010	19/01/2012	1
1	741791	18602060000140	R\$ 206.000,00	R\$ 6.000,00			14/01/2011	07/07/2012	1
1	741793	3681582000107	R\$ 309.206,76	R\$ 9.206,76			05/01/2011	02/07/2012	1
1	741795	3505013000100	R\$ 412.681,57	R\$ 12.681,57			24/12/2010	21/12/2012	1
1	741802	3442597000112	R\$ 440.000,00	R\$ 40.000,00			20/01/2011	19/01/2012	1
1	741806	3501582000188	R\$ 2.110.000,00	R\$ 110.000,00			02/12/2010	29/11/2012	1
1	741808	3501582000188	R\$ 1.960.629,03	R\$ 60.629,03			17/12/2010	14/12/2012	1
1	742293	3156999000150	R\$ 341.390,07	R\$ 41.390,07			21/12/2010	18/12/2012	1
1	742296	3155942000137	R\$ 422.833,48	R\$ 22.833,48			23/12/2010	20/12/2012	1
1	742304	1988914000175	R\$ 213.275,92	R\$ 13.275,92			10/12/2010	07/12/2012	1
1	742308	24852675000127	R\$ 105.000,00	R\$ 5.000,00			08/12/2010	26/11/2012	1
1	742333	3681582000107	R\$ 534.141,73	R\$ 34.141,73			09/12/2010	06/12/2012	1
1	742346	16930299000113	R\$ 206.000,00	R\$ 6.000,00			11/01/2011	03/07/2012	1

1	742350	2385839000110	R\$ 260.000,00	R\$ 10.000,00			29/12/2010	26/12/2012	1
1	742365	3507415000144	R\$ 666.666,67	R\$ 66.666,67			19/01/2011	16/07/2012	1
1	742368	3156999000150	R\$ 532.715,35	R\$ 32.715,35			10/12/2010	07/12/2012	1
1	742371	1310499000104	R\$ 1.052.631,58	R\$ 52.631,58			26/11/2010	24/11/2012	1
1	742379	23097454000128	R\$ 102.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	30/12/2010	21/06/2012	1
1	742477	15905342000128	R\$ 409.000,00	R\$ 9.000,00			29/12/2010	28/12/2012	1
1	743346	1738780000134	R\$ 2.084.034,14	R\$ 134.034,14	R\$ 917.249,54	R\$ 917.249,54	26/11/2010	24/11/2012	1
1	743758	3568433000136	R\$ 510.210,00	R\$ 10.210,00			29/12/2010	28/12/2011	1
1	743769	1791276000106	R\$ 204.081,63	R\$ 4.081,63	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	22/12/2010	13/06/2012	1
1	743781	18125138000182	R\$ 103.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	31/12/2010	22/06/2012	1
1	743794	3239076000162	R\$ 1.073.785,54	R\$ 73.785,54			29/12/2010	26/12/2012	1
1	743987	2321883000167	R\$ 204.500,00	R\$ 4.500,00			22/12/2010	21/12/2011	1
1	744031	1740422000166	R\$ 125.000,00	R\$ 5.000,00			01/06/2010	31/05/2011	1
1	744091	1602782000100	R\$ 105.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	31/12/2010	22/06/2012	1
1	744413	2385839000110	R\$ 340.000,00	R\$ 10.000,00			27/12/2010	24/12/2012	1
1	744418	1067271000127	R\$ 105.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	23/12/2010	14/06/2012	1
1	744504	1335363000140	R\$ 280.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	11/11/2010	05/11/2011	1
1	745777	1313113000100	R\$ 123.000,00	R\$ 3.000,00			31/12/2010	22/06/2012	1
1	745843	1126143000107	R\$ 102.050,00	R\$ 2.050,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	31/12/2010	22/06/2012	1

1	745905	18277947000100	R\$ 205.000,00	R\$ 5.000,00			22/12/2010	19/12/2012	1
1	745924	25222118000195	R\$ 205.000,00	R\$ 5.000,00			20/12/2010	17/12/2012	1
1	746092	18192260000171	R\$ 103.000,00	R\$ 3.000,00		R\$ 100.000,00	14/01/2011	07/07/2012	1
1	746117	25040122000132	R\$ 208.000,00	R\$ 8.000,00			03/01/2011	02/01/2012	1
1	746611	1068014000100	R\$ 510.500,00	R\$ 10.500,00			21/12/2010	18/12/2012	1
1	746641	3888989000100	R\$ 312.102,03	R\$ 12.102,03			10/12/2010	07/12/2012	1
1	746658	1787506000155	R\$ 104.167,00	R\$ 4.167,00			27/12/2010	24/06/2011	1
1	746678	4217647000120	R\$ 260.642,58	R\$ 10.642,58			29/06/2010	28/06/2011	1
1	746682	1616670000108	R\$ 102.200,00	R\$ 2.200,00			22/11/2010	10/11/2012	1
1	746688	1005917000141	R\$ 102.500,00	R\$ 2.500,00			23/12/2010	14/06/2012	1
1	746706	3204187000133	R\$ 255.103,04	R\$ 5.103,04			10/12/2010	07/12/2012	1
1	746727	25105255000140	R\$ 510.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	13/12/2010	04/06/2012	1
1	746737	7344000122	R\$ 109.000,00	R\$ 9.000,00			23/12/2010	14/06/2012	1
1	746746	2321115000103	R\$ 103.000,00	R\$ 3.000,00			31/12/2010	22/06/2012	1
1	746748	2394765000189	R\$ 150.000,00	R\$ 50.000,00			17/12/2010	08/06/2012	1
1	746749	25107657000183	R\$ 220.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	02/12/2010	24/05/2012	1
1	746750	2382836000123	R\$ 103.200,00	R\$ 3.200,00			08/12/2010	26/11/2012	1
1	746754	78790000128	R\$ 102.500,00	R\$ 2.500,00		R\$ 100.000,00	23/11/2010	21/05/2011	1
1	746798	3507415001205	R\$ 887.600,00	R\$ 137.600,00	R\$ 750.000,00	R\$ 750.000,00	31/12/2010	22/06/2012	1

1	746911	24772246000140	R\$ 1.081.739,38	R\$141.739,38	R\$ 470.000,00	R\$ 470.000,00	13/12/2010	04/06/2012	1
1	746978	3238912000194	R\$ 1.324.761,38	R\$ 63.761,38			21/12/2010	12/06/2012	1
1	747083	3425170000106	R\$ 205.715,00	R\$ 5.715,00			17/12/2010	05/12/2012	1
1	747219	1791276000106	R\$ 490.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 474.000,00	R\$ 474.000,00	20/12/2010	11/06/2012	1
1	747232	37465283000157	R\$ 102.100,00	R\$ 2.100,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	29/12/2010	20/06/2012	1
1	747459	3507415000144	R\$ 555.555,56	R\$ 55.555,56			20/01/2011	17/07/2012	1
1	747564	3507415000144	R\$ 3.333.333,33	R\$333.333,33			14/01/2011	13/01/2012	1
1	747587	3507415000144	R\$ 1.111.111,11	R\$111.111,11			20/01/2011	17/07/2012	1
1	747612	3507415000144	R\$ 555.555,56	R\$ 55.555,56			14/01/2011	11/07/2012	1
1	747656	1291707000167	R\$ 1.050.000,00	R\$ 50.000,00			30/12/2010	27/12/2012	1
1	748315	36985463000105	R\$ 102.048,00	R\$ 2.048,00			29/12/2010	20/06/2012	1
1	748745	25105255000140	R\$ 510.500,00	R\$ 10.500,00			15/12/2010	12/12/2012	1
1	748747	1068014000100	R\$ 562.000,00	R\$ 12.000,00			21/12/2010	18/12/2012	1
1	748897	3214145000183	R\$ 417.461,00	R\$ 17.461,00			30/12/2010	26/06/2012	1
1	748913	3214160000121	R\$ 357.152,00	R\$ 7.152,00			24/12/2010	21/12/2012	1
1	749134	2468437000180	R\$ 510.300,00	R\$ 10.300,00		R\$ 500.000,00	03/12/2010	31/05/2011	1
1	749934	3442597000112	R\$ 1.326.530,61	R\$ 26.530,61			10/12/2010	07/12/2012	1
1	749935	3507498000171	R\$ 315.000,00	R\$ 15.000,00			10/12/2010	07/12/2012	1
1	750314	2468437000180	R\$ 220.000,00	R\$ 20.000,00		R\$ 200.000,00	08/12/2010	05/06/2011	1

1	750388	3238862000145	R\$ 516.525,67	R\$ 16.525,67	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	14/12/2010	11/12/2012	1
1	750390	3452299000103	R\$ 104.200,00	R\$ 4.200,00			31/12/2010	27/06/2012	1
1	750391	3155942000137	R\$ 104.200,00	R\$ 4.200,00			11/01/2011	08/07/2012	1
1	750428	2215747000192	R\$ 510.500,00	R\$ 10.500,00			30/12/2010	09/11/2012	1
1	750524	1005727000124	R\$ 912.877,55	R\$412.877,55			27/12/2010	23/06/2012	1
1	750862	1118850000151	R\$ 154.700,00	R\$ 4.700,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	31/12/2010	25/12/2011	1
1	751087	2367597000132	R\$ 1.836.735,00	R\$ 36.735,00			31/12/2010	28/12/2012	1
1	751090	3442597000112	R\$ 1.632.653,10	R\$ 32.653,10			04/01/2011	01/07/2012	1
1	751351	3343118000100	R\$ 1.020.410,00	R\$ 20.410,00			14/01/2011	13/01/2012	1
1	751353	15389588000194	R\$ 104.200,00	R\$ 4.200,00			30/12/2010	21/06/2012	1
1	751354	3747649000169	R\$ 1.020.000,00	R\$ 20.400,00			14/01/2011	11/07/2012	1
1	751689	3501509000106	R\$ 1.348.568,61	R\$348.568,61			05/01/2011	04/01/2012	1
1	751690	37623501000134	R\$ 337.000,00	R\$ 7.000,00			04/01/2011	01/07/2012	1
1	751901	3238904000148	R\$ 512.689,75	R\$ 12.689,75			19/01/2011	18/01/2012	1
1	751902	18125146000129	R\$ 288.336,00	R\$ 88.336,00			29/12/2010	26/12/2012	1
1	752152	2385839000110	R\$ 123.000,00	R\$ 3.000,00			12/01/2011	09/07/2012	1
1	752838	1367853000129	R\$ 409.034,36	R\$ 9.034,36			05/01/2011	04/01/2012	1
1	752857	179531000193	R\$ 306.500,00	R\$ 6.500,00			05/01/2011	02/07/2012	1
1	752903	1123678000124	R\$ 125.093,50	R\$ 3.643,50			12/01/2011	09/07/2012	1

1	752906	1321850000154	R\$ 180.000,00	R\$ 3.600,00			06/01/2011	03/07/2012	1
1	752909	15023930000138	R\$ 357.142,86	R\$ 7.142,86			04/01/2011	03/01/2012	1
1	752922	3579836000180	R\$ 259.501,44	R\$ 9.501,44			05/01/2011	04/01/2012	1
1	752940	1614519000122	R\$ 714.286,00	R\$ 14.286,00			05/01/2011	02/07/2012	1
1	752941	1118850000151	R\$ 210.506,00	R\$ 10.506,00			03/01/2011	30/06/2012	1
1	752947	15023989000126	R\$ 255.500,00	R\$ 5.500,00			04/01/2011	01/07/2012	1
1	752958	1118850000151	R\$ 310.000,00	R\$ 10.000,00			12/01/2011	09/07/2012	1
1	753197	78790000128	R\$ 205.000,00	R\$ 5.000,00			12/01/2011	09/07/2012	1
1	753946	3238862000145	R\$ 205.000,00	R\$ 5.000,00			28/12/2010	28/12/2011	1
1	755116	3741683000126	R\$ 818.000,00	R\$ 18.000,00			30/12/2010	30/12/2011	1
1	755123	25141292000103	R\$ 204.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	31/12/2010	14/01/2012	1
1	755128	3238862000145	R\$ 1.651.168,80	R\$ 51.168,80			20/01/2011	17/07/2012	1
1	755148	3214145000183	R\$ 210.000,00	R\$ 10.000,00			17/01/2011	31/03/2011	1
1	755154	3442597000112	R\$ 204.150,00	R\$ 4.150,00			19/01/2011	12/07/2012	1
1	755161	1165729000180	R\$ 105.000,00	R\$ 5.000,00			30/12/2010	28/06/2011	1
1	755172	3442597000112	R\$ 312.500,00	R\$ 12.500,00			30/12/2010	12/07/2012	1
1	755180	179531000193	R\$ 234.700,00	R\$ 4.700,00			31/12/2010	30/12/2011	1
1	755183	3239019000183	R\$ 1.500.000,00	R\$ 30.000,00			20/01/2011	17/01/2013	1
1	755261	15389588000194	R\$ 1.053.116,00	R\$ 53.116,00			19/01/2011	16/07/2012	1

1	755265	37465598000102	R\$ 1.750.000,00	R\$ 35.000,00			31/12/2010	30/12/2011	1
1	755268	3741683000126	R\$ 409.325,87	R\$ 9.325,87			19/01/2011	18/01/2012	1
1	755270	1067206000100	R\$ 410.000,00	R\$ 10.000,00			11/01/2011	08/07/2012	1
1	755275	3434792000109	R\$ 3.612.200,16	R\$161.374,37		R\$ 1.150.000,00	20/01/2011	17/07/2012	1
1	755297	1174580000104	R\$ 306.500,00	R\$ 6.500,00			19/01/2011	27/06/2012	1
1	755298	3568318000161	R\$ 155.550,00	R\$ 5.550,00			19/01/2011	16/07/2012	1
1	755299	3434792000109	R\$ 3.207.411,00	R\$207.411,00		R\$ 1.000.000,00	20/01/2011	17/07/2012	1
1	755304	3442597000112	R\$ 1.024.000,00	R\$ 24.000,00			19/01/2011	16/07/2012	1
1	755316	145789000179	R\$ 450.000,00	R\$ 50.000,00			19/01/2011	12/07/2012	1
1	755322	3501509000106	R\$ 2.085.000,00	R\$ 85.000,00			31/12/2010	27/06/2012	1
1	755325	24772188000154	R\$ 1.021.000,00	R\$ 21.000,00			31/12/2010	30/12/2011	1
1	755329	3503646000180	R\$ 410.000,00	R\$ 10.000,00			25/06/2010	24/06/2011	1
1	755331	179531000193	R\$ 1.500.000,00	R\$ 30.000,00			31/12/2010	30/12/2011	1
1	756568	3568433000136	R\$ 783.367,99	R\$ 33.367,99			30/12/2011	25/12/2012	1
1	756579	3568433000136	R\$ 559.259,60	R\$ 59.259,60			30/12/2011	23/12/2012	1
1	756668	1165729000180	R\$ 5.208.334,00	R\$208.334,00			30/12/2011	30/12/2012	1
1	756738	1612756000154	R\$ 205.000,00	R\$ 5.000,00			30/12/2011	30/06/2012	1
1	756739	1988914000175	R\$ 555.555,56	R\$ 55.555,56			30/12/2011	25/12/2012	1
1	756740	3540410000113	R\$ 667.000,00	R\$ 67.000,00			30/12/2011	23/12/2012	1

1	756742	2879138000138	R\$ 919.800,00	R\$ 19.800,00			30/12/2011	25/12/2012	1
1	756749	509612000104	R\$ 225.000,00	R\$ 25.000,00		R\$ 200.000,00	29/12/2011	26/06/2012	1
1	756750	15024003000132	R\$ 422.000,00	R\$ 22.000,00			30/12/2011	27/06/2012	1
1	756751	1494178000107	R\$ 208.000,00	R\$ 8.000,00		R\$ 200.000,00	30/12/2011	27/06/2012	1
1	756752	3567930000110	R\$ 510.204,08	R\$ 10.204,08			30/11/2011	30/11/2012	1
1	757035	3501517000152	R\$ 900.000,00	R\$100.000,00			30/12/2011	27/12/2012	1
1	757036	3073699000108	R\$ 208.335,00	R\$ 8.335,00			30/12/2011	28/06/2012	1
1	757156	3759271000113	R\$ 784.502,00	R\$ 84.502,00			30/12/2011	23/12/2012	1
1	757158	1740588000182	R\$ 306.122,45	R\$ 6.122,45		R\$ 300.000,00	30/12/2011	26/06/2012	1
1	757165	3540410000113	R\$ 1.111.111,11	R\$111.111,11			30/12/2011	23/12/2012	1
1	757196	1126341000170	R\$ 104.000,00	R\$ 4.000,00			30/12/2011	28/06/2012	1
1	757200	1068014000100	R\$ 510.500,00	R\$ 10.500,00			30/12/2011	30/06/2012	1
1	757203	1740497000147	R\$ 511.000,00	R\$ 11.000,00			24/08/2011	24/08/2012	1
1	757209	2321115000103	R\$ 230.000,00	R\$ 10.000,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	757212	3343118000100	R\$ 612.440,00	R\$ 12.440,00			30/12/2011	25/12/2012	1
1	757213	1988914000175	R\$ 666.666,67	R\$ 66.666,67			30/12/2011	31/12/2012	1
1	757214	2394765000189	R\$ 745.161,26	R\$345.161,26			30/12/2011	25/12/2012	1
1	757312	3501541000191	R\$ 1.209.966,80	R\$209.966,80			30/12/2011	23/12/2012	1
1	757317	1126143000107	R\$ 255.102,04	R\$ 5.102,04			30/12/2011	26/06/2012	1

1	757350	3156999000150	R\$ 1.034.532,82	R\$ 34.532,82			30/12/2011	23/12/2012	1
1	757360	3507415000144	R\$ 3.900.000,00	R\$390.000,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	757373	1612817000183	R\$ 220.000,00	R\$ 20.000,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	757458	26923755000151	R\$ 102.500,00	R\$ 2.500,00			30/12/2011	25/12/2012	1
1	757460	3434792000109	R\$ 861.233,92	R\$ 61.233,92			27/08/2011	26/08/2012	1
1	757609	3507415000144	R\$ 1.512.000,00	R\$151.200,00			11/11/2011	11/11/2012	1
1	758190	2024933000144	R\$ 144.000,00	R\$ 4.000,00			30/12/2011	23/12/2012	1
1	758192	37622149000112	R\$ 170.000,00	R\$ 30.000,00			30/12/2011	25/12/2012	1
1	758193	1825413000178	R\$ 102.500,00	R\$ 2.500,00			30/12/2011	23/12/2012	1
1	758194	167437000114	R\$ 122.500,00	R\$ 2.500,00			30/12/2011	23/12/2012	1
1	758195	4216593000189	R\$ 135.000,00	R\$ 5.000,00			30/12/2011	25/12/2012	1
1	758196	2317378000149	R\$ 138.000,00	R\$ 38.000,00			11/09/2011	31/12/2012	1
1	758197	1303221000100	R\$ 175.000,00	R\$ 5.000,00		R\$ 170.000,00	30/12/2011	27/06/2012	1
1	758198	145789000179	R\$ 300.000,00	R\$130.000,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	758199	37623501000134	R\$ 206.000,00	R\$ 36.000,00			30/12/2011	30/06/2012	1
1	758200	25105222000108	R\$ 142.857,14	R\$ 2.857,14			07/09/2011	31/12/2011	1
1	758556	3741675000180	R\$ 306.122,45	R\$ 6.122,45			30/12/2011	25/12/2012	1
1	758562	3741675000180	R\$ 714.285,71	R\$ 14.285,71			30/12/2011	23/12/2012	1
1	758577	36862621000121	R\$ 208.500,00	R\$ 8.500,00			30/12/2011	23/12/2012	1

1	758603	3155934000190	R\$ 359.621,66	R\$ 59.621,66			30/12/2011	25/12/2012	1
1	758724	3759271000113	R\$ 533.195,30	R\$ 33.195,30			30/12/2011	27/12/2012	1
1	758736	1126341000170	R\$ 435.000,00	R\$ 35.000,00			30/12/2011	28/06/2012	1
1	758741	3155926000144	R\$ 685.409,36	R\$ 85.409,36			01/11/2011	30/10/2012	1
1	758748	2164804000151	R\$ 306.122,45	R\$ 6.122,45			30/12/2011	26/06/2012	1
1	758759	3507415000144	R\$ 168.000,00	R\$ 16.800,00			30/12/2011	27/06/2012	1
1	758761	2385839000110	R\$ 511.000,00	R\$ 11.000,00			01/10/2011	31/12/2011	1
1	759075	3155900000104	R\$ 1.063.592,70	R\$ 63.592,70			30/12/2011	30/12/2012	1
1	759076	3342920000186	R\$ 699.659,63	R\$ 199.659,63			30/12/2011	25/12/2012	1
1	759077	3452307000111	R\$ 310.000,00	R\$ 10.000,00			30/12/2011	23/12/2012	1
1	759078	1763622000134	R\$ 102.500,00	R\$ 2.500,00			30/12/2011	23/12/2012	1
1	759080	3155926000144	R\$ 625.169,22	R\$ 25.169,22			30/12/2011	25/12/2012	1
1	759082	3741675000180	R\$ 510.204,08	R\$ 10.204,08			30/12/2011	25/12/2012	1
1	759107	3501517000152	R\$ 510.205,00	R\$ 10.205,00			30/12/2011	27/12/2012	1
1	759112	1988914000175	R\$ 666.817,93	R\$ 66.817,93			30/12/2011	25/12/2012	1
1	759113	1740448000104	R\$ 225.000,00	R\$ 25.000,00			30/12/2011	23/12/2012	1
1	759494	3507415000144	R\$ 600.000,00	R\$ 60.000,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	759495	3507415000144	R\$ 2.222.223,00	R\$ 222.223,00		R\$ 2.000.000,00	30/12/2011	27/06/2012	1
1	759944	3759271000113	R\$ 822.018,76	R\$ 22.018,76			30/12/2011	25/12/2012	1

1	759980	15412257000128	R\$ 770.000,00	R\$ 77.000,00			01/09/2011	31/08/2012	1
1	760096	15412257000128	R\$ 3.379.600,00	R\$389.600,00			01/09/2011	31/08/2012	1
1	760129	3923703000180	R\$ 408.811,45	R\$ 8.811,45			30/12/2011	24/12/2012	1
1	760167	15479751000100	R\$ 626.952,14	R\$ 26.952,14			30/12/2011	25/12/2012	1
1	760180	18125146000129	R\$ 307.000,00	R\$ 7.000,00			30/12/2011	23/12/2012	1
1	760182	3434792000109	R\$ 1.122.699,91	R\$122.699,91			30/12/2011	25/12/2012	1
1	760214	1157536000188	R\$ 545.731,97	R\$ 45.731,97			30/12/2011	25/12/2012	1
1	760265	1065846000172	R\$ 261.000,00	R\$ 11.000,00			30/12/2011	25/12/2012	1
1	760288	3155926000144	R\$ 701.673,08	R\$101.673,08			30/12/2011	25/12/2012	1
1	760289	3889011000162	R\$ 417.020,95	R\$ 17.020,95			29/12/2011	23/12/2012	1
1	760343	3568433000136	R\$ 510.504,14	R\$ 10.504,14			30/12/2011	25/12/2012	1
1	760350	3162047000140	R\$ 328.839,86	R\$ 28.839,86			30/12/2011	23/12/2012	1
1	760361	3217916000196	R\$ 510.205,00	R\$ 10.205,00			30/12/2011	25/12/2012	1
1	760596	3184058000120	R\$ 537.616,61	R\$ 37.616,61			30/12/2011	23/12/2012	1
1	760929	37275849000188	R\$ 310.000,00	R\$ 10.000,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	761133	3155926000144	R\$ 315.964,58	R\$ 15.964,58			30/12/2011	27/12/2012	1
1	761155	3434792000109	R\$ 457.013,98	R\$ 57.013,98			30/12/2011	25/12/2012	1
1	761280	3173317000118	R\$ 928.914,42	R\$328.914,42			30/12/2011	25/12/2012	1
1	761293	3155900000104	R\$ 628.928,13	R\$ 28.928,13			30/12/2011	25/12/2012	1

1	761750	3184066000177	R\$ 771.000,00	R\$ 21.000,00			30/12/2011	25/12/2012	1
1	762016	15389596000130	R\$ 1.066.988,05	R\$ 66.988,05			30/12/2011	30/12/2012	1
1	762106	3741683000126	R\$ 515.281,83	R\$ 15.281,83			30/12/2011	23/12/2012	1
1	762156	3507563000169	R\$ 408.165,00	R\$ 8.165,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	762157	24616187000110	R\$ 510.500,00	R\$ 10.500,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	762197	18278051000145	R\$ 123.000,00	R\$ 23.000,00			30/12/2011	27/06/2012	1
1	762199	18192260000171	R\$ 102.500,00	R\$ 2.500,00			30/12/2011	27/06/2012	1
1	762209	18125161000177	R\$ 208.500,00	R\$ 8.500,00			30/12/2011	25/12/2012	1
1	762221	3503646000180	R\$ 612.245,00	R\$ 12.245,00			31/12/2011	24/12/2012	1
1	762222	3507571000105	R\$ 408.164,00	R\$ 8.164,00			31/12/2011	30/12/2012	1
1	762226	18278051000145	R\$ 115.663,69	R\$ 15.663,69			30/12/2011	27/06/2012	1
1	762227	3567930000110	R\$ 525.819,70	R\$ 25.819,70			30/12/2011	25/12/2012	1
1	762272	37226644000102	R\$ 550.000,00	R\$ 50.000,00			01/10/2011	31/12/2012	1
1	762540	25107657000183	R\$ 480.000,00	R\$ 80.000,00			12/12/2011	12/03/2012	1
1	762544	3507415001205	R\$ 2.767.164,07	R\$ 276.716,41			30/12/2011	28/12/2012	1
1	762967	3434792000109	R\$ 754.165,81	R\$ 54.165,81			30/12/2011	25/12/2012	1
1	762968	37212719000104	R\$ 821.813,63	R\$ 21.813,63			30/12/2011	25/12/2012	1
1	762969	3741675000180	R\$ 510.204,08	R\$ 10.204,08			30/12/2011	25/12/2012	1
1	763059	509612000104	R\$ 1.111.111,11	R\$ 211.111,11		R\$ 1.200.000,00	29/12/2011	26/06/2012	1

1	763059	509612000104	R\$ 333.333,33	R\$ 33.333,33		R\$ 1.200.000,00	29/12/2011	26/06/2012	1
1	763059	509612000104	R\$ 1.111.111,11	R\$211.111,11		R\$ 1.200.000,00	29/12/2011	26/06/2012	1
1	763059	509612000104	R\$ 333.333,33	R\$ 33.333,33		R\$ 1.200.000,00	29/12/2011	26/06/2012	1
1	763082	3452307000111	R\$ 550.000,00	R\$ 50.000,00			30/12/2011	23/12/2012	1
1	763134	3520933000106	R\$ 1.111.014,55	R\$111.101,46			30/12/2011	30/12/2012	1
1	763205	3452299000103	R\$ 310.000,00	R\$ 10.000,00			30/12/2011	28/12/2012	1
1	763285	24651200000172	R\$ 719.033,62	R\$219.033,62			30/12/2011	23/12/2012	1
1	763292	3330461000110	R\$ 1.233.833,59	R\$233.833,59			30/12/2011	23/12/2012	1
1	763503	24852618000148	R\$ 256.000,00	R\$ 6.000,00			19/10/2011	31/12/2012	1
1	763472	3352986000157	R\$ 554.321,63	R\$ 54.321,63			31/12/2011	31/12/2012	1
1	763526	1170331000132	R\$ 260.000,00	R\$ 10.000,00			30/12/2011	30/06/2012	1
1	763638	25108291000167	R\$ 510.204,08	R\$ 10.204,08			02/09/2011	31/12/2012	1
1	763518	1067206000100	R\$ 286.000,00	R\$ 6.000,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	763485	1998335000103	R\$ 340.495,39	R\$ 40.495,39			30/12/2011	31/12/2012	1
1	764029	3681582000107	R\$ 1.095.858,44	R\$ 95.858,44			30/12/2011	25/12/2012	1
1	763481	3888989000100	R\$ 412.371,13	R\$ 12.371,13			30/09/2011	30/09/2013	1
1	764039	79830000156	R\$ 408.400,00	R\$ 8.400,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	764042	1343086000118	R\$ 510.204,08	R\$ 10.204,08			30/12/2011	27/06/2012	1
1	763578	1067164000107	R\$ 204.500,00	R\$ 4.500,00			30/12/2011	26/06/2012	1

1	763494	2321883000167	R\$ 530.000,00	R\$ 30.000,00			30/12/2011	28/06/2012	1
1	764048	3156999000150	R\$ 327.272,06	R\$ 27.272,06			30/12/2011	25/12/2012	1
1	764050	1164292000160	R\$ 105.136,88	R\$ 5.136,88			21/10/2011	21/03/2012	1
1	764056	1164292000160	R\$ 639.423,29	R\$139.423,29			30/12/2011	30/12/2012	1
1	764061	1603707000155	R\$ 157.218,00	R\$ 7.218,00			30/12/2011	23/12/2012	1
1	764079	1602782000100	R\$ 103.000,00	R\$ 3.000,00			30/12/2011	27/06/2012	1
1	764118	3217924000132	R\$ 306.131,91	R\$ 6.131,91			30/12/2011	25/12/2012	1
1	764147	33331661000159	R\$ 204.500,00	R\$ 4.500,00			30/12/2011	28/06/2012	1
1	764161	1492098000104	R\$ 200.000,00	R\$ 50.000,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	764168	1005727000124	R\$ 550.000,00	R\$ 50.000,00			30/12/2011	23/12/2012	1
1	764254	1168145000169	R\$ 362.400,00	R\$ 62.400,00			30/12/2011	27/06/2012	1
1	763484	3681582000107	R\$ 574.025,08	R\$174.025,08			30/12/2011	23/12/2012	1
1	763561	25043621000183	R\$ 235.000,00	R\$ 5.000,00			20/10/2011	20/10/2012	1
1	764380	3759271000113	R\$ 431.801,48	R\$ 31.801,48			30/12/2011	30/12/2012	1
1	764408	18125161000177	R\$ 109.000,00	R\$ 9.000,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	763507	1740430000102	R\$ 330.000,00	R\$ 30.000,00			30/12/2011	26/06/2012	1
1	763466	3155926000144	R\$ 313.496,23	R\$ 13.496,23			01/11/2011	31/10/2012	1
1	763467	3155926000144	R\$ 313.908,99	R\$ 13.908,99			01/11/2011	31/10/2012	1
1	763547	1738772000198	R\$ 261.143,91	R\$ 11.143,91			20/10/2011	30/12/2011	1

1	763487	36985463000105	R\$ 320.000,00	R\$180.000,00			30/12/2011	27/06/2012	1
1	764772	3507415002279	R\$ 1.111.111,11	R\$111.111,11			01/10/2011	01/10/2012	1
1	764777	1989813000119	R\$ 515.169,64	R\$ 15.169,64			30/12/2011	25/12/2012	1
1	764782	3156999000150	R\$ 1.598.796,74	R\$ 98.796,74			30/12/2011	25/12/2012	1
1	764814	3507415002279	R\$ 1.833.333,33	R\$183.333,33			30/12/2011	23/12/2012	1
1	764821	15479751000100	R\$ 207.204,29	R\$ 7.204,29			30/12/2011	25/12/2012	1
1	764826	15412257000128	R\$24.530.948,68	R\$ 2.530.948,68			30/12/2011	30/06/2013	1
1	765396	25041005000193	R\$ 105.000,00	R\$ 5.000,00			30/12/2011	30/06/2012	1
1	766277	2394757000132	R\$ 1.025.000,00	R\$ 25.000,00			30/12/2011	23/12/2012	1
1	768046	3507415002279	R\$ 3.444.444,44	R\$344.444,44			01/10/2011	01/10/2012	1
1	768722	15023989000126	R\$ 538.907,20	R\$238.907,20			30/12/2011	25/12/2012	1
1	768785	2922128000138	R\$ 186.397,82	R\$ 6.397,82			31/10/2011	31/12/2012	1
1	768797	23097454000128	R\$ 104.166,67	R\$ 4.166,67			30/09/2011	30/08/2012	1
1	768888	15412257000128	R\$12.061.524,42	R\$ 2.061.524,42			30/12/2011	23/12/2012	1
1	764446	1105329000180	R\$ 120.000,00	R\$ 3.000,00			06/06/2011	06/06/2013	1
1	764436	3162047000140	R\$ 867.568,50	R\$ 17.568,50			20/05/2011	20/11/2011	1
1	769210	1067206000100	R\$ 102.500,00	R\$ 2.500,00			30/12/2011	30/12/2012	1

LEGENDA**Modalidade:****Situação da Transferência:**

1 -	Convênio	1 -	Adimplente
2 -	Contrato de Repasse	2 -	Inadimplente
3 -	Termo de Cooperação	3 -	Inadimplência Suspensa
4 -	Termo de Compromisso	4 -	Concluído
		5 -	Excluído
		6 -	Rescindido
		7 -	Arquivado

Fonte: SICONV/SIAFI

CAPÍTULO II

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.^o 108, DE 24/11/2010.

1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração Nacional		Código SIORG: 50661
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SCO		
Denominação abreviada: SCO		
Código SIORG: 50661	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 530014
Situação: Inativa		
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3414-0121	(061) 3414-0122
E-mail: sco@integracao.gov.br		
Página na Internet: http://www.integracao.gov.br		
Endereço Postal: Setor Bancário Norte, Quadra 2, Lote 11. Edifício Gabriel Octávio Estevão de Oliveira, 2º Subsolo. CEP: 70040-020 Brasília- DF		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Portaria nº 436, de 28/02/07, publicada no DOU de 01/03/07, páginas 79 e 80		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 5.847, de 14 de julho de 2006		
Portaria/MI nº 813, de 23 de maio de 2007		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro Oeste		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
530014	MI/Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
00001	Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
530014	00001	

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010**2.1 Responsabilidades institucionais da unidade**

Em 04 de maio de 2011, a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SCO/MI foi extinta por força dos Decretos nº 7471 e nº 7472 que aprovaram, respectivamente Estrutura Regimental, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Integração Nacional e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. Neste contexto o presente capítulo abrangerá o período correspondente entre o dia 01 de janeiro de 2011 a 04 de maio de 2011.

A Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SCO/MI possuia competência para articular as ações do Governo Federal e atores sociais, garantindo a convergência dos interesses públicos e privados em programas e projetos que promovam o desenvolvimento da região Centro-Oeste com fortalecimento da integração competitiva, da equidade, da sustentabilidade ambiental e a redução das desigualdades intra e inter regionais sob a orientação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

Naquilo que se referia especificamente às responsabilidades institucionais da SCO, as competências estabelecidas pelo Decreto nº 5.847, de 14 de julho de 2006, circunscreviam em termos amplos a arena de atuação da Secretaria à formulação, articulação e promoção das políticas públicas orientadas para o desenvolvimento nacional integrado. Os programas e ações passíveis de serem executados pela Unidade Jurisdicionada abrangiam as escala de intervenção, ora mencionadas, e permitiam ao gestor atuar não apenas reativamente, mas principalmente, de modo proativo na resolução de problemas e no atendimento de demandas apresentadas.

Como estrutura orgânica para a SCO/MI tinha-se dois departamentos que assumiam competências complementares à de contribuir para a formulação da política de desenvolvimento nacional integrada, formulando, propondo e coordenando a implantação dos planos e programas de desenvolvimento para o Centro-Oeste, além de promoverem, em seus rebatimentos para a região Centro-Oeste a articulação das políticas regionais de desenvolvimento em âmbito federal, estadual e municipal.



Eram responsabilidades institucionais da SCO e de seus departamentos:

- (I) formular e programar políticas voltadas ao aprimoramento dos instrumentos fiscais e financeiros de apoio ao desenvolvimento do Centro-Oeste;
- (II) articular a ação do Governo e de atores sociais visando à convergência de interesses públicos e privados em programas e projetos que beneficiem o desenvolvimento do Centro-Oeste;
- (III) participar junto à Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) na elaboração de diretrizes, orientações gerais e prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);
- (IV) propor normas para a operacionalização dos programas de financiamento e da programação orçamentária do FCO; e
- (V) exercer as atividades de Secretaria Executiva do Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno e do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Ao Departamento de Desenvolvimento Regional competia articular as ações da Secretaria com órgãos públicos e organizações da sociedade civil, com vistas à promoção do desenvolvimento de áreas social e economicamente vulneráveis; executar e monitorar a implementação de Planos e Programas de desenvolvimento do Centro-Oeste; implementar, em articulação com outros órgãos públicos, programas, projetos e ações de geração de emprego e renda nas áreas de menor dinamismo socioeconômico da região Centro-Oeste, inclusive nas áreas de faixa de fronteira; promover a elaboração e a implementação de Programas para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, nos termos da Lei Complementar nº 94,

de 19 de fevereiro de 1998; apoiar e articular ações de assistência técnica, inovação tecnológica e capacitação de recursos humanos em áreas social e economicamente vulneráveis; promover a implantação de infraestrutura econômica em apoio à integração ao mercado de produtores de áreas economicamente vulneráveis; e apoiar ações de proteção ambiental em áreas ecologicamente vulneráveis.

Já ao Departamento de Promoção de Investimentos cabia identificar oportunidades e promover ações para a efetivação de investimentos estratégicos e de empreendimentos produtivos no Centro-Oeste; articular fontes de financiamento e propor estratégias financeiras que promovam as exportações da Região e viabilizem o apoio a novos negócios e ao micro e pequeno produtor regional; apoiar e articular ações de assistência técnica e inovação tecnológica voltadas à promoção de investimentos na região Centro-Oeste; analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e prioridades traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Por meio da Portaria/MI nº 813, de 23 de maio de 2007, o Ministro de Estado da Integração Nacional resolveu subdelegar competência ao Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste para, no âmbito do MI, coordenar, supervisionar e controlar a execução das ações pertinentes aos programas finalísticos do Ministério da Integração Nacional, com abrangência na região Centro-Oeste. Utilizando-se de tal Portaria, a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste promove ações de forma compartilhada com programas geridos por outras secretarias do Ministério da Integração Nacional, mais notadamente o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) e o Programa de Desenvolvimento Macroregional Sustentável, atuando prioritariamente em três espaços sub-regionais, listados a seguir:

- a) Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF)
- b) Espaço sub-regional da Mesorregião de Águas Emendadas
- c) Espaço sub-regional da Faixa de Fronteira

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A estratégia de desenvolvimento do Centro-Oeste estruturou-se em base a seis eixos estratégicos de desenvolvimento que, conduzidos de forma articulada e convergente promoveram o desenvolvimento sustentável da Região no médio e longo prazo. Os vetores estratégicos indicam a resposta do Centro-Oeste aos estrangulamentos e problemas internos e para o aproveitamento das suas potencialidades, de modo a situar-se positivamente no contexto nacional e mundial, vale dizer, preparar-se para aproveitar as oportunidades exógenas e se defender das ameaças exógenas. Em outras palavras, destacam onde devem ser concentradas as ações para promover o desenvolvimento, aproximar-se da visão de futuro, e alcançar as metas globais do Plano.

As potencialidades indicam segmentos que podem constituir oportunidade de investimento para os empresários; os estrangulamentos mostram as demandas e necessidades de investimento na região para equacionar os fatores que emperram o desenvolvimento, impedem o melhor aproveitamento das oportunidades e deixam a região vulnerável diante das ameaças externas (os estrangulamentos, especialmente nas cadeias produtivas, podem constituir também oportunidades de negócios lucrativos para os empresários). Os seis vetores estratégicos de desenvolvimento são:

1. Democratização e Melhoria da Gestão Pública, para aumentar a eficácia dos programas e projetos de desenvolvimento regionais e assegurar os seus resultados efetivos na mudança da realidade regional, favorecendo o desempenho dos outros vetores;
2. Gestão Ambiental e Recuperação do Meio Ambiente, para assegurar a conservação dos ecossistemas mesmo com crescimento da economia, e estabelecer, portanto, uma mediação das atividades econômicas com o meio ambiente regional;
3. Melhoria da Educação e Fortalecimento do sistema de P&D, para aumentar as oportunidades sociais pela universalização do acesso ao ensino de qualidade, e contribuição para a competitividade regional, por meio do aumento do nível de escolaridade e da criação de um ambiente de inovação tecnológica. Além do favorecimento à introdução de tecnologias ambientalmente compatíveis que reorientem as relações da atividade produtiva com o meio ambiente;
4. Ampliação da Infra-estrutura Social e Urbana, para garantir que o dinamismo econômico se traduza, efetivamente, na melhoria da qualidade de vida da população do Centro-Oeste;
5. Ampliação da Infra-estrutura Econômica e Logística, para aumentar a competitividade econômica regional, sua integração territorial interna e aos mercados consumidores, no Brasil e no exterior;
6. Diversificação e Adensamento das Cadeias Produtivas, para reduzir a vulnerabilidade econômica e ampliar a agregação de valor à produção agropecuária regional.

Perseguindo estes objetivos a Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste por meio dos programas compartilhados, que serão descritos mais detalhadamente no desenvolvimento deste relatório, apoiou e financiou com Transferências Voluntárias da União a estados e municípios uma gama de projetos e ações diversificadas englobando a melhoria e otimização da gestão pública municipal, apoio a organização de base produtiva (capacitações, infra-estrutura econômica e social, investimento em empreendimentos produtivos de caráter coletivo e organização de arranjos produtivos locais), obras de infra-estrutura social e urbana, projetos de irrigação e aquisição de máquinas e equipamentos para estados e municípios da região Centro-Oeste.

O Ministério da Integração Nacional (MI) tem realizado um expressivo esforço político e estratégico com o objetivo de estabelecer novas bases para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste. A Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO/MI) contribuiu para o aperfeiçoamento das políticas e práticas de planejamento e gestão da Região, propiciando uma atuação convergente e interativa dos diversos agentes federais, estaduais e municipais.

Em um ambiente democrático, onde a pluralidade partidária impera e a necessidade de benefícios difusos para as unidades federadas que compõem a Região Centro-Oeste não é apenas intrínseca à situação política e socioeconômica vivenciada, como também, é condição prima para existência institucional de uma estrutura administrativa que cumpra o papel de ser indutora do progresso, esta Secretaria de Desenvolvimento posiciona-se como principal elo entre os diversos e distintos interesses da União, dos Estados e dos Municípios pertencentes aos seus rebatimentos.

No cumprimento de seu dever institucional, a SCO/MI elaborou, em 2007, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com horizonte temporal de 10 anos, instrumento norteador das ações do Ministério da Integração Nacional – Secretaria de Desenvolvimento do Centro Oeste - SCO, na construção de alianças e parcerias com atores públicos e privados, com vistas à implementação de políticas, programas e projetos para o desenvolvimento sustentável da Região Centro Oeste.

A SCO apresenta vínculos programáticos com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, cujo objeto principal é a das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento redução da profunda desigualdade de níveis de vida e de oportunidades e de acessos ao desenvolvimento entre unidades territoriais ou regionais do país. Este vínculo é identificado por meio da atuação nos programas integrados do MI, PROMESO e PDFF, base de sustentação para as ações e projetos em execução pela SCO.

Sob a regência da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), esta SCO vem atuando em três diferentes escalas de intervenção em políticas públicas. Na primeira delas, a Nacional, os grandes investimentos são definidos sendo sempre orientados pela necessidade de reduzir as desigualdades entre as unidades federadas. Em outra escala, a Macrorregional, é articulada por meio de instrumentos de planejamento estratégico, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Centro-Oeste (PDECO), a implementação integrada dos vetores estratégicos de desenvolvimento da Região. Na terceira e última escala, a Sub-Regional, as atuações limitam-se a articulação dos atores e ações em nível Mesorregional.

Dentro deste enfoque, mesmo reconhecendo os esforços empreendidos pela Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica para atender ao disposto no artigo 42, ADCT-CF/88, que determina a aplicação na Região Centro-Oeste de 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à irrigação, torna-se necessária a adequação dos investimentos neste segmento, conforme as diretrizes e prioridades da PNDR e do PEDCO.

A direção da SCO, respaldada pela Portaria/MI nº 813 de 23/05/2007 supracitada, pautou-se pela intenção de cooperar com as demais secretarias finalísticas no cumprimento de seus deveres regimentais, dando mais celeridade às ações que contribuem para o alcance dos objetivos institucionais do MI. O entendimento dominante é o de que a estrutura programática é ação de Governo sob responsabilidade do MI, e que, para obtenção dos resultados esperados, deve-se utilizar toda a força de trabalho disponível, visando à convergência de interesses que propiciem o desenvolvimento regional, ressaltando o caráter aglutinador de esforços.

No entanto, a atuação da Secretaria mostrava-se tímida diante dos grandes obstáculos impeditivos do crescimento da macrorregião Centro-Oeste, claramente identificados por ocasião da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Diante da constatação de que somente os principais programas de desenvolvimento regional eram insuficientes para enfrentar a magnitude da tarefa, foi sugerida ao Ministro de Estado da Integração Nacional a possibilidade de iniciar o enfrentamento dos graves problemas de infra-estrutura econômica e social, sem descuidar da questão ambiental, adotando postura de superintendência de desenvolvimento macrorregional, haja vista a proposta de recriação da SUDECO.

Merece destaque ação empreendida pela equipe responsável pelo gerenciamento e acompanhamento da aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, atribuição regimental desta Secretaria, que, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2011 e 04 de maio de 2011 realizou diversos seminários nas quatro Unidades da Federação abrangidas pelo Fundo, tendo por objetivo disseminar o alcance da programação orçamentária anual, seus respectivos programas e condições para contratação.

Considerando o exposto, os benefícios para a sociedade não são apenas aqueles justificados em cada um dos repasses efetuados ao longo do período em análise, mas também, toda capacidade socioeconômica gerada a partir da aplicação de recursos que terão o seu bom uso demonstrado claramente e discriminado especificadamente no decorrer do relatório.

 2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012*
04	122	0750	2000	A	4	-	-	-	-
04	306	0750	2012	A	4	-	-	-	-
04	301	0750	2004	A	4	-	-	-	-
06	182	1027	8348	A	4	%	1	2	-
11	128	1430	4640	A	4	Unidade	200	200	-
11	334	1025	4644	A	4	Unidade	1	0	-
11	334	1025	6591	A	4	Unidade	5	0	-
15	244	0120	6553	A	4	Unidade	22	18	-
15	244	1025	6409	A	4	%	100	40,61	-
15	244	1025	7K66	P	4	Unidade	23	3	-
15	451	1138	7M48	P	4	%	100	0	-
15	451	1138	8084	A	4	%	100	66	-
18	541	1138	1E38	P	4	%	100	0	-
18	541	1138	2B70	P	4	Unidade	1	0	-
18	541	1138	7M48	P	4	%	100	0	-
18	544	0515	11PO	A	4	Unidade	6	0	-
18	544	0515	1851	P	4	Milhão de m ³	1	0	-

18	544	0515	2B90	A	4	Unidade	3	0	-
19	691	1430	8902	A	4	Unidade	216	60	-
20	607	0379	10BC	P	4	Unidade	10	0	-
22	333	1025	6424	A	4	%	100	63,25	-
22	662	0120	6551	A	4	Unidade	6	5	-

Fonte:Siafi/SigPlan

Análise crítica:

O programa de Desenvolvimento Macrorregional Sustentável foi instituído tendo em vista as atribuições das novas Superintendências de Desenvolvimento Regional instituídas em Lei Complementar, particularmente os artigos 5º, 6º, 7º e 10, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e o Decreto nº 6.047, de 22/02/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR e do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, do Governo Federal - 2007-2010, que seleciona entre as medidas preferenciais: incentivar o setor privado; aumentar os investimentos públicos em infra-estrutura e remover os obstáculos ao crescimento.

Além disso, as ações adotaram como base conceitual a PNDR e os Planos de Desenvolvimento Sustentável das respectivas regiões. Além disso, a execução do programa girou em torno dos instrumentos, mecanismos e instâncias de articulação e colaboração para a promoção do desenvolvimento sustentável regional.

O programa adotou duas linhas de ação: uma voltada a Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica, que teve por finalidade promover ações que contribuam para a superação dos limites da infra-estrutura à expansão dos investimentos regionais por meio da integração das ações interministeriais e dos diferentes níveis de governo voltada para a ampliação e recuperação da infra-estrutura, de modo a assegurar a sinergia entre projetos visando romper barreiras e superar limites ao desenvolvimento; e outra voltada a suprir demandas especializadas do mercado de trabalho, decorrentes do novo modelo tecno-gerencial, baseado na ótica da competitividade, capacitando recursos humanos em procedimentos operacionais que possibilitem incrementar os níveis de qualidade e produtividade dos processos produtivos visando o apoio à realização de cursos de suporte voltados às atividades geradas no processo de criação, atração e desenvolvimento de empreendimentos e o apoio à realização de cursos e seminários voltados à capacitação tecnológica de empreendedores e à inovação gerencial necessária ao modelo competitivo, incluindo a capacitação em padrões de qualidade e produtividade reconhecidos internacionalmente (ISO, por exemplo).

Diante disso, o Programa destinou-se à modificação das estruturas dos diferentes ambientes e de seus entraves econômicos, sociais e ambientais. Entende-se ainda, que os grandes desafios macrorregionais, estão a exigir ações da sociedade e dos diferentes níveis do Poder Público para a mobilização de recursos e de mecanismos que viabilizem a sua superação; estrangulamentos econômicos cujos grandes desafios residem na baixa competitividade da economia regional com reduzidas taxas de crescimento, desestruturação de diversos segmentos produtivos, sobretudo os exportadores tradicionais, incapacidade para definir formas de integração inter e intra-regional, resultando num lento processo de modernização, que dificulta a implantação de segmentos baseados em informação e conhecimento, também chamados portadores de futuro; dispersão da aplicação dos diversos instrumentos de renúncia fiscal, crédito e financiamento existentes nos diferentes níveis de governo, desequilibrando o processo articulado que se busca para o aproveitamento das vocações sub-regionais, terminando por comprometer a competitividade regional; Insuficiência de infra-estrutura econômica e social e sua inadequação às necessidades produtivas, reduzindo a competitividade, retardando a melhoria da qualidade de vida e o processo de inclusão social; desarticulação entre a produção e o uso do conhecimento, seja o mais simples (originado, por exemplo, nas escolas agrícolas) seja o mais elaborado (universidades e centros de pesquisa) que compete em condições desfavoráveis pelas verbas com os centros de excelência do centro-sul; desarticulação entre as políticas ou os programas setoriais nacionais e as necessidades dos regionais, particularmente as voltadas para os setores produtivos e as destinadas à solução de questões sociais básicas como a elevação do emprego, o ensino fundamental e o médio, a capacitação para o trabalho e a empregabilidade da mão-de-obra, muito baixas nestas regiões; estrangulamentos científicos e tecnológicos, ocasionando uma reduzida capacidade de geração, absorção e difusão de informações e conhecimentos científicos e tecnológicos, Gerando uma grande defasagem em importantes segmentos produtivos, sobretudo os produtores de novos usos e produtos, tais como nanotecnologia, biotecnologia, software, etc.; problemas sociais revelados pelo nível de renda, dos mais baixos do País em alguns subespaços, o que registra a presença de um grande contingente de população situada abaixo da linha de pobreza, com reduzido acesso ao trabalho produtivo, com educação oferecida em padrões abaixo do mínimo recomendável, elevadas taxas de analfabetismo, a presença marcante do analfabetismo funcional, elevados índices de morbidade e mortalidade, crescente favelização do perímetro urbano dos municípios, baixos níveis de cobertura dos serviços de saneamento básico (água, esgoto e limpeza pública) baixa propensão às atividades associativas, e à

mobilização social; problemas sub-regionais onde se constata um conjunto de atividades econômicas ainda estagnadas em muitos subespaços, por desconhecimento de práticas modernas de gestão e de produção, com uma presença marcante da cultura de resignação.

Constatou-se quando da execução também problemas de desestruturação da economia, deficiência de infra-estrutura e na rede urbana; submissão às condições de sobrevivência decorrentes de um traço cultural, nas áreas mais interioranas, exploradas pelas circunstâncias políticas; problemas ambientais, levando a um processo de degradação ambiental, em todos os biomas das macrorregiões nos grandes aglomerados urbanos e em importantes ecossistemas vulneráveis.

2.4 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa

A UJ não possuía orçamento próprio, tão pouco era Unidade Orçamentária, nem tinha Unidade Gestora Orçamentária consolidada ou agregada sob sua estrutura.

2.4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	530002	04121143083500050		-	100.000,00	
		530002	11128143046400050			200.000,00	
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	-	-	-	-	-	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos					-	
	Recebidos				-	-	

Fonte: Siafi – Módulo Celulas

Análise Crítica

Os créditos recebidos pela UJ referem-se a descentralização de crédito da UO do Ministério da Integração Nacional (UG 530002) para que se fossem viabilizada as despesas com o PROJETO DE COOPERACAO TECNICA DAS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, BR/IICA/09/00.,.

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO
DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Llicitação		-		
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras	300.000,00	11.527.007,35	300.000,00	4.620.000,00

Fonte: SIAFI – Contas 29213.02.01 - crédito empenhado liquidado exceto doc folha; 29213.02.02 crédito empenhado liquidado - documento folha; 29241.04.03 valores pagos; e 29213.03.01 crédito pago.

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
-								
2 – Juros e Encargos da Dívida	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
-								
3- Outras Despesas Correntes	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
41 - Contribuições	300.000,00	1.400.000,00	300.000,00	100.000,00			1.300.000,00	300.000,00
								100.000,00

Fonte:Siafi.

.

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS
CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
42 - Auxílios		304.905.900,56		11.427.007,35		293.478.893,21		4.520.000,00
5 - Inversões Financeiras	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
-								
6 - Amortização da Dívida	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
-								

Fonte: Siafi.

Observação: Para os Quadros A.2.12 e A. 2.13 **Despesas empenhadas:** contas 29213.01.00 crédito empenhado a liquidar; 29213.02.01 crédito empenhado liquidado exceto doc. folha; 29213.02.02 credito empenhado liquidado - documento folha; e 29213.02.03 cred..empenhado-executado por inscrição de RP. **Despesas liquidadas:** contas 29213.02.01 crédito empenhado liquidado exceto doc. folha; 29213.02.02 credito empenhado liquidado - documento folha; e 29213.03.01 crédito pago. **RP Não processados:** conta 29213.02.03 cred.empenhado-executado por inscricao de rp. **Valores Pagos:** contas 29241.04.03 valores pagos; e 29213.03.01 credito pago folha.

Não houve movimentação após o mês de maio para a UJ devido a mesma ter sido extinta por força do Decreto nº 7.471/2011.

2.4.7 – Indicadores Institucionais

Em relação aos indicadores institucionais utilizados pela SCO, informamos que a principal forma de acompanhamento consiste no monitoramento dos produtos e serviços das Ações Orçamentárias, como relatado no item 2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

4. ITEM 4 – INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores**

O Quadro A.4.1 – PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES encontra-se inserido no relatório de gestão da SUDECO.

4.2 Análise Crítica

O item 4.2. – Análise Crítica encontra-se inserido no relatório de gestão da SUDECO.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.^o 108, DE 24/11/2010.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 15/05

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		4	4	
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		4	4	
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	1	
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		3	3	
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)		4	4	

Fonte: CGRH

Observação: Dados constantes até o dia 15/05/2011 momento em que a UJ foi extinta

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 15 DE MAIO DE 2011)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	-	16	18	2
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	1	
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		7	7	
1.2.4. Sem vínculo		8	10	2
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	16	18	2

Fonte: CGRH/MI

Observação: Dados constantes até o dia 15/05/2011 momento em que a UJ foi extinta

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 15/05

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	2	2			
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	2	2			
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	1	6	5	4	-
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	6	5	4	-
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	3	8	5	4	-

Fonte: CGRH/MI

Observação: Dados constantes até o dia 15/05/2011 momento em que a UJ foi extinta

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 15/05

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	4	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-	4	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	3	12	-	-	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	3	12	-	-	1
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	3	16	-	-	1
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: CGRH/MI

Observação: Dados constantes até o dia 15/05/2011 momento em que a UJ foi extinta

 5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	2	4	-	-	5.693
1.1 Área Fim	2	4	-	-	5.693
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	2	4			5.693

Fonte:CGRH/MI

Observação: Dados constantes até o dia 15/05/2011 momento em que a UJ foi extinta.

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Em R\$ 1,00

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2009										
	2010										
	2011										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2009	86.344,91	1.012.469,02	103.103,35	29.917,32	28.981,04	16.209,45	188.839,08			1.465.864,17
	2010	130.922,94	907.299,35	88.077,84	36.971,33	58.453,85	18.469,11	339.982,89	1.947,76	11.755,20	1.593.880,27
	2011	39.779,34	377.309,81	7.244,04	15.768,92	21.774,16	7.021,00	189.257,61		2.923,00	661.077,88
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2009	75.468,68	24.075,00	8.534,80	2.723,33	7.172,34	1.941,48	873,89			121.623,91
	2010	117.101,29	33.340,45	18.215,45	3.867,44	15.852,66	7.225,49	9.975,00			205.577,78
	2011	52.637,40	21.909,55			6.746,55	3.050,00	11.250,00			95.593,50

Fonte: CGRH/MI

Observação: Dados constantes até o dia 15/05/2011 momento em que a UJ foi extinta.

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

O Quadro A.5.9 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada.

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nº	Nome do empregado terceirizado substituído - SCO	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U e publicação da dispensa
1	Anderson Alves da Cunha	Auxiliar Administrativo I	Portaria nº 547/2009 23/12/2009
2	Andre Luiz Azevedo Martins	Técnico Administrativo I	Portaria nº 547/2009 23/12/2009
3	Franklen Evangelista de Souza	Técnico de Apoio I	Portaria nº 547/2009 23/12/2009
4	Joeldson Pereira de Araujo	Técnico de Apoio I	Portaria nº 547/2009 23/12/2009
5	Jose Joaquim Carneiro Filho	Auxiliar Administrativo II	Portaria nº 547/2009 23/12/2009
6	Priscila Tammy Gomes	Auxiliar Administrativo III	Portaria nº 547/2009 23/12/2009
7	Odil Souto	Operador de Micro I	Portaria nº 547/2009 23/12/2009
8	Rafaela Barreto Guedes	Técnico de Apoio I	Portaria nº 547/2009 23/12/2009
9	Aryane Christine Nascimento de Azevedo	Supor te Administrativo II	Portaria nº 557/2009 31/12/2009
10	Maria Aparecida Soares de Oliveira	Técnico Administrativo II	Portaria nº 557/2009 31/12/2009
11	Rebecca Lucena Campos	Especialista Junior I	Portaria nº 557/2009 31/12/2009
12	Simone Oliveira de Moraes	Técnico Administrativo II	Portaria nº 557/2009 31/12/2009
13	Tatiana Lucena de Lima	Especialista Junior I	Portaria nº 557/2009 31/12/2009
14	Vanessa Pádua Mendonça	Sup. Anal. Acomp. Proj. Senior I	Portaria nº 557/2009 31/12/2009
15	Rui Melo de Carvalho	Sup. Anal. Acomp. Proj. Senior II	Portaria nº 557/2009 31/12/2009

Fonte: CGRH/MI

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

O Ministério da Integração Nacional não possuiu indicadores gerenciais relacionados à gestão de recursos humanos, certamente a proposta de instituição desse indicador deverá ser sinalizada pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SEGEP/MP, que exerce a função de órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da União/SIPEC.

A gestão de Recursos Humanos da Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste estava a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Departamento de Gestão Interna do Ministério da Integração Nacional - CGRH/DGI/MI.

Neste contexto a gestão de recursos humanos da UJ não se dissociava daquele aplica nos termos do artigo 40 do Anexo I da Portaria MI nº 436, publicada no DOU de 1º de março de 2007, que aprovou o Regimento Interno da Pasta, e com base no Decreto nº 67.326/1970, que institui o Sistema de Pessoal Civil da União – SIPEC, é a unidade responsável pela gestão dos Recursos Humanos no âmbito do MI, observada as orientações emanadas do Gabinete dos Senhores Ministro e do Secretário-Executivo deste Ministério, e da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEGEP/MP, como Central do SIPEC

O Ministério da Integração Nacional foi criado pela Medida Provisória nº 1.911-8, de 28 de julho de 1999, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. No entanto, tais atos não trataram sobre a estruturação do Quadro de Pessoal Permanente do Órgão.

O Quadro de Pessoal Permanente - QPP do MI vem sendo constituído de servidores que nele ingressa por redistribuição ou por nomeação em virtude de aprovação em concurso público realizado para substituir força de trabalho terceirizada considerada irregular. Os servidores que integram o QPP ocupam cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, estruturado pelo artigo 1º da Lei nº 11.357/2006, da Carreira de Analista de Infraestrutura e do Cargo Isolado de Especialista em Infra-Estrutura, de que tratam o artigo 1º da Lei 11.539/2007.

O quantitativo de cargos efetivos ocupados nos exercícios de 2004 a 2011, variou conforme demonstrado no quadro abaixo:

Posição no mês de dezembro de cada exercício

Exercício	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Quantitativo	110	124	177	208	289	371	492	469

Valores remuneratórios, iniciais, pagos aos ocupantes de cargos que integram o QPP/MI, vigentes no mês de dezembro – 2011:

Vencimento básico acrescido da Gratificação de Desempenho

Cargos	Remuneração mês - R\$
Analista Téc.Administrativo – nível superior do PGPE	3.225,42
Assistente Téc.Administrativo – nível médio do PGPE	2.153,22
Analista de Infra-Estrutura – NS - Lei nº 11.539/2007	6.379,21
Especialista em Infra-Estrutura – NS da Lei nº 11.539/2007	9.074,47
Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, Lei nº 12.277/2010	4.834,22

A variação física, ingressos e egressos, nos exercícios de 2009 a 2011, ocorrida na força de trabalho composta por servidor ocupante de cargo efetivo, sendo os ingressos representados pelas nomeações de candidatos a cargos efetivos selecionados via concurso público para substituir os prestadores de serviços terceirizados cujos serviços não encontram amparo no Decreto nº 2.271/1997, e os egressos pelas exonerações a pedido ou por vacâncias por posse em outro cargo efetivo não acumulável, apresentou no decorrer daqueles exercícios os seguintes números:

Tipologia de vínculo	Ingressos	Egressos
Cargos do PGPE de nível superior	175	60
Cargos do PGPE de nível médio	220	81
Cargos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo remunerados de acordo com a Lei nº 12.277/2010	00	4
Cargos da carreira de Analista em Infra-Estrutura	00	5
Totais	395	150

Do quadro acima, observa-se que o quantitativo de egressos de servidores no decorrer dos exercícios de 2009 a 2011 são bastante expressivas. A redução física da força de trabalho laborativa, quando ocorre sem a iniciativa da administração pública, é prejudicial, em especial quando se perde servidores qualificados, treinados e experientes. Capacitar e treinar novos servidores é dispendioso e demorado. Até que estejam aptos a desempenharem suas funções com a eficiência que se deseja, poderá decorrer considerável espaço de tempo, prejudicando o órgão no cumprimento das suas metas.

Um alto índice de rotatividade de servidores forçosamente acaba afetando o desempenho de qualquer organização, seja ela pública ou privada, principalmente, se considerarmos o fato da força de trabalho já ser insuficiente e os egressos serem servidores e/ou colaboradores com plenos conhecimentos sobre a condução das atribuições da organização.

O egresso de servidores somente poderá ser considerado como "positivo", quando for de iniciativa da organização, principalmente, quando se tratar de exoneração ou demissão de servidor ou colaborador que não está atingindo as expectativas no que tange a produtividade e qualidade, por problemas de indisciplina ou faltas excessivas, etc. Quando isto ocorre, à organização que é previdente, certamente, já se preparou para aquele acontecimento, procurando um substituto e treinando-o com certa antecedência. No entanto, este não é o caso do MI, haja vista que o pleito de saída, quase na sua totalidade, é de iniciativa do próprio servidor, que acaba ocorrendo sem aviso prévio e sem a devida transmissão do conhecimento para o servidor que fica.

O quadro a seguir sintetiza os motivos que levaram vários servidores no decorrer dos exercícios de 2009 a 2011 a deixarem os cargos efetivos que ocupavam neste Ministério.

Motivo da exoneração ou da vacância	%
Posse em outro cargo inacumulável / Outro emprego	63,16%
Empresa privada	0,00%
Insatisfação salarial	21,05%
Problema de saúde pessoal ou da família	0,00%
Problema com chefia	0,00%
Problema de relacionamento interpessoal na equipe de trabalho	0,00%
Insatisfação com o ambiente de trabalho	0,00%
Insatisfação com as atividades desempenhadas	15,79%
Outro	0,00%
Total	100,00%

Analizando o referido quadro, conclui-se que 63,16% servidores pediram exoneração ou vacância por posse em outro cargo não acumulável motivados por outro cargo público de melhor remuneração. O percentual daqueles que declararam que a saída foi motivada por insatisfação salarial é de 21,05%. Com isso, a soma dos dois percentuais totaliza 84,21%, ou seja, tais servidores ocupantes de cargos efetivos deixaram o MI por insatisfação remuneratória.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.^o 108, DE 24/11/2010.

6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

De acordo com as orientações da Portaria TCU nº 123/2011 – Conteúdos do Relatório de Gestão, e em razão de sua extensão, as informações do Quadro 6.1.1 seja aposto no capítulo de anexos, fazendo-se as devidas referências no corpo do relatório de gestão – Anexo 1 do relatório de gestão da SUDECO.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE					
CNPJ:	-					
UG/GESTÃO:	530014/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	411	355		97.050.607,97	43.524.074,88
Contrato de Repasse	-	-	-		-	-
Termo de Cooperação	-	-	-		-	-
Termo de Compromisso	-	-	-		-	-
Totais		411	355		97.050.607,97	43.421.006,08

Fonte: SICONV/SIAFI

Observação: Dados constantes até o dia 15/05/2011 momento em que a UJ foi extinta.

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTES

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE		Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	582	365.090.921,11	38.646.489,87	242.927.313,73	10,59
Contrato de Repasse	-				
Termo de Cooperação	1	1.149.580,00	350.000,00	799.580,00	30,46
Termo de Compromisso	-				
Totais	583	366.240.501,11	38.996.489,87	243.726.893,73	9,39

Fonte:SIAFI/SICONV

6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste					
CNPJ: 13.802.028/0001-94		UG/GESTÃO: 533018 / 53207			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Termo de Cooperação
2011	Contas prestadas	Quantidade	11		
		Montante Repassado	R\$ 5.957.387,10		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	42		
		Montante Repassado	R\$ 12.622.603,69		
2010	Contas prestadas	Quantidade	66		
		Montante Repassado	R\$ 19.992.521,98		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	42		
		Montante Repassado	R\$ 11.413.320,00		
2009	Contas prestadas	Quantidade	19		
		Montante Repassado	5.738.442,61		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	R\$ 830.000,00		
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	100.000,00		

Fonte: Diretoria de Administração/SUDECO

6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$ 1,00

		Unidade Concedente ou Contratante			
		Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			11	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	0	
			Contas Não analisadas	1	
	Montante repassado (R\$)			100.000,00	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	7	
			Quantidade Reprovada	-	
			Quantidade de TCE	-	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	3	
			Montante repassado (R\$)	5.857.387,00	
2010	Quantidade de contas prestadas			66	

	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	8	
		Quantidade Reprovada	-	
		Quantidade de TCE	-	
2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	58	
		Montante repassado (R\$)	13.545.774,17	
	Quantidade de contas prestadas		19	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	5	
		Quantidade Reprovada	-	
		Quantidade de TCE	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	14	
		Montante repassado	3.459.724,33	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	7	
		Montante repassado	2.179.626,63	
Fonte: Diretoria de Administração/SUDECO				

6.3 Análise Crítica

O item 6.3. – Análise Crítica encontra-se inserido no relatório de gestão da SUDECO.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.**7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV**

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, Marcelo de Almeida Contreiras Dourado, CPF nº150.923.641- 49, Diretor-Superintendente em exercido na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 30 de junho de 2012.



Marcelo de Almeida Contreiras Dourado

150.923.641-49

Diretor-Superintendente

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20	20	20
	Entregaram a DBR	20	20	20
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: CGRH/MI

8.2 Análise Crítica

De acordo com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Integração Nacional, todos os servidores desta Unidade Jurisdicionada fizeram opção de autorização de acesso e ainda entregam via papel, onde a citada Coordenação-Geral arquiva nas pastas funcionais dos servidores em envelope lacrado. Portanto os 20 servidores da UJ cumpriram com a obrigação da Declaração de Bens e Renda – DBR.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

A informação está estruturada conforme o Quadro A.9.1 abaixo, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
As repostas foram elaboradas por um grupo de servidores, representantes da área institucional e da área finalística da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste e por representantes da Assessoria de Controle Interno do Ministério da Integração Nacional reunidos para debater os quesitos.					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O tópico sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis traz questões que o gestor terá de avaliar segundo sua concordância ou não com as afirmações apresentadas no Quadro A.10.1 abaixo.

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis			x		
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			x		
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.		x			
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			x		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		x			
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				x	
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				x	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					x
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					x
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		x			
▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e		x			

qualidade de tais bens/produtos.				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		x		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		x		
<i>Considerações Gerais:</i>				
LEGENDA				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº108, DE 24/11/2010.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

O item 11 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 107/2010, Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da UJ classificado como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locado de terceiros, bem como os seus respectivos subitens, não se aplicam a esta Unidade Jurisdicionada constando do relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional.

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010.
12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)
QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decide sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	01				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI	NÃO SE APLICA				

em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
<u>Níveis de avaliação:</u>					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberações do TCU atendidas no exercício.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberação do TCU pendente de atendimento no exercício.

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste		50661			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº: 201108178	Item 01 Constatação: 4.1.9.3	Nota Técnica nº 994		
02	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº: 201108178	Item 02 Constatação: 4.1.9.3	Nota Técnica nº 994		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste			50661		
Descrição da Recomendação:					
Apropriação indevida do saldo remanescente relativo ao Convênio SICONV nº 725595, firmado com a Prefeitura de Pirenópolis/GO, no valor R\$ 100.016,64.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste			50661		
Síntese da providência adotada:					
Em 27 de janeiro de 2012, a SUDECO, por meio do ofício nº. 185/2012/ADM/PRESTCONT/SUDECO, solicitou a devolução do saldo remanescente do convênio 725595 no montante de R\$ 100.016,64.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em 13 de fevereiro de 2012 o município de Pirenópolis apresentou ofício 016/20125-GAB encaminhando cópia da de Guia de Recolhimento à União – GRU no montante de R\$ 104.978,02.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve					

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste		50661			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº: 201108178	Item 4.1.9.2 Rec. 01 Página 56	Nota Técnica n° 994		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste			50661		
Descrição da Recomendação:					
Convênios com prazos de apresentação e de análise de prestação de contas expirados.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste			50661		
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A SUDECO foi reinstalada em maio de 2011 e está se estruturando para alcançar seus objetivos institucionais. Relativamente a descrição da recomendação, criou-se instância interna de acompanhamento dos processos relativos aos convênios celebrados pelo órgão, que além de responder pelo acompanhamento da execução, também ficou responsáveis pelo monitoramento do prazo de vigência e cobrança das prestações de contas no tempo oportuno e, em caso de descumprimento dos prazos por parte dos convenentes, pelo encaminhamento dos processos para inscrição no cadastro de inadimplentes conforme a legislação em vigor.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A princípio, as prestações de contas deveriam ser entregues diretamente à Diretoria de Administração no momento de sua entrada no Ministério, entre tanto, devido à proximidade entre o convenente e o setor que faz o acompanhamento da execução do objeto, por vezes essa tramitação não é observada o que ocasiona situações como as citadas no item anterior.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste		50661			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº: 201108178	Item 01 da Constatação: 4.1.9.4	Nota Técnica nº 994		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste		50661			
Descrição da Recomendação:					
Convênio SICONV com prazo de Prestação de Contas vencido e na situação de adimplente no SIAFI					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste		50661			
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A SUDECO foi reinstalada em maio de 2011 e está se estruturando para alcançar seus objetivos institucionais. Relativamente a descrição da recomendação, criou-se instância interna de acompanhamento dos processos relativos aos convênios celebrados pelo órgão, que além de responder pelo acompanhamento da execução, também ficou responsáveis pelo monitoramento do prazo de vigência e cobrança das prestações de contas no tempo oportuno e, em caso de descumprimento dos prazos por parte dos convenentes, pelo encaminhamento dos processos para inscrição no cadastro de inadimplentes conforme a legislação em vigor.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A princípio, as prestações de contas deveriam ser entregues diretamente à Diretoria de Administração no momento de sua entrada no Ministério, entre tanto, devido à proximidade entre o conveniente e o setor que faz o acompanhamento da execução do objeto, por vezes essa tramitação não é observada o que ocasiona situações como as citadas no item anterior.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste		50661			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº: 201108178	Item 01 da Constatação: 4.1.9.8	Nota Técnica nº 994		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste		50661			
Descrição da Recomendação:					
Quatro convênios celebrados com a Prefeitura de Jataí – GO, para execução de objeto similar e a ocorrência de licitação guarda chuva.					
Providências Adotadas					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O convênio 601580/2007 cujo objeto é Recuperação do córrego Jataí 1ª etapa no valor de R\$ 2.000.000,00; o convênio 627447/2008 cujo objeto é Recuperação do córrego Jataí 2ª etapa no valor de R\$ 4.000.000,00; o convênio 706324 cujo objeto é Recuperação do córrego Jataí 3ª etapa no valor de R\$ 3.000.000,00; e o convênio 733195 cujo objeto é Recuperação do córrego Jataí 4ª etapa no valor de R\$ 4.000.000,00 foram sub-rogados a Secretaria de Infraestrutura Hídrica por força das portarias nº 566, de 03 de agosto de 2011 e nº. 741, de 21 de outubro de 2011.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste		50661			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	Relatório de Auditoria n° 201108178	Item 4.3	OS 201108178		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste		50661			
Descrição da Recomendação:					
Acompanhamento das áreas de risco (fragilidades nos Controles Internos Primários).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste		50661			
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A SUDECO foi reinstalada em maio de 2011 e está se estruturando para alcançar seus objetivos institucionais. Estamos editando novos manuais operativos internos que contemplará essa recomendação da Controladoria Geral da União, bem como outras situações específicas frutos de nossa experiência e que mereça m atenção especial.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A falta de pessoal para realização das atividades inerentes aos objetivos institucionais da SUDECO é fator que prejudica e retarda a adoção das medidas que visam atender as recomendações do órgão de controle interno.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste		50661			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
01	Relatório de Auditoria nº 201108178	Item 4.3	OS 201108178		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste			50661		
Descrição da Recomendação:					
Falta Manual de Orientações para Apresentação de Propostas (fragilidades nos Controles Internos Primários).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Secretaria do Desenvolvimento do Centro-Oeste			50661		
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A SUDECO foi reinstalada em maio de 2011 e está se estruturando para alcançar seus objetivos institucionais. Estamos editando novo manual de orientações para apresentação de propostas que contemplará essa recomendação da Controladoria Geral da União, bem como outras situações específicas frutos de nossa experiência e que mereça maior atenção especial.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A falta de pessoal para realização das atividades inerentes aos objetivos institucionais da SUDECO é fator que prejudica e retarda a adoção das medidas que visam atender as recomendações do órgão de controle interno.					

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010.

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Não houve recomendação da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna atendidas no exercício.

**16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna
pendentes de atendimento**

Não houve recomendação da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento no exercício.

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2010
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

17. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

A Declaração do Contador responsável por UJ encontra-se no item 17.1 do relatório de gestão da SUDECO - Capítulo I deste Relatório.

CAPÍTULO III

1. APRESENTAÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelo Distrito Federal e pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 466 municípios.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e interregionais de desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O presente Relatório resulta do trabalho realizado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório de Atividades Desenvolvidas e de Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no exercício de 2011, elaborado pelo Banco do Brasil S.A.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região. São examinadas, igualmente, a movimentação financeira e a situação dos recursos, observando-se as aplicações realizadas, a situação patrimonial e os elementos de natureza operacional e financeira.

2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração Nacional		Código SIORG: -	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste			
Denominação abreviada: FCO			
Código SIORG: -	Código LOA: 53902	Código SIAFI: 537003	
Situação: Em funcionamento			
Natureza Jurídica: Fundo Constitucional de Financiamento – Fundo Especial de Natureza Financeira (art. 71, § 2º, do Decreto n.º 93.872, de 23.12.1986).			
Principal Atividade: Administração		Código CNAE: -	
Telefones/Fax de contato:	(061) 3414-0121	(061) 3414-0122	(061) 3414-0144
E-mail: faleconosco@sudeco.gov.br ; governo@bb.com.br			
Página na Internet:			
Condel/FCO: http://www.sudeco.gov.br/apresentacao3			
Ministério da Integração Nacional: http://www.integracao.gov.br/apresentacao14			
Banco do Brasil: http://www.bb.com.br/portalbb/page3.110.4501.11.0.1.3.bb?codigoNoticia=337&codigoMenu=668&codigoRet=927&bread=1_8			
Endereço Postal:			
Condel: SBN, Quadra 2, Lote 11, Edifício Apex Brasil, Portaria B, 2º Subsolo, Brasília (DF), CEP 70.040-020; Telefone: 61-3414-0122; Fax: 61-3414-0143.			
Ministério da Integração Nacional: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 8º andar, Gabinete, Brasília (DF), CEP 70.062-900; Telefone: 61-3414-5814; Fax: 61-3414-5638.			
Banco do Brasil: SBS, Quadra 1, Bloco C, Lote 32, Ed. Sede III, 11º andar, Brasília (DF), CEP 70.073-901; Telefone: 61-3102-2123; Fax: 61-3310-8813.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e Art.. 6º da Lei n.º 7.827 destinou 0,6% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para o FCO.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
O § 3º do art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), definiu que, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO serão exercidas temporariamente pelo Condel/FCO; e			
Com a publicação, em 16.05.2011, dos Decretos n.º 7.471 e 7.472, de 04.05.2011, os quais aprovaram, respectivamente, as Estruturas Regimentais da Sudeco e do MI, as atribuições relativas ao FCO, antes sob a responsabilidade das extintas Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no âmbito do MI, passam a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI).			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
537003	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
53902	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

537003

53902

3. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto n.º 6.047, de 22.02.2007, é parte indissociável da estratégia de desenvolvimento do País e expressão da prioridade que é dada ao tema na agenda nacional de desenvolvimento. A Constituição de 1988 já determinava a redução das desigualdades regionais como um dos eixos da estratégia de desenvolvimento nacional.

Os objetivos da PNDR são reduzir as profundas desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das Regiões do País, promovendo a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. A matéria-prima da política é o imenso potencial de desenvolvimento contido na diversidade econômica, social, cultural e ambiental que caracteriza o Brasil.

As severas desigualdades sociais e econômicas que caracterizam a sociedade brasileira se expressam na base territorial, resultando em distorções que se agravam com o início do processo de industrialização do País, deflagrada em meados do Século XX.

A desigualdade regional é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em espaços com melhores condições de mercado e de infraestrutura em detrimento dos espaços em que estas condições não se apresentam favoráveis ao desenvolvimento do Setor Produtivo. A PNDR atua no sentido de contrabalançar a lógica centrípeta das forças de mercado, por meio da promoção e valorização da diversidade regional, conciliando competitividade e expressão produtiva de valores socioculturais diversos.

A PNDR objetiva não somente combater as desigualdades macrorregionais, mas também as desigualdades existentes entre os espaços sub-regionais dentro de cada macrorregião. Neste contexto, a Política utiliza como referência, um mapeamento de todo o território nacional a partir do cruzamento de duas variáveis: rendimento domiciliar médio (extraído dos censos demográficos do IBGE de 1991 a 2000) e taxa de crescimento do PIB per capita, obtida a partir das estimativas de PIB municipais, realizados pelo IPEA. A primeira, uma variável estática, retrata a riqueza relativa da população. A segunda, uma variável dinâmica, retrata o potencial relativo de crescimento observado na década de 90.

O cruzamento das duas variáveis – denominado tipologia da PNDR – resultou em um cartograma de quatro situações descritas da seguinte maneira:

- *microrregiões (MRGs) de alta renda: compreendendo MRGs com alto rendimento domiciliar por habitante, independentes do dinamismo observado, que se encontram predominantemente nas Regiões Sul e Sudeste e também no Centro-Oeste. As Regiões Norte e Nordeste, ao contrário, apresentam manchas insignificantes nessa Tipologia, quase todas relacionadas às MRGs das capitais, o que denota um primeiro contraste importante;*

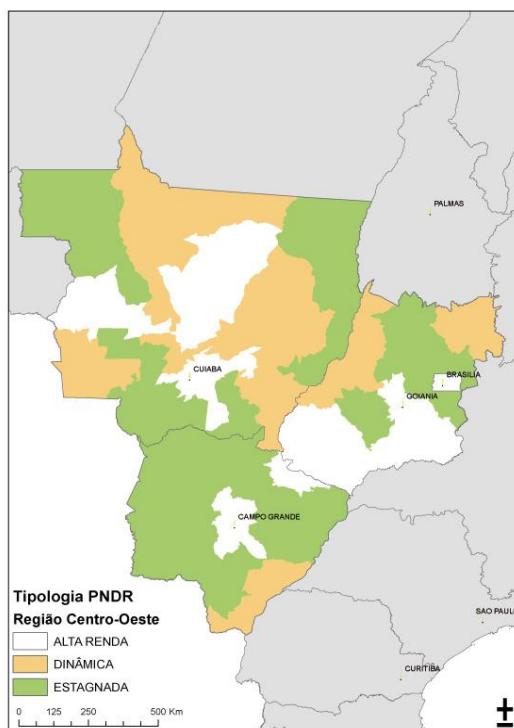
- *microrregiões (MRGs) dinâmicas:* MRGs com rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica significativa. Elas possuem presença rarefeita nas Regiões Sul e Sudeste e são mais freqüentes no Centro-Oeste e Nordeste, onde cobrem vastas extensões territoriais;
- *microrregiões (MRGs) estagnadas:* MRGs com rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico. Em geral, refletem dinamismo com períodos passados e possuem, em muitos casos, estrutura socioeconômica e capital social considerável. Sua espacialização mostra uma dispersão por todo território nacional, embora predominem nas Regiões Sul e Sudeste, com importante presença no Centro-Oeste; e
- *microrregiões (MRGs) de baixa renda:* MRGs com baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo. Concentradas no Norte e Nordeste, combinam situações de pobreza e debilidade da base econômica regional.

O Ministério da Integração Nacional vem orientando suas ações em função do mapa das desigualdades, produto do diagnóstico da PNDR. A tradução da política em ações dos Governos Federal, Estaduais e Municipais e da sociedade civil, nas mais diversas escalas, está cristalizada nos programas do PPA, no direcionamento estratégico dos instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional e em iniciativas não orçamentárias do governo.

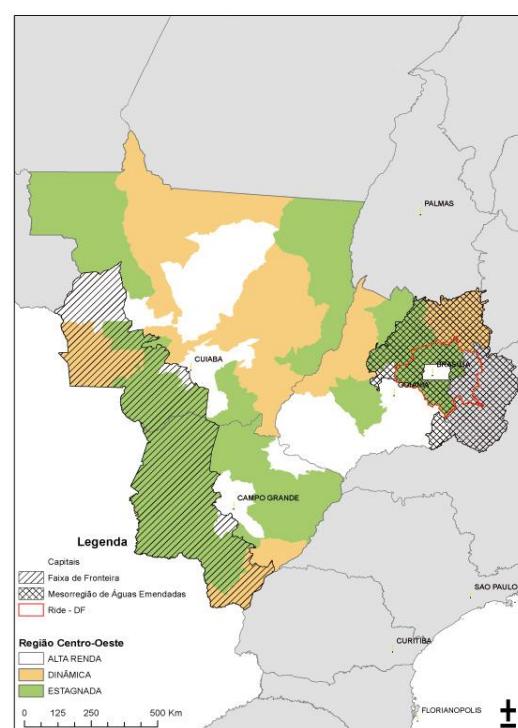
Dentre as ações para a implementação da PNDR, destacam-se, na escala sub-regional, as áreas especiais de planejamento, como a faixa de fronteira, que constitui objeto de programa específico no PPA e, ainda, o Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso), que articula ações de capacitação, mobilização de atores sociais, infraestrutura, crédito e assistência técnica para o desenvolvimento do potencial endógeno das mesorregiões diferenciadas, como a de Águas Emendadas.

Mapa 1: Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

Mapa 1.a: Tipologia da PNDR



Mapa 1.b: Espaços Prioritários



São espaços prioritários da PNDR os municípios integrantes das microrregiões classificadas como de economia dinâmica e estagnada, segundo a tipologia da PNDR, e, no caso da Região Centro-Oeste, as sub-regiões: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), Mesorregião de Águas Emendadas e Faixa de Fronteira.

A ação da PNDR procura reduzir as desigualdades regionais, focando-se no combate à estagnação econômica observada em algumas sub-regiões brasileiras, que devem ser priorizadas no processo de transferência de recursos promovida pelo Governo Federal. O financiamento da política deve ser direcionado de forma a fornecer suporte financeiro adequado às diversas escalas de intervenção. Em síntese, o financiamento do desenvolvimento nas múltiplas escalas conta com instrumentos diversos, a exemplo do Orçamento-Geral da União e dos entes federativos, bem como dos Fundos de Desenvolvimento Regional, dos Incentivos Fiscais e dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO), que são os principais instrumentos de fomento às atividades produtivas desenvolvidas nas Regiões em que atuam.

Dentre os 5.564 municípios brasileiros, 466 fazem parte da área de atuação do FCO. Observando a tipologia da PNDR, 8,1% dos municípios integrantes das microrregiões classificadas como de economia estagnada encontram-se na área de atuação do FCO. As outras classificações – dinâmica e alta renda – representam 13,3% e 9,4%, respectivamente.

Tabela 1: Número de Municípios segundo a Tipologia da PNDR

Tipologia	Brasil	Centro-Oeste	%
	(a)	(b)	(b/a)
Baixa Renda	715	-	-
Estagnada	2.276	185	8,1
Dinâmica	1.002	133	13,3
Alta Renda	1.571	148	9,4
Total	5.564	466	8,4

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

4. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o Relatório Anual sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO que o Banco do Brasil S.A. apresenta ao Ministério da Integração Nacional em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei n.^o 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei n.^o 10.177, de 12.01.2001, acompanhado dos seguintes documentos: balancetes e balanços patrimoniais; relatório e parecer de auditores independentes; mapas estatísticos de operações contratadas por programa, por porte de tomadores e por Unidade Federativa; dados gerenciais sobre a situação dos recursos etc.

Cabe ao Ministério da Integração Nacional encaminhar o referido Relatório ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO), juntamente com sua apreciação, com vistas à avaliação dos resultados obtidos e à determinação das medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas.

5. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2011

A Programação do FCO para 2011 foi elaborada pelo Banco do Brasil, avaliada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 410, de 14.12.2010, e alterada pelas Resoluções Condel/FCO n.º 413 a 437, de 2011, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/FCO e, ainda, com as contribuições originadas de discussões em reuniões com a participação de representantes das Unidades Federativas da Região e das classes produtoras e trabalhadoras, interessados na aplicação dos recursos do Fundo.

5.1. Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades

De acordo com atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu, por meio da Portaria n.º 571, de 12.07.2010, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2011.

O Condel/FCO, por sua vez, em conformidade com o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, estabeleceu, por meio da Resolução n.º 406, de 31.08.2010, as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo no exercício de 2011.

O Banco do Brasil S.A., por sua vez, formulou a proposta de Programação em consonância não só com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI e as diretrizes e prioridades definidas pelo Condel, mas também com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

A referida proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO), por meio da Resolução n.º 410, de 14.12.2010, com base nas atribuições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei n.º 7.827.

As ações desenvolvidas para cumprir essas diretrizes, orientações gerais e prioridades e os resultados alcançados serão abordados no item “10. Atendimento às Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades”.

5.2. Programas e Linhas de Financiamento

Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro e Pequenas Empresas (MPE):

- *Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais (EI);*
- *Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;*
- *Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;*

- *Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE;*
- *Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e*
- *Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.*

Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE):

- *Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;*
- *Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;*
- *Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE;*
- *Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e*
- *Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.*

Programa de FCO Rural:

- *Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;*
- *Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem;*
- *Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (Convir);*
- *Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC):*
 - *Modalidade 1: Conservação da Natureza; e*
 - *Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF);*
- *Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;*
- *Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;*
- *Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca;*
- *Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira; e*
- *Linha Especial de Financiamento para Custo Agropecuário para Médios e Grandes Produtores Rurais.*

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – Reforma Agrária (Planta Brasil).

Programa de FCO para Repasse:

- *Programa de FCO Empresarial para Repasse; e*
- *Programa de FCO Rural para Repasse.*

6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2011

6.1. Recursos previstos para o exercício de 2011

De acordo com a Programação do FCO para 2011, aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 410, de 14.12.2010, e com o Ofício Diretoria de Governo/Genef/Dinef II – 2011/012.946, de 16.11.2011, o montante de recursos previstos para aplicação no exercício era de R\$ 4.786,1 milhões.

As principais fontes de recursos são: previsão de repasses do Tesouro Nacional provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações); previsão de receitas e despesas do Fundo; disponibilidades apuradas em 31.12.2010; parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.

Tabela 2: Recursos previstos para o exercício de 2011

Origem	R\$ Milhões
Repasses do Tesouro Nacional	1.762,5
Retornos de financiamentos	2.444,2
Resultado operacional	103,7
Disponibilidades ao final do exercício anterior	867,7
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(392,1)
Total	4.786,1

Fonte: Programação do FCO para 2011 e Relatório de Gestão do BB.

6.2. Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

A Tabela 3 demonstra a distribuição de recursos (percentual e valor) por UF e Setor para o exercício:

Tabela 3: Distribuição dos Recursos por UF e Setor

	DF		GO		MS		MT		R\$ Mil Região
	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor	% em relação à UF	Valor
Empresarial	727.481		693.978		550.397		693.978		2.665.834
% em relação ao total	15,2%	80,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	55,7%
Rural	181.870		693.978		550.397		693.978		2.120.223
% em relação ao total	3,8%	20,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%	44,3%
Total	909.351	100,0%	1.387.957	100,0%	1.100.793	23,0%	1.387.957	100,0%	4.786.057
% em relação ao total	19,0%		29,0%		23,0%		29,0%		100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2011 e Relatório de Gestão do BB.

Cumpre registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Conselho/Federal nº 215, de 08.06.2004).

6.3. Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2011 foram distribuídos por UF e setor e, dentro deste, por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as disposições das Resoluções Condel/FCO n.º 197, de 20.06.2003, e 215, de 08.06.2004, as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/FCO e, ainda, os percentuais de distribuição por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região, conforme demonstrado a Tabela 4 a seguir:

Tabela 4: Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

	DF	GO	MS	MT	Região	R\$ Mil
Empreendedores Individuais e Mini, Micro e Pequenos Tomadores						
FCO Empresarial	371.015	353.929	280.702	353.929	1.359.575	28,4
Industrial	91.075	155.451	89.544	53.089	389.160	
Infraestrutura	97.887	35.393	19.818	53.089	206.187	
Turismo	91.075	35.393	20.491	106.179	253.138	
Comércio e Serviços	90.978	127.692	150.849	141.572	511.091	
FCO Rural	92.754	353.929	280.702	353.929	1.081.314	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	90.935	212.357	110.079	325.139	738.510	
Demais Rurais	1.819	141.572	170.623	28.790	342.804	
Subtotal	463.769	707.858	561.405	707.858	2.440.889	51,0
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	356.466	340.049	269.694	340.050	1.306.259	27,3
Industrial	83.843	122.418	168.020	68.010	442.290	
Infraestrutura	97.887	33.866	17.800	68.010	217.563	
Turismo	83.843	33.866	14.566	68.010	200.285	
Comércio e Serviços	90.893	149.899	69.309	136.020	446.121	
FCO Rural	89.116	340.049	269.694	340.049	1.038.909	21,7
Subtotal	445.582	680.099	539.389	680.099	2.345.168	49,0
Resumo Geral						
FCO Empresarial	727.481	693.978	550.397	693.978	2.665.834	55,7
Industrial	174.918	277.869	257.564	121.099	831.450	
Infraestrutura	195.775	69.259	37.617	121.099	423.750	
Turismo	174.918	69.259	35.057	174.189	453.423	
Comércio e Serviços	181.870	277.591	220.159	277.591	957.211	
FCO Rural	181.870	693.978	550.397	693.978	2.120.223	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	90.935	212.357	110.079	325.139	738.510	
Demais Rurais	90.935	481.621	440.317	368.840	1.381.713	
Total	909.351	1.387.957	1.100.793	1.387.957	4.786.057	100,0

Fonte: Programação do FCO para 2011 e Relatório de Gestão do BB.

7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2011

7.1. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no exercício de 2011 (R\$ 4.691,6 milhões) representou 98,0% do previsto (R\$ 4.786,1 milhões), conforme Tabela 5 a seguir:

Tabela 5: Orçamento – Previsto X Realizado

R\$ Milhões

Origem	Previsto (a)	Realizado (b)	% (b/a)
Repasses do Tesouro Nacional	1.762,5	1.676,9	95,1
Retornos de financiamentos	2.444,2	2.083,8	85,3
Resultado operacional	103,7	224,7	216,6
Disponibilidades ao final do exercício anterior	867,7	867,7	100,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(392,1)	(161,5)	41,2
Total	4.786,1	4.691,6	98,0

Fonte: Programação do FCO para 2011 e Relatório de Gestão do BB.

7.2. Repasses do Tesouro Nacional

Os repasses do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proveitos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, totalizaram R\$ 1.676,9 milhões no exercício de 2011, montante 4,9% inferior ao previsto (R\$ 1.762,5 milhões) e 20,6% superior ao realizado no exercício de 2010 (R\$ 1.390,4 milhões).

7.3. Retornos de financiamentos

Os pagamentos efetuados pelos clientes para amortizar ou liquidar saldos devedores de financiamentos totalizaram R\$ 2.083,8 milhões, montante 14,7% inferior ao inicialmente previsto (R\$ 2.444,2 milhões).

7.4. Resultado operacional

O resultado operacional, correspondente às receitas e despesas do Fundo, foi de R\$ 224,7 milhões no exercício de 2011, montante 116,7% superior ao previsto (R\$ 103,7 milhões) e 48,3% inferior ao realizado no exercício de 2010 (R\$ 434,6 milhões).

7.5. Recursos comprometidos com parcelas a liberar

Complementando o desempenho positivo da fonte “resultado operacional”, a redução de 58,8% verificada na utilização dos “recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores” também contribuiu para a realização de 98,0% do orçamento previsto.

7.6. Distribuição do orçamento realizado por UF e Setor

A Tabela 6 apresenta a distribuição do orçamento realizado no exercício de 2011 por UF e Setor, segundo os percentuais definidos na Programação do FCO para 2011:

Tabela 6: Distribuição do Orçamento Realizado por UF e Setor

	DF	GO	MS	MT	R\$ Mil Região
Empresarial	713.123	680.282	539.534	680.282	2.613.220
%	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7
Rural	178.281	680.282	539.534	680.282	2.078.377
%	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3
Total	891.403	1.360.563	1.079.067	1.360.563	4.691.597
%	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8. DESEMPENHO OPERACIONAL NO EXERCÍCIO DE 2011

As contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2011 atingiram R\$ 5.546,6 milhões, o que corresponde a 115,9% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 4.786,1 milhões) e a 118,2% do montante de recursos efetivamente distribuídos no período para aplicação (R\$ 4.691,6 milhões):

Tabela 7: Orçamentos Previsto e Realizado X Contratações por Setor

Setor	Orçamento Previsto (a)	Orçamento Realizado (b)	Contratações (c)	%	%	% Contratações X Totais	
						Total 1 (c/d)	Total 2 (c/e)
Empresarial	2.665,9	2.613,2	2.946,4	110,5	112,7	61,6	62,8
Rural	2.120,2	2.078,4	2.600,2	122,6	125,1	54,3	55,4
Total	4.786,1 (d)	4.691,6 (e)	5.546,6	115,9	118,2	115,9	118,2

Fonte: Programação do FCO para 2011 e Relatório de Gestão do BB.

8.1. Contratações por UF

A Tabela 8 demonstra as contratações em cada Unidade Federativa por Setor e Linha de Financiamento. Foram contratadas 73.541 operações no valor de R\$ 5.546,6 milhões no exercício de 2011 com recursos do FCO. Desse montante, R\$ 410,5 milhões (7,3%) beneficiaram o DF; R\$ 2.061,0 milhões (37,2%) o Estado de GO; R\$ 1.178,9 milhões (21,3%) o Estado de MS; e R\$ 1.896,2 milhões (34,2%) o Estado de MT:

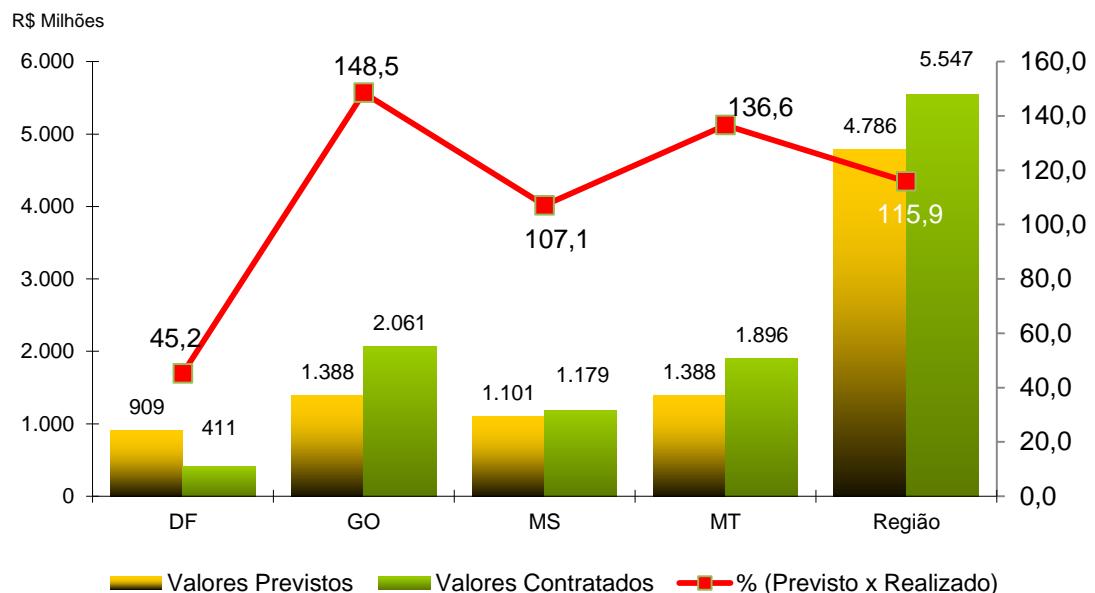
Tabela 8: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

	DF		GO		MS		MT		Região		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Empresarial	3.296	340.241	8.269	1.041.049	5.191	551.511	5.382	1.013.618	22.138	2.946.419	
Industrial	727	77.435	3.243	440.844	781	306.416	1.178	163.968	5.929	988.663	
Infraestrutura	9	47.242	28	276.774	12	12.802	20	524.726	69	861.544	
Turismo	358	35.878	576	48.178	393	23.874	301	50.700	1.628	158.630	
Comércio e Serviços	2.202	179.686	4.422	275.253	4.005	208.419	3.883	274.224	14.512	937.582	
Rural	1.594	70.263	27.562	1.019.937	9.576	627.375	12.671	882.621	51.403	2.600.196	
Pronaf-RA	27	465	400	4.480	1.651	28.068	465	6.138	2.543	39.151	
Pronaf Demais	1.178	20.003	21.149	389.579	4.804	88.122	9.832	290.411	36.963	788.115	
Demais Rurais	389	49.795	6.013	625.878	3.121	511.185	2.374	586.073	11.897	1.772.930	
Total	4.890	410.504	35.831	2.060.986	14.767	1.178.886	18.053	1.896.239	73.541	5.546.615	
%	6,6	7,4	48,7	37,2	20,1	21,3	24,5	34,2	100,0	100,0	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Na forma apresentada no Gráfico 1, as contratações com recursos do FCO superaram o planejado para o ano de 2011 nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. No Distrito Federal as contratações ficaram abaixo do esperado, alcançando somente 45,2% do montante previsto.

GRÁFICO 1: CONTRATAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS POR UF



Cabe destacar que, em relação ao exercício de 2010, houve decréscimo na quantidade de operações realizadas (-2,0%) e acréscimo no volume de recursos aplicados (30,4%). No exercício de 2010, foram contratadas 75.015 operações, no montante de R\$ 4.253,8 milhões. Já, no exercício de 2011, foram contratadas 73.541 operações, no montante de R\$ 5.546,6 milhões.

**Tabela 9: Contratações por Setor/Linha de Financiamento
Comparativo 2010 X 2011**

	2010		2011		Variação %		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Empresarial	24.353	2.271.090	22.138	2.946.419	-9,1	29,7	
Industrial	5.198	993.269	5.929	988.663	14,1	-0,5	
Infraestrutura	64	95.073	69	861.544	7,8	806,2	
Turismo	1.518	157.350	1.628	158.630	7,2	0,8	
Comércio e Serviços	17.573	1.025.398	14.512	937.582	-17,4	-8,6	
Rural	50.662	1.982.679	51.403	2.600.196	1,5	31,1	
Pronaf-RA	3.100	45.657	2.543	39.151	-18,0	-14,2	
Pronaf Demais	38.106	710.211	36.963	788.115	-3,0	11,0	
Demais Rurais	9.456	1.226.811	11.897	1.772.930	25,8	44,5	
Total	75.015	4.253.769	73.541	5.546.615	-2,0	30,4	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.1.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, as contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2011 (R\$ 410,5 milhões) tiveram incremento de 10,9% em relação ao exercício de 2010 (R\$ 370,3 milhões).

Do montante de R\$ 410,5 milhões, 82,9% (R\$ 340,2 milhões) foram destinados ao setor empresarial e apenas 17,1% (R\$ 70,3 milhões) ao setor rural, devido, principalmente, às características não rurais predominantes nas atividades econômicas do Distrito Federal:

**Tabela 10: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF
Comparativo 2010 X 2011**

Setor/Linha	2010		2011		Variação %		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Empresarial	3.286	304.388	3.296	340.241	0,3	11,8	
Industrial	548	66.673	727	77.435	32,7	16,1	
Infraestrutura	4	18.127	9	47.242	125,0	160,6	
Turismo	332	22.382	358	35.878	7,8	60,3	
Comércio e Serviços	2.402	197.206	2.202	179.686	(8,3)	(8,9)	
Rural	1.656	65.911	1.594	70.263	(3,7)	6,6	
Pronaf-RA	94	1.712	27	465	(71,3)	(72,8)	
Pronaf Demais	1.289	24.458	1.178	20.003	(8,6)	(18,2)	
Demais Rurais	273	39.741	389	49.795	42,5	25,3	
Total	4.942	370.299	4.890	410.504	(1,1)	10,9	

Posição: 31.12.2011.

Fonte: Relatórios de Gestão do BB.

No setor empresarial, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, que saltaram de R\$ 18,1 milhões no exercício de 2010 para R\$ 47,2 milhões no exercício de 2011 (incremento de 160,6%), e da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, que passaram de R\$ 22,4 milhões para R\$ 35,9 milhões (incremento de 60,3%).

As contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços atingiram de R\$ 179,7 milhões, o que representa 52,8% do montante contratado junto ao setor empresarial (R\$ 340,2 milhões) e 43,8% do total contratado no Distrito Federal (R\$ 410,5 milhões).

No setor rural, houve decréscimo na quantidade de operações (-3,7%) e acréscimo no volume contratado (6,6%).

Acrescente-se que o montante de recursos contratados no Distrito Federal durante o exercício de 2011 (R\$ 410,5 milhões) representou 45,2% do seu orçamento previsto (R\$ 909,4 milhões – Tabela 3), 46,1% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 891,4 milhões – Tabela 6) e apenas 7,3% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões – Tabela 8).

À vista desse resultado, sugere-se recomendar ao Banco do Brasil S.A. desenvolver ações, em articulação com o Ministério da Integração Nacional (SFRI e Sudeco), com o Governo DF e com o Conselho de Desenvolvimento (CDE/DF), de forma a incrementar as contratações no Distrito Federal e atingir o percentual de 19,0% definido no subtítulo “Distribuição dos Recursos” do Título II (Programação Orçamentária) da Programação do FCO.

8.1.2. Contratações no Estado de GO

No Estado de Goiás, as contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2011 atingiram R\$ 2.061,0 milhões, montante 30,2% superior ao observado no exercício de 2010 (R\$ 1.583,0 milhões):

**Tabela 11: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em GO
Comparativo 2010 X 2011**

Setor/Linha	2010		2011		Variação %		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Empresarial	7.797	706.622	8.269	1.041.049	6,1	47,3	
Industrial	2.847	321.864	3.243	440.844	13,9	37,0	
Infraestrutura	33	4.778	28	276.774	(15,2)	5.692,7	
Turismo	439	79.682	576	48.178	31,2	(39,5)	
Comércio e Serviços	4.478	300.298	4.422	275.253	(1,3)	(8,3)	
Rural	29.775	876.386	27.562	1.019.937	(7,4)	16,4	
Pronaf-RA	478	5.853	400	4.480	(16,3)	(23,5)	
Pronaf Demais	23.622	386.099	21.149	389.579	(10,5)	0,9	
Demais Rurais	5.675	484.434	6.013	625.878	6,0	29,2	
Total	37.572	1.583.008	35.831	2.060.986	(4,6)	30,2	

Posição: 31.12.2011.

Fonte: Relatórios de Gestão do BB.

No setor empresarial, destacaram-se as aplicações realizadas no âmbito da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, que passaram de R\$ 4,8 milhões em 2010 para R\$ 276,8 milhões em 2011 (incremento de 5.692,7%). Destacaram-se, ainda, as contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, que passaram de R\$ 321,9 milhões para R\$ 440,9 milhões (incremento de 37,0%) e representaram 21,4% do total contratado no Estado.

As aplicações realizadas junto ao setor rural atingiram R\$ 1.019,9 milhões, o que representa um incremento de 16,4% em relação ao contratado no exercício anterior (R\$ 876,4 milhões).

O montante de recursos contratados no Estado de Goiás durante o exercício de 2011 (R\$ 2.061,0 milhões) representou 148,5% do seu orçamento previsto (R\$ 1.388,0 milhões – Tabela 3), 151,5% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 1.360,6 milhões – Tabela 6) e 37,2% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões – Tabela 8).

8.1.3. Contratações no Estado de MS

No Estado de Mato Grosso do Sul, as contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2011 atingiram R\$ 1.178,9 milhões, montante 12,4% superior ao observado no exercício de 2010 (R\$ 1.048,4 milhões):

**Tabela 12: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MS
Comparativo 2010 X 2011**

Setor/Linha	2010		2011		Variação %		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Empresarial	6.509	538.140	5.191	551.511	(20,2)	2,5	
Industrial	707	269.728	781	306.416	10,5	13,6	
Infraestrutura	11	3.071	12	12.802	9,1	316,9	
Turismo	398	26.429	393	23.874	(1,3)	(9,7)	
Comércio e Serviços	5.393	238.912	4.005	208.419	(25,7)	(12,8)	
Rural	7.581	510.306	9.576	627.375	26,3	22,9	
Pronaf-RA	1.466	24.671	1.651	28.068	12,6	13,8	
Pronaf Demais	4.319	71.042	4.804	88.122	11,2	24,0	
Demais Rurais	1.796	414.593	3.121	511.185	73,8	23,3	
Total	14.090	1.048.446	14.767	1.178.886	4,8	12,4	

Posição: 31.12.2011.

Fonte: Relatórios de Gestão do BB.

No setor empresarial, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, que saltaram de R\$ 3,0 milhões no exercício de 2010 para R\$ 12,8 milhões no exercício de 2011 (incremento de 316,9%). A Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial também apresentou acréscimo de 13,6% em relação ao exercício de 2010, bem como respondeu por 55,6% das aplicações do setor empresarial.

As contratações realizadas no âmbito das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional e dos Setores Comercial e de Serviços apresentaram decréscimo, respectivamente, de 9,7% e 12,8%.

No setor rural, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo do Pronaf – Reforma Agrária, que passaram de R\$ 24,7 milhões no exercício de 2010 para R\$ 28,1 milhões no exercício de 2011 (incremento de 13,8%), e do Pronaf, que passaram de R\$ 71,0 milhões para R\$ 88,1 milhões (incremento de 24,0%). As contratações das demais Linhas do FCO Rural tiveram acréscimo de 23,3%.

Registre-se que o montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso do Sul durante o exercício de 2011 (R\$ 1.178,9 milhões) representou 107,1% do seu orçamento previsto (R\$ 1.100,8 milhões – Tabela 3), 109,2% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 1.079,1 milhões – Tabela 6) e 21,3% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões – Tabela 8).

8.1.4. Contratações no Estado de MT

No Estado de Mato Grosso, as contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2011 atingiram R\$ 1.896,2 milhões, montante 51,5% superior ao observado no exercício de 2010:

**Tabela 13: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MT
Comparativo 2010 X 2011**

Setor/Linha	2010		2011		Variação %		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Empresarial	6.761	721.939	5.382	1.013.618	(20,4)	40,4	
Industrial	1.096	335.004	1.178	163.968	7,5	(51,1)	
Infraestrutura	16	69.097	20	524.726	25,0	659,4	
Turismo	349	28.857	301	50.700	(13,8)	75,7	
Comércio e Serviços	5.300	288.981	3.883	274.224	(26,7)	(5,1)	
Rural	11.650	530.077	12.671	882.621	8,8	66,5	
Pronaf-RA	1.062	13.421	465	6.138	(56,2)	(54,3)	
Pronaf Demais	8.876	228.612	9.832	290.411	10,8	27,0	
Demais Rurais	1.712	288.044	2.374	586.073	38,7	103,5	
Total	18.411	1.252.016	18.053	1.896.239	(1,9)	51,5	

Posição: 31.12.2011.

Fonte: Relatórios de Gestão do BB.

No setor empresarial, destacaram-se as Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento do Turismo Regional, que tiveram crescimento de 659,4% e 75,7%, respectivamente.

As contratações realizadas junto ao setor rural, por sua vez, tiveram crescimento de 66,5%, saltando de R\$ 530,1 milhões em 2010 para R\$ 882,6 milhões em 2011.

Ressalte-se que o montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso durante o exercício de 2011 (R\$ 1.896,2 milhões) representou 136,6% do seu orçamento previsto (R\$ 1.388,0 milhões – Tabela 3), 139,4% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 1.360,6 milhões – Tabela 6) e 34,2% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões – Tabela 8).

8.2. Contratações por Porte

8.2.1. Contratações com mini, micro e pequenos tomadores

A Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, ao criar os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estabeleceu como diretriz, que deve ser observada na aplicação dos

recursos, o “tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas [...]” (inciso III do art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989).

Com o intuito de garantir esse tratamento preferencial e reverter a tendência de concentração de recursos em favor dos médios e grandes tomadores, que vinha sendo observada, o Condel/FCO determinou, por meio da Resolução n.º 197, de 20.06.2003, que, no mínimo, 51,0% dos recursos do FCO fossem aplicados em operações com mini, micro e pequenos tomadores. Por meio da Resolução n.º 432, de 22.09.2011, o Condel/FCO aprovou a seguinte fórmula, para aferição do cumprimento da obrigação estabelecida na Resolução n.º 197:

Índice de Contratações com Menor Porte

$$\text{ICMP} = \frac{\text{VCMP}}{\text{VCT}} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no} \\ \text{Exercício Atual} \\ \hline \text{VCT} \quad \text{Valor Contratado Total no Exercício Atual} \end{array}$$

No exercício de 2011, as contratações com esse segmento de menor porte atingiram o montante de R\$ 2.013,4 milhões, o que representa 36,3% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões) e um decréscimo de 8,0% em relação ao volume observado no exercício de 2010 (R\$ 2.188,4 milhões):

Tabela 14: Contratações por UF, Porte e Setor/Linha de Financiamento

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região		R\$ Mil
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Empreendedores Individuais e Mini, Micro e Pequenos Tomadores											
Empresarial	181.848	44,3	335.966	16,3	200.369	17,0	264.822	14,0	983.006	17,7	
Industrial	47.327	11,5	140.869	6,8	31.743	2,7	54.930	2,9	274.870	5,0	
Infraestrutura	1.842	0,4	1.359	0,1	155	0,0	627	0,0	3.983	0,1	
Turismo	24.620	6,0	30.999	1,5	21.568	1,8	29.335	1,5	106.521	1,9	
Comércio e Serviços	108.060	26,3	162.739	7,9	146.903	12,5	179.930	9,5	597.632	10,8	
Rural	25.365	6,2	506.224	24,6	154.808	13,1	343.964	18,1	1.030.362	18,6	
Pronaf-RA e Pronaf Demais	20.468	5,0	394.059	19,1	116.190	9,9	296.548	15,6	827.266	14,9	
Demais Rurais	4.897	1,2	112.165	5,4	38.618	3,3	47.416	2,5	203.096	3,7	
Subtotal	207.213	50,5	842.191	40,9	355.177	30,1	608.787	32,1	2.013.367	36,3	
Médios e Grandes Tomadores											
Empresarial	158.393	38,6	705.083	34,2	351.142	29,8	748.796	39,5	1.963.413	35,4	
Industrial	30.108	7,3	299.975	14,6	274.673	23,3	109.038	5,8	713.793	12,9	
Infraestrutura	45.400	11,1	275.415	13,4	12.647	1,1	524.099	27,6	857.561	15,5	
Turismo	11.259	2,7	17.179	0,8	2.306	0,2	21.364	1,1	52.109	0,9	
Comércio e Serviços	71.627	17,4	112.514	5,5	61.516	5,2	94.294	5,0	339.950	6,1	
Rural	44.898	10,9	513.713	24,9	472.567	40,1	538.657	28,4	1.569.835	28,3	
Subtotal	203.290	49,5	1.218.795	59,1	823.709	69,9	1.287.453	67,9	3.533.248	63,7	
Resumo Geral											
Empresarial	340.241	82,9	1.041.049	50,5	551.511	46,8	1.013.618	53,5	2.946.419	53,1	
Industrial	77.435	18,9	440.844	21,4	306.416	26,0	163.968	8,6	988.663	17,8	
Infraestrutura	47.242	11,5	276.774	13,4	12.802	1,1	524.726	27,7	861.544	15,5	
Turismo	35.878	8,7	48.178	2,3	23.874	2,0	50.700	2,7	158.630	2,9	
Comércio e Serviços	179.686	43,8	275.253	13,4	208.419	17,7	274.224	14,5	937.582	16,9	
Rural	70.263	17,1	1.019.937	49,5	627.375	53,2	882.621	46,5	2.600.196	46,9	
Pronaf-RA e Pronaf Demais	20.468	5,0	394.059	19,1	116.190	9,9	296.548	15,6	827.266	14,9	
Demais Rurais	49.795	12,1	625.878	30,4	511.185	43,4	586.073	30,9	1.772.930	32,0	
Total	410.504	100,0	2.060.986	100,0	1.178.886	100,0	1.896.239	100,0	5.546.615	100,0	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Goiás foi a Unidade Federativa que apresentou o melhor desempenho, aplicando R\$ 842,2 milhões em benefício de mini, micro e pequenos tomadores, correspondentes a 40,9% do total contratado no Estado (R\$ 2.061,0 milhões) e a 41,8% do total contratado na Região em benefício desse segmento (R\$ 2.013,4 milhões).

Ressalte-se que, para enquadramento das operações, os beneficiários são classificados quanto ao porte, observados os critérios aprovados pelo CondeL/FCO. No exercício de 2011, os parâmetros observados eram os seguintes:

Tabela 15: Classificação de Porte vigente em 2011

Beneficiários	Setor	Receita Operacional Bruta Anual/Renda Agropecuária Bruta Anual
Mini/Micro	Empresarial	até R\$ 240 mil
	Rural	até R\$ 150 mil
Pequeno	Empresarial	acima de R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões
	Rural	acima de R\$ 150 mil até R\$ 500 mil
Médio	Empresarial	acima de R\$ 2,4 milhões até R\$ 35 milhões
	Rural	acima de R\$ 500 mil até R\$ 1,9 milhões
Grande	Empresarial	acima de R\$ 35 milhões
	Rural	acima de R\$ 1,9 milhões

Fonte: Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006.

Ocorre que a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional (SFRI/MI), buscando o alinhamento dos parâmetros utilizados pelos Fundos Constitucionais àqueles adotados pelas diversas instituições para a classificação quanto ao porte dos beneficiários, submeteu à apreciação do Condel/FCO proposta de adequação dos critérios de classificação do porte dos tomadores do FCO, por meio da Nota Técnica n.º 49/CGFCF/DPNA, de 17.11.2011.

Em sua 63ª Reunião Ordinária, realizada no dia 08.12.2011, o Condel aprovou a referida proposta, por meio da Resolução n.º 437, de 08.12.2011, com o que os critérios de classificação quanto ao porte dos tomadores passam a ser os seguintes:

Tabela 15-A: Nova Classificação de Porte

Beneficiários	Setor	Receita Operacional Bruta Anual/Renda Agropecuária Bruta Anual
Mini/Micro	Empresarial	até R\$ 240 mil
	Rural	
Pequeno	Empresarial	acima de R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões
	Rural	
Pequeno-Médio	Empresarial	acima de R\$ 2,4 milhões até R\$ 16 milhões
	Rural	
Médio	Empresarial	acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
	Rural	
Grande	Empresarial	acima de R\$ 90 milhões
	Rural	

Fonte: Resolução Condel/FCO n.º 437, de 08.12.2011, e Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006.

Ressalte-se que, de acordo com a referida Resolução, para efeito de verificação do cumprimento, ao final do exercício de 2011, dos limites estabelecidos no Quadro “Previsão de aplicação de recursos em 2011” do Subtítulo “Aplicação dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2011, o Banco Administrador deve considerar a nova classificação de porte para a totalidade das operações contratadas no exercício.

Conforme a nova classificação, o total contratado junto ao segmento de menor porte (empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores) foi de R\$ 4.027,4 milhões (72,6% de R\$ 5.546,6 milhões), superando o índice de 51,0% estabelecido pelo Condel/FCO (Resolução n.º 197, de 20.06.2003, c/c Resolução n.º 432, de 22.09.2011):

Tabela 16: Contratações segundo a Nova Classificação de Porte

Porte dos Beneficiários	Valor Contratado	Percentuais		R\$ Mil
		Estabelecidos	Observados	
Mini/Micro	1.500.872	51,0%	72,6%	
Pequeno	2.085.201			
Pequeno-Médio	441.290			
Subtotal	4.027.363			
Médio	303.761	49,0%	27,4%	
Grande	1.215.491			
Subtotal	1.519.252			
TOTAL	5.546.615	100,0%	100,0%	

Nova Classificação Aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 437, de 8.12.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Considerando o disposto na Resolução Condel/FCO n.º 432, de 08.12.2011, que definiu a fórmula aferição do Índice de Contratações com Menor Porte, a Tabela 17 apresenta o percentual de atingimento das contratações com esse segmento:

**Tabela 17: Índice de Contratações com Menor Porte
2005 a 2011**

Exercício	Contratações com Menor Porte	Contratações no Exercício	%	R\$ Mil
2005	657.444	1.468.081	44,8	
2006	641.404	1.444.350	44,4	
2007	795.978	1.973.840	40,3	
2008	1.564.799	3.470.064	45,1	
2009	1.626.442	3.183.419	51,1	
2010	2.188.353	4.253.769	51,4	
2011	4.027.363	5.546.615	72,6	

Fonte: Relatórios de Gestão do BB de 2005 a 2011.

Cabe destacar, ainda, que o Conselho Deliberativo do FCO, com o objetivo de incrementar ainda mais as contratações com esse segmento de menor porte, aprovou, por meio da Resolução n.º 418, de 25.03.2011, proposta formulada pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Banco do Brasil S.A., no sentido de criar uma Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais (EI).

No exercício de 2011, as contratações com esse público atingiram o montante de R\$ 179 mil em 37 operações, sendo: 2 operações no valor de R\$ 6 mil no DF; 6 operações no montante de R\$ 42 mil no Estado de GO; 16 operações totalizando R\$ 53 mil em MS; e 13 somando R\$ 78 mil em MT.

8.2.2. Contratações com médios e grandes tomadores

No exercício de 2011, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 3.533,2 milhões, o que representa 63,7% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões).

Desses R\$ 3.533,2 milhões, R\$ 2.625,8 milhões (74,3%) foram destinados a grandes tomadores e R\$ 907,4 milhões (25,7%) a médios tomadores.

Observando-se a nova classificação quanto ao porte, as contratações junto ao segmento de maior porte (médios e grandes tomadores) atingiram R\$ 1.519,2 milhões, representando 27,4% do contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões).

8.3. Contratações por Setor

Tabela 18: Contratações Por Setor

	2010		2011		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	24.353	2.271.089	22.138	2.946.419	-9,1	29,7
Rural	50.662	1.982.680	51.403	2.600.196	1,5	31,1
Total	75.015	4.253.769	73.541	5.546.615	-2,0	30,4

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.3.1. Contratações com o setor empresarial

No exercício de 2011, as contratações junto ao setor empresarial atingiram R\$ 2.946,4 milhões, correspondentes a 110,5% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 2.665,8 milhões – Tabela 3), 112,7% do orçamento realizado para o setor (R\$ 2.613,2 milhões – Tabela 6) e 53,1% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões).

Comparativamente aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no exercício de 2011 junto ao setor empresarial correspondeu a 61,6% do previsto (R\$ 4.786,1 milhões) e 62,8% do realizado (R\$ 4.691,6 milhões), conforme Tabela 7.

Em relação ao exercício de 2010, houve decréscimo na quantidade de operações (-9,1%) e acréscimo no volume de recursos aplicados (29,7%). No exercício de 2010, foram contratadas 24.353 operações, no montante de R\$ 2.271,1 milhões. Já no exercício de 2011, foram contratadas 22.138 operações, no montante de R\$ 2.946,4 milhões.

8.3.2. Contratações com o setor rural

No exercício de 2011, as contratações junto ao setor rural atingiram R\$ 2.600,2 milhões, correspondentes a 122,6% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 2.120,2 milhões – Tabela 3), 125,1% do orçamento realizado para o setor (R\$ 2.078,4 milhões – Tabela 6) e 46,9% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões).

Comparativamente aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no exercício de 2011 junto ao setor rural correspondeu a 54,3% do previsto (R\$ 4.786,1 milhões) e 55,4% do realizado (R\$ 4.691,6 milhões), conforme Tabela 7.

Em relação ao exercício de 2010, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (1,5%) quanto no volume de recursos aplicados (31,1%). No exercício de 2010, foram contratadas 50.662 operações, no montante de R\$ 1.982,7 milhões, ao passo que, no exercício de 2011, foram contratadas 51.403 operações, no volume de R\$ 2.600,2 milhões.

8.4. Contratações por Linha de Financiamento

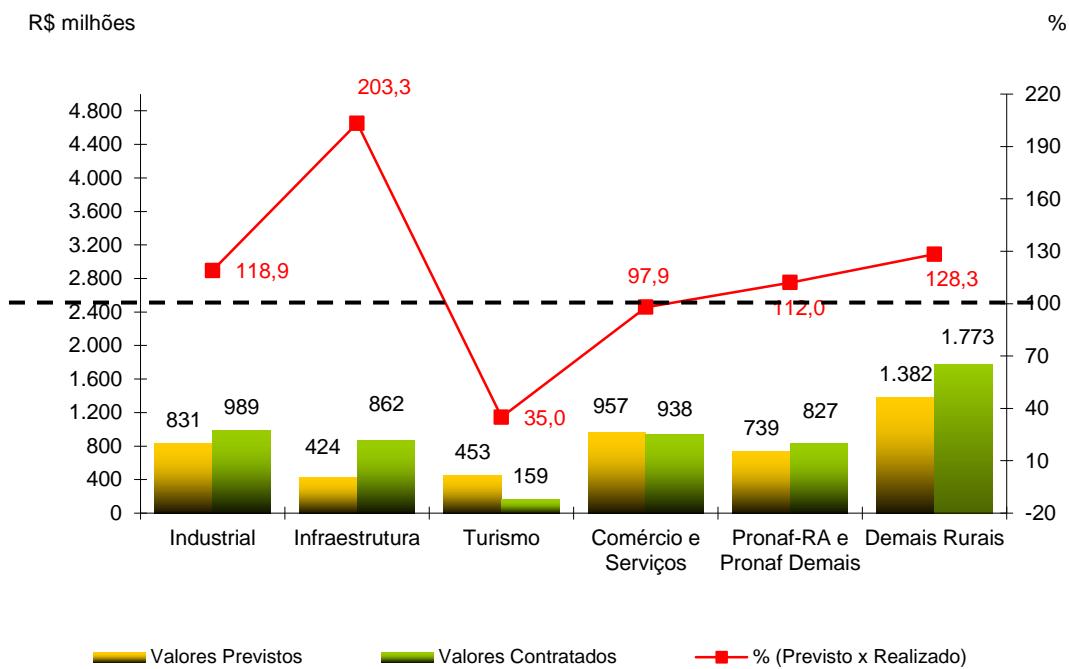
Tabela 19: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

	DF		GO		MS		MT		Região		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Empresarial	3.296	340.241	8.269	1.041.047	5.191	551.512	5.382	1.013.617	22.138	2.946.417	
Industrial	727	77.434	3.243	440.844	781	306.416	1.178	163.968	5.929	988.662	
Infraestrutura	9	47.242	28	276.774	12	12.802	20	524.726	69	861.544	
Turismo	358	35.879	576	48.177	393	23.874	301	50.699	1.628	158.629	
Comércio e Serviços	2.202	179.686	4.422	275.252	4.005	208.420	3.883	274.224	14.512	937.582	
Rural	1.594	70.263	27.562	1.019.939	9.576	627.374	12.671	882.623	51.403	2.600.199	
Des. Rural	303	37.158	5.505	539.008	1.567	234.527	1.990	470.295	9.365	1.280.988	
Irrigação e Drenagem	2	188	-	-	-	-	-	-	2	188	
Convir	-	-	3	920	1	1.100	-	-	4	2.020	
Int. Lavoura-Pecuária-Floresta	-	-	-	-	-	-	1	2.032	1	2.032	
Pronatureza	16	1.835	131	22.666	39	47.730	8	1.802	194	74.033	
Ret. Matrizes	-	-	-	-	24	11	11	3	35	14	
Proaqua	-	-	1	174	1	1.200	-	-	2	1.374	
Pescart	-	-	2	184	5	356	-	-	7	540	
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	-	-	14	3.015	-	-	14	3.015	
Custeio para MGP	68	10.614	371	62.928	1.470	223.245	364	111.942	2.273	408.729	
Pronaf-RA	27	465	400	4.480	1.651	28.068	465	6.138	2.543	39.151	
Pronaf Demais	1.178	20.003	21.149	389.579	4.804	88.122	9.832	290.411	36.963	788.115	
Total	4.890	410.504	35.831	2.060.986	14.767	1.178.886	18.053	1.896.240	73.541	5.546.615	

Posição: 31.12.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

GRÁFICO 2: CONTRATAÇÕES PREVISTAS E REALIZADAS POR SETOR/LINHA



No exercício de 2011, as contratações realizadas no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial totalizaram R\$ 988,7 milhões, representando 118,9% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 831,4 milhões), 33,6% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 2.946,4 milhões) e 17,8% do volume aplicado na Região (R\$ 5.546,6 milhões).

Destaque também para a Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, cujas contratações totalizaram R\$ 937,6 milhões, correspondentes a 98,0% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 957,2 milhões), 31,8% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 2.946,4 milhões) e 16,9% do volume aplicado na Região (R\$ 5.546,6 milhões).

As aplicações da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica totalizaram R\$ 861,5 milhões, correspondentes a 203,3% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 423,8 milhões) e a um incremento de 806,2% em relação ao observado em 2010 (R\$ 95,1 milhões).

As contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional totalizaram R\$ 158,6 milhões, correspondentes a apenas 35,0% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 453,4 milhões).

As aplicações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), exceto Pronaf – Reforma Agrária, ultrapassaram R\$ 788,1 milhões em 36.963 operações, o que representa um incremento de 11,0% em relação ao montante observado no exercício anterior (R\$ 710,2 milhões em 38.106 operações). O Estado de Goiás destacou-se pelo maior volume de recursos financiados a esse público (R\$ 389,6 milhões) e pelo maior número de operações (21.149).

Já o Pronaf – Reforma Agrária teve decréscimo tanto na quantidade de operações (-18,0%) quanto no volume de recursos aplicados (-14,2%). A quantidade de operações passou de 3.100 em 2010

para 2.543 em 2011 e o volume de recursos aplicados de R\$ 45,7 milhões para R\$ 39,2 milhões. Ressalte-se que houve incremento no volume de recursos aplicados apenas no Estado de Mato Grosso do Sul (13,8%). No Distrito Federal e nos Estados de Goiás e Mato Grosso, houve decréscimo (-72,8%, -23,5% e -54,3%, respectivamente).

As aplicações no Pronaf – Reforma Agrária não dependem somente dos Agentes Financeiros, vez que, além da aprovação ou reconhecimento dos projetos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável (CEDRS), por meio de suas Câmaras Técnicas de Crédito Rural (CTCR), definir:

- os Projetos de Assentamento do Incra ou os Projetos Estaduais e Municipais de Assentamento por ele reconhecidos; e
- as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal, inclusive do “Fundo de Terras e da Reforma Agrária”, do “Cédula da Terra” e do “Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural”, aptas a receber os financiamentos.

Não obstante, cabe lembrar que, de acordo com o art. 7º da Lei n.º 9.126, de 19.11.1995, os bancos administradores devem aplicar “10% (dez por cento) dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar n.º 93, de 4 de fevereiro de 1998”.

E, para efeito do cumprimento do percentual de 10% (dez por cento), a Lei n.º 12.249, de 11.06.2010, autorizou o financiamento de empreendimentos que tenham a finalidade de: regularização e adequação ambiental dos estabelecimentos rurais, reflorestamento, recuperação ou regeneração de áreas degradadas ou formação ou melhoria de corredores ecológicos entre áreas prioritárias para conservação da biodiversidade; de implantação de infraestrutura hídrica e de atividades produtivas adequadas à convivência com o semiárido; pagamento dos serviços de assistência técnica e extensão rural e remuneração da mão de obra familiar para implantação das atividades referentes às finalidades descritas; e outras, a serem definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

As demais Linhas de Financiamento do FCO Rural absorveram R\$ 1.773,0 milhões, o que representa 68,2% do total aplicado junto ao setor rural (R\$ 2.600,2 milhões) e 32,0% do total aplicado na Região (R\$ 5.546,6 milhões). Tal montante corresponde, ainda, a 128,3% dos recursos previstos para aplicação ao amparo das Linhas no exercício (R\$ 1.381,7 milhões), bem como representa um incremento de 44,5% em relação ao observado no exercício de 2010 (R\$ 1.226,8 milhões).

De acordo com o Relatório de Gestão do Banco do Brasil S.A., foram realizadas, no âmbito do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que incentiva processos tecnológicos que neutralizam ou minimizam os efeitos dos gases de efeito estufa no campo, 195 operações no valor total de R\$ 76,1 milhões (Conservação da Natureza e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta).

Ainda de acordo com Relatório do BB, foram contratados, com recursos do FCO, R\$ 172,9 mil em 2 operações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com taxa de juros de 4,0% ao ano (inciso IV do artigo 1º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo artigo 44 da Lei n.º 11.775, de 17.09.2008).

8.4.1. Contratações com os setores comercial e de serviços

O limite de financiamento para os setores comercial e de serviços, previsto no § 3º do art. 4º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei n.º 11.775, de 17.09.2008, é de 20% dos recursos previstos, em cada ano, para o Fundo.

Segundo a Nota 4 do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Item “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2011, esse limite de 20% dos recursos previstos para o Fundo é distribuído por UF consoante os seguintes percentuais: DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%”.

No exercício de 2011, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços tiveram um bom desempenho, totalizando R\$ 937,6 milhões, correspondentes a 31,8% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 2.946,4 milhões), 16,9% do volume aplicado na Região (R\$ 5.546,6 milhões) e 98,0% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 957,2 milhões):

Tabela 20: Contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

	DF	GO	MS	MT	R\$ Mil Região
Recursos previstos para o exercício(a) % de Partic.	909.351 19,0	1.387.957 29,0	1.100.793 23,0	1.387.957 29,0	4.786.057 100,0
Limite para Com. e Serv. no exercício (b) % de Partic.	181.870 19,0	277.591 29,0	220.159 23,0	277.591 29,0	957.211 100,0
Contratado no exercício de 2011 (c) % de Ating. (c/b)	179.686 98,8	275.253 99,2	208.419 94,7	274.224 98,8	937.582 97,9

Posição: 31.12.2011.

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que as 4 Unidades Federativas respeitaram o limite anual de recursos para financiamento dos setores comercial e de serviços.

8.5. Contratações para custeio e aquisição de insumos e/ou matéria-prima

8.5.1. Contratações junto a mini, micro e pequenos tomadores

De acordo com a Programação do FCO para 2011¹, a assistência aos mini, micro e pequenos tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC), Modalidade 1 – Conservação da Natureza, e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, ficou limitada, em cada Unidade Federativa, a três vezes o montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento de empreendedores individuais e mini/micro e pequenos tomadores, respeitado o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício, em cada Unidade Federativa:

Tabela 21: Limites/tetos para financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a mini, micro e pequenos tomadores

UF	Limite⁽¹⁾	Teto⁽²⁾	Limite/Teto a ser observado⁽³⁾					
			Total		Rural		Empresarial	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%
DF	174.766	272.805	174.766	100	34.953	20	139.813	80
GO	1.152.746	416.387	416.387	100	154.063	37	262.324	63
MS	445.030	330.238	330.238	100	165.119	50	165.119	50
MT	966.015	416.387	416.387	100	208.193	50	208.193	50
Total	2.738.557	1.435.817	1.337.778		562.328		775.449	

Notas:

⁽¹⁾ Corresponde a 3 vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com mini, micro e pequenos tomadores, em cada UF.

⁽²⁾ Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 4.786.057,5

¹ Nota 5 do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Item “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2011.

mil), em cada UF.

⁽³⁾ Na UF em que o limite for superior ao teto, observa-se o teto.

Fonte: Programação do FCO para 2011, p. 6, e alterações posteriores (Resolução n.º 09, de 18.11.2011, do Conselho de Desenvolvimento do Estado de Goiás (CDE/GO).

No exercício de 2011, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 379,6 milhões, consumindo 67,5% do limite/teto disponível para contratação (R\$ 562,3 milhões). Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 695,0 milhões, atingindo 89,6% do limite/teto disponível para contratação (R\$ 775,4 milhões):

Tabela 22: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a mini, micro e pequenos tomadores

UF	Rural			Empresarial			R\$ Mil
	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	
DF	34.953	6.931	19,8	139.813	127.814	91,4	
GO	154.063	209.605	136,1	262.324	241.845	92,2	
MS	165.119	63.446	38,4	165.119	141.139	85,5	
MT	208.193	99.670	47,9	208.193	184.229	88,5	
Total	562.328	379.652	67,5	775.449	695.027	89,6	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.5.2. Contratações junto a médios e grandes tomadores

De acordo com a Programação do FCO para 2011², a assistência a médios e grandes produtores rurais para o financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, ficou limitada a R\$ 750 milhões, respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa (DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%).

Ainda segundo a Programação³, a assistência a médias e grandes empresas para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, ficou limitada a 5% dos recursos previstos para o exercício (5% de R\$ 4.786.057 mil = R\$ 239.303 mil), respeitados os percentuais de distribuição por UF (DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%).

No exercício de 2011, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 388,2 milhões, consumindo 51,8% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 224,2 milhões, atingindo 93,7% do limite/teto respectivo:

² Item 3 do Capítulo 10 – Linha Especial de Financiamento para Custeio Agropecuário para Médios e Grandes Produtores Rurais do Subtítulo II – Linhas de Financiamento do Título VI – Programa de FCO Rural da Programação do FCO para 2011.

³ Nota 6 do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Item “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2011.

Tabela 23: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a médios e grandes tomadores

UF	Rural				Empresarial				R\$ Mil	
	Limite		Contratações	% de Ating.	Limite		Contratações	% de Ating.		
	Valor	% de Partic.			Valor	% de Partic.				
DF	142.500	19,0	10.365	7,3	45.468	19,0	41.462	91,2		
GO	217.500	29,0	60.592	27,9	69.398	29,0	69.103	99,6		
MS	172.500	23,0	205.812	119,3	55.040	23,0	45.971	83,5		
MT	217.500	29,0	111.413	51,2	69.398	29,0	67.686	97,5		
Total	750.000	100,0	388.182	51,8	239.303	100,0	224.222	93,7		

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.6. Contratações por Espaço Prioritário

De acordo com o art. 3º da Portaria MI n.º 571, de 12.07.2011, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2011, são considerados prioritários e devem ter tratamento diferenciado e favorecido os seguintes espaços:

- os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica;
- os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO;
- os municípios da Mesorregião de Águas Emendadas; e
- os municípios da Faixa de Fronteira.

8.6.1. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 1.767,8 milhões e R\$ 962,7 milhões, correspondentes a 31,9% e 17,4% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões), respectivamente.

Os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 2.816,2 milhões, correspondentes a 50,8% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões).

O Distrito Federal e os Estados de Goiás e Mato Grosso concentraram as aplicações em municípios de alta renda (76,3%, 69,8% e 44,7, respectivamente), e o Estado de Mato Grosso do Sul em municípios de economia estagnada (69,8%):

Tabela 24: Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

	R\$ Mil									
	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Estagnada	1.781	97.228	11.334	366.354	8.242	822.577	4.469	481.611	25.826	1.767.769
%	36,4	23,7	31,6	17,8	55,8	69,8	24,8	25,4	35,1	31,9
Dinâmica	-	-	5.896	255.107	3.415	140.243	9.561	567.339	18.872	962.689
%	-	-	16,5	12,4	23,1	11,9	53,0	29,9	25,7	17,4
Alta Renda	3.109	313.276	18.601	1.439.525	3.110	216.065	4.023	847.290	28.843	2.816.157
%	63,6	76,3	51,9	69,8	21,1	18,3	22,3	44,7	39,2	50,8
Total	4.890	410.504	35.831	2.060.986	14.767	1.178.886	18.053	1.896.239	73.541	5.546.615

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cumpre registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE. Assim, das 4.890 operações formalizadas com recursos do DF, 3.109 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 1.781 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

À vista desses resultados, sugere-se recomendar ao Banco do Brasil S.A. incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica” da Região Centro-Oeste, de forma a cumprir as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

8.6.2. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais, ou seja, no Distrito Federal e nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE, foram formalizadas 4.890 operações no montante de R\$ 410,5 milhões. Desse montante, 3.109 operações no valor de R\$ 313,3 milhões beneficiaram o DF e 1.781 operações no valor de R\$ 97,2 milhões beneficiaram o Entorno.

8.6.3. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 76 municípios do Estado de Goiás que compõem a Mesorregião de Águas Emendadas, foram formalizadas 9.886 operações no montante de R\$ 361,6 milhões, o que representa 130,5% do previsto para o exercício (R\$ 277,1 milhões) e um incremento de 22,7% em relação ao observado no exercício de 2010 (R\$ 294,8 milhões).

8.6.4. Contratações na Faixa de Fronteira

As aplicações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso) saltaram de R\$ 815,4 milhões no exercício de 2010 para R\$ 1.168,6 milhões no exercício de 2011, o que representa um incremento de 43,3%.

8.7. Contratações com Novos Beneficiários

No exercício de 2011, 16.726 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 2.139,3 milhões. Esses números representam 22,7% do total de contratos formalizados (73.541) e 38,6% do total de recursos aplicados (R\$ 5.546,6 milhões), no período:

Tabela 25: Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1^a Vez

Porte	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Mini/Micro	262	5.940	1.676	41.494	1.837	39.436	1.402	39.283	5.177	126.152
Pequeno	1.382	88.780	3.735	190.268	1.380	69.738	2.426	165.808	8.923	514.594
Médio	227	39.596	831	128.729	406	55.762	423	101.550	1.887	325.637
Grande	37	59.438	252	382.308	221	115.998	229	615.219	739	1.172.963
TOTAL	1.908	193.754	6.494	742.799	3.844	280.934	4.480	921.860	16.726	2.139.346

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Os mini, micro e pequenos tomadores foram favorecidos com R\$ 640,7 milhões em 14.100 operações, correspondentes a 30,0% dos recursos aplicados (R\$ 2.139,3 milhões) e a 84,3% das operações formalizadas (16.726) com novos beneficiários.

Os médios e grandes tomadores foram beneficiados com R\$ 1.498,6 milhões em 2.626 operações, correspondentes a 70,0% dos recursos aplicados e 15,7% das operações formalizadas com novos beneficiários.

Destacaram-se os Estados de Mato Grosso, com 4.480 contratos formalizados e R\$ 921,9 milhões aplicados, e de Goiás, com 6.494 contratos formalizados e R\$ 742,8 milhões aplicados junto a novos beneficiários.

8.8. Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões

A tabela abaixo sintetiza as operações contratadas no exercício de 2011, com valor superior a R\$ 10 milhões, e informadas, mensalmente, à Secretaria-Executiva do Conselho, conforme item 2-b da Resolução Conselho/FCO n.º 127, de 05.12.2001:

Tabela 26: Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões

Linhas de Financiamento	DF		GO		MS		MT		TOTAL		R\$ Mil
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	
Industrial	-	-	5	139.010	4	228.869	-	-	9	367.879	
Infraestrutura	2	38.649	3	248.000	-	-	9	509.044	14	795.693	
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Comércio e Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Desenvolvimento Rural	-	-	-	-	-	-	2	33.780	2	33.780	
Pronatureza	-	-	-	-	-	-	1	28.871	1	28.871	
TOTAL	2	38.649	8	387.010	4	228.869	12	571.695	26	1.226.223	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Em relação ao exercício de 2010, houve acréscimo no volume de recursos aplicados (45,6%). No exercício de 2010, foram contratadas 26 operações, no montante de R\$ 842,0 milhões, ao passo que, no exercício de 2011, foram contratadas 26 operações, no volume de R\$ 1.226,2 milhões.

As informações relativas a essas 26 operações estão registradas no Relatório de Gestão do Banco do Brasil S.A.

8.9. Contratações por Instituição Operadora (IO)

O Banco do Brasil S.A., em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e na Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, tem repassado recursos a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, para atuação exclusivamente junto a mini, micro e pequenos tomadores, a saber:

- Banco de Brasília (BRB), para empreendimentos localizados no Distrito Federal e nos municípios de Goiás integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), para empreendimentos localizados no Estado de Goiás, exceto nos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE);
- Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), para empreendimentos localizados no Estado de Goiás, inclusive nos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE);
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), para empreendimentos localizados nos Estados de Goiás (exceto nos municípios integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), para empreendimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul.

No exercício de 2011, foram contratados por outras instituições (BRB, Bancoob, Goiás Fomento, Sicredi e BRDE) R\$ 27,9 milhões. A tabela abaixo apresenta seu desempenho nos exercícios de 2010 e 2011:

Tabela 27: Contratações com outras Instituições Operadoras (IO)

2010	BRB		Bancoob		GO Fomento		Sicredi						BRDE		Total	
	DF		GO		GO		GO		MT		MS		MS		Centro-Oeste	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	6	1.791	0	0	3	421	0	0	21	2.806	10	1.010	0	0	40	6.028
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-	5	789	-	-	-	-	5	789
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	62	-	-	1	62
Comércio e Serviços	6	1.791	-	-	3	421	-	-	16	2.017	9	948	-	-	34	5.177
Rural	-	-	125	7.861	-	-	-	-	80	5.197	41	2.775	-	-	246	15.832
Total	6	1.791	125	7.861	3	421	0	0	101	8.003	51	3.785	0	0	286	21.860

2011	BRB		Bancoob		GO Fomento		Sicredi						BRDE		Total	
	DF		GO		GO		GO		MT		MS		MS		Centro-Oeste	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	34	10.797	0	0	9	2.081	0	0	11	1.728	6	1.020	1	270	61	15.896
Industrial	12	5.879	-	-	1	100	-	-	5	1.299	-	-	-	-	18	7.278
Infraestrutura	1	1.640	-	-	2	260	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1.900
Turismo	3	275	-	-	1	245	-	-	1	100	-	-	-	-	5	620
Comércio e Serviços	18	3.004	-	-	5	1.476	-	-	5	329	6	1.020	1	270	35	6.099
Rural	0	0	82	7.423	0	0	8	403	36	3.186	8	958	0	0	134	11.971
FCO Rural (exceto Pronaf)	-	-	81	7.113	-	-	8	403	36	3.186	8	958	-	-	133	11.660
Pronatureza	-	-	1	311	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	311
Total	34	10.797	82	7.423	9	2.081	8	403	47	4.914	14	1.978	1	270	195	27.867

Fonte: Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Em relação ao exercício de 2010, houve decréscimo na quantidade de operações realizadas (-31,8%) e acréscimo no volume de recursos aplicados (27,5%). Ademais, do total de 73.541 operações no valor de R\$ 5.546,6 milhões contratadas no exercício de 2011, 73.346 operações no

valor de R\$ 5.518,7 milhões (99,5%) foram formalizadas pelo Banco do Brasil S.A. e 195 no valor de R\$ 27,9 milhões (0,5%) pelas instituições operadoras do repasse.

Ainda que o montante de recursos contratados pelas instituições operadoras não seja significativo, faz-se necessária a continuidade dos repasses com vistas a dinamizar ainda mais as aplicações com os tomadores de menor porte.

8.10. Situação da Demanda

No exercício de 2011, das 76.639 propostas existentes no Banco do Brasil no valor de R\$ 7.924,6 milhões, 73.541 no valor de R\$ 5.546,6 milhões foram contratadas e 3.098 no valor de R\$ 2.378,0 milhões não foram:

Tabela 28: Situação da Demanda - Propostas contratadas X não atendidas

Situação das Propostas	DF		GO		MS		MT		Total		R\$ Mil
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	R\$ Mil
Contratadas	4.890	410.504	35.831	2.060.986	14.767	1.178.886	18.053	1.896.239	73.541	5.546.615	
Não Atendidas	15	29.624	1.910	1.015.526	418	761.463	755	571.402	3.098	2.378.015	
Total	4.905	440.128	37.741	3.076.512	15.185	1.940.349	18.808	2.467.641	76.639	7.924.630	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe registrar que o Banco do Brasil passou a controlar os principais motivos de não atendimento de propostas, especialmente os de indeferimento ou cancelamento. Os resultados obtidos estão registrados na tabela a seguir:

Tabela 29: Situação da Demanda – Motivo de não atendimento de demanda por UF

Situação das Propostas	DF		GO		MS		MT		TOTAL		R\$ Mil
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	R\$ Mil
Carta Consulta em Análise	1	1.105	1.799	895.596	27	16.362	25	31.827	1.852	944.889	
Projeto em Elaboração	4	4.176	26	13.931	170	109.251	121	276.345	321	403.703	
Propostas em Análise	0	0	28	10.939	223	118.075	82	174.868	333	303.882	
Pendente de Documentação	5	19.437	26	54.458	198	180.302	96	118.179	325	372.376	
Em Contratação	5	4.906	23	34.647	90	121.628	63	146.534	181	307.715	
Indeferidas/Canceladas	0	0	8	5.955	47	25.785	31	13.710	86	45.449	
Total	15	29.624	1.910	1.015.526	755	571.402	418	761.463	3.098	2.378.014	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9. ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS

9.1. Indicadores de Desempenho

O Conselho/Fundação, por meio da Resolução n.º 319, de 14.09.2007, aprovou a criação dos seguintes indicadores de desempenho, com vistas a aprimorar e monitorar a gestão do Fundo:

a) Índice de Incremento de Contratações

$$IIC = \frac{VCE}{VCEA} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado no Exercício Atual} \\ \text{Valor Contratado no Exercício Anterior} \end{array}$$

b) Índice de Contratações com Menor Porte

$$ICMP = \frac{VCMP}{VCT} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no} \\ \text{Exercício Atual} \\ \text{Valor Contratado Total no Exercício Atual} \end{array}$$

c) Índice de Inadimplência

$$\text{II} = \frac{\text{SPV}}{\text{SDT}}$$

Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% BB)
Saldo Devedor Total das Operações de Crédito (Risco 100% BB)

d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício

$$\text{ICCE} = \frac{\text{MOC}}{\text{MR}}$$

Municípios com Operações Contratadas
Municípios da Região Centro-Oeste

e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual

$$\text{ICNB} = \frac{\text{VCNB}}{\text{VCT}}$$

Quantidade de Operações com Novos Beneficiários
Quantidade de Operações Contratadas Total

f) Índice de Aplicação

$$\text{IA} = \frac{\text{VCT}}{\text{VDE}}$$

Valor Contratado Total
Valor Distribuído no Exercício

g) Índice de Contratações por UF

$$\text{ICUF} = \frac{\text{VCUF}}{\text{VCT}}$$

Valor Contratado nas Unidades Federativas
Valor Contratado Total

h) Índice de Contratações por Setor

$$\text{ICS} = \frac{\text{VCS}}{\text{VCT}}$$

Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural)
Valor Contratado Total

i) Índice de Tempo Médio de Contratação

$$\text{ITM} = \frac{\text{TME}}{\text{TMEA}}$$

Tempo médio de atendimento das propostas no exercício atual
Tempo médio de atendimento das propostas no exercício anterior

j) Índice de Originação de Demanda

$$\text{IOD} = \frac{\text{VOE}}{\text{VOEA}}$$

Valor total da demanda originada no exercício atual
Valor total da demanda originada no exercício anterior

9.2. Metas de Desempenho e Resultados Alcançados

O Conselho/Fundação estabeleceu, por meio da Resolução n.º 417, de 25.03.2011, as metas de desempenho para o exercício de 2011. A tabela seguinte sintetiza as metas definidas pelo Conselho e os resultados alcançados em 2011:

Tabela 30: Indicadores e Metas – Resultados Alcançados no Exercício de 2011

Alínea	Indicador	Meta	R\$ Mil Resultado
a)	Índice de Aplicação (IA)	87,0%	114,3%
b1)	Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)	51,0%	36,3%
b2)	Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP) (Nova Classificação Quanto ao Porte*)	51,0%	72,6%
c)	Índice de Inadimplência (II) - até	2,0%	0,4%
d)	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)	100,0%	100,0%
e)	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)	15,0%	22,7%
f)	Índice de Contratações por UF (ICUF)	DF GO MS MT	19,0% 29,0% 23,0% 29,0% 7,4% 37,2% 21,3% 34,2%
g)	Índice de Contratações por Setor (ICS)	Empresarial Rural	55,7% 44,3% 53,1% 46,9%
h)	Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)		35 dias 34 dias

Fonte: Resolução Condel/FCO n.º 417, de 25.03.2011, e Relatório de Gestão do BB.

*Novos critérios estabelecidos pela Resolução Condel/FCO n.º 437, de 08.12.2011

Não foram definidas metas para o “Índice de Incremento de Contratações” e o “Índice de Originação de Demanda”, uma vez que foi considerada a meta de aplicação/contratação de 87% dos recursos previstos para 2011 (87% de R\$ 4.786.057 mil = R\$ 4.163.870 mil), o que representa um decréscimo de 2,1% em relação ao montante contratado em 2010 (R\$ 4.253.769 mil).

Para a definição das demais metas foram utilizados como parâmetros os números referentes ao exercício de 2010, os indicadores de desempenho criados pela Resolução n.º 319, as metas estabelecidas pelas Resoluções n.º 340, 375 e 383, de 09.04.2008, 06.11.2009 e 04.03.2010, respectivamente, e os percentuais de distribuição (por UF, Setor e Porte) definidos na Programação do FCO para 2011.

9.2.1. Índice de Aplicação (IA)

As contratações realizadas com recursos do FCO no exercício de 2011 atingiram R\$ 5.546,6 milhões, ou seja, **114,3%** do montante de recursos distribuídos para aplicação (R\$ 4.853,1 milhões – áí somados os R\$ 161,5 milhões comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores), portanto superior à meta de 87,0% definida pelo Condel/FCO.

9.2.2. Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)

As contratações com empreendedores individuais, micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais atingiram o montante de R\$ 2.013,4 milhões, o que representa **36,3%** do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões), resultado inferior à meta de 51,0% estabelecida pelo Condel.

9.2.2.1. Nova Classificação Quanto ao Porte

As contratações com empreendedores individuais, micro, pequenas e pequenas-médias empresas e mini, pequenos e pequenos-médios produtores rurais atingiram o montante de R\$ 4.027,4 milhões, o que representa **72,6%** do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões), resultado superior à meta de 51,0% estabelecida pelo Condel.

Neste caso, foram considerados os novos critérios de classificação quanto ao porte dos tomadores de financiamentos do FCO e suas respectivas faixas de faturamento/renda, estabelecidos pela Resolução Condel/FCO n.º 437, de 08.12.2011.

9.2.3. Índice de Inadimplência (II)

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco (relação entre as parcelas vencidas e o saldo devedor das operações), observado no final do exercício de 2011, foi de **0,44%**, tendo sido atendida a meta estabelecida pelo Condel (até 2,00%). Esse índice de 0,44% foi, também, muito inferior ao observado em 2010 (0,65%).

9.2.4. Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)

No exercício de 2011, dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste, 100% contaram com operações do FCO, alcançando integralmente a meta estabelecida pela Resolução Condel/FCO n.º 417, de 25.03.2011.

9.2.5. Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)

Do total de 73.541 operações contratadas no exercício de 2011, 16.726 (**22,7%**) foram formalizadas com novos beneficiários, percentual superior à meta de 15,0% estabelecida pelo Condel.

9.2.6. Índice de Contratações por UF (ICUF)

Como metas para as contratações em cada Unidade Federativa foram estabelecidos os percentuais utilizados na distribuição dos recursos orçamentários, definidos na Programação do FCO para 2011, a saber: DF – 19,0%, GO – 29,0%, MS – 23,0% e MT – 29,0%.

O Estado de Goiás liderou com R\$ 2.061,0 milhões contratados, equivalentes a **37,2%** do montante observado na Região (R\$ 5.546,6 milhões), seguido pelo Mato Grosso com R\$ 1.896,2 milhões (**34,2%**), Mato Grosso do Sul com R\$ 1.178,9 milhões (**21,3%**) e Distrito Federal com R\$ 410,5 milhões (**7,3%**).

O Distrito Federal, mesmo com um incremento nas contratações em relação ao exercício anterior (10,9%), teve um índice de contratações inferior ao de 2010 (8,7%) e novamente não atingiu a meta estabelecida pelo Condel (19,0%). Isso porque a demanda por recursos tem-se concentrado principalmente nos setores comercial e de serviços, para os quais os recursos são limitados por dispositivo legal.

9.2.7. Índice de Contratações por Setor (ICS)

Como metas para as contratações por setor (empresarial e rural) foram estabelecidos os percentuais utilizados na distribuição dos recursos orçamentários, definidos na Programação do FCO para 2011, a saber: empresarial – 55,7% e rural – 44,3%.

Do montante de R\$ 5.546,6 milhões, R\$ 2.946,4 milhões (**53,1%**) foram contratados com o setor empresarial e R\$ 2.600,2 milhões (**46,9%**) com o setor rural.

9.2.8. Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)

O tempo médio de contratação apurado no exercício de 2011 foi de **34 dias**, tendo sido atendida a meta estabelecida pelo Condel.

À vista dos resultados registrados acima, sugere-se recomendar ao Banco do Brasil S.A. desenvolver ações, em articulação com o Ministério da Integração Nacional (SFRI e Sudeco), com o Governo do DF e com o Conselho de Desenvolvimento (CDE/DF), de forma a incrementar as contratações no Distrito Federal e atingir a meta de 19,0% estabelecida na alínea “f” (Índice de Contratações por UF) da Resolução Condel/FCO n.º 446, de 03.05.2012⁴.

10. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES

As ações desenvolvidas para atendimento das prioridades definidas pela Resolução Condel/FCO n.º 406, de 31.08.2010, e os resultados alcançados no exercício de 2011 encontram-se comentados a seguir:

⁴ Estabelece as metas de desempenho para o exercício de 2012.

 10.1. Prioridades Gerais

- a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:**

No exercício de 2011, as contratações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 2.013,4 milhões (R\$ 983,0 milhões no setor empresarial e R\$ 1.030,4 milhões no setor rural), o que representa 42,1% do montante de recursos previstos (R\$ 4.786,1 milhões), e 36,3% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões).

Representa, ainda, uma redução de 8,0% em relação ao volume observado no exercício de 2010 (R\$ 2.188,4 milhões).

Do montante de R\$ 2.013,4 milhões, R\$ 788,1 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o que representa um incremento de 11,0% em relação ao montante contratado no exercício de 2010 (R\$ 710,2 milhões).

Ainda do montante de R\$ 2.013,4 milhões, R\$ 39,2 milhões foram contratados no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária, o que representa decréscimo de 14,2% em relação ao observado em 2010 (R\$ 45,7 milhões). Qualquer incremento nesse número depende de ações em etapas nas quais o Banco e o Ministério da Integração Nacional não têm participação (criação dos assentamentos, escolha dos colonos, emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, elaboração dos projetos etc.). Além disso, as demandas ao amparo do Pronaf – RA, originadas pelos órgãos competentes (Incra e Unidades Técnicas Estaduais – UTE's), que se enquadram nas normas regulamentares, são integralmente atendidas pelo Banco.

Já a quantidade de operações com mini, micro e pequenos tomadores atingiu 62.674, o que representa 85,2% da quantidade de operações contratadas no exercício (73.541).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Quantidade	Valor
62.674	R\$ 2.013,4 milhões

- b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local:**

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 550,7 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (212,4 mil diretos e 338,3 mil indiretos), no exercício de 2011.

Se considerado o período de 1989 a 2011, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 3.656,2 mil.

Números que evidenciam o atendimento à prioridade

Qtde. de operações	Valor aplicado	Qtde. de empregos gerados e/ou

		mantidos
73.541	R\$ 5.546,6 milhões	550.700

c) projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza teve, no exercício de 2011, R\$ 74,0 milhões de recursos contratados, o que representa decréscimo de 3,5% em relação ao observado no exercício de 2010 (R\$ 76,7 milhões).

O Estado de MS liderou em volume de contratações com R\$ 47,7 milhões, equivalentes a 64,5% do montante observado na Região (R\$ 74,0 milhões).

O Banco do Brasil destaca em seu Relatório de Gestão que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Quantidade	Valor
194	R\$ 74,0 milhões

d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuem para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário:

No item 8.2, Prioridades Gerais, alínea “d”, do Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento à prioridade em tela.

10.2. Prioridades Setoriais

a) projetos voltados para a industrialização e/ou beneficiamento de matérias-primas, commodities e produtos primários produzidos na Região:

Em atendimento à prioridade, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial totalizaram, no exercício de 2011, R\$ 988,7 milhões em 5.929 operações, representando 118,9% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 831,4 milhões), 33,6% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 2.946,4 milhões) e 17,8% do volume aplicado na Região (R\$ 5.546,6 milhões).

Destaque-se que, em relação ao exercício de 2010, houve uma leve redução no volume de recursos aplicados (0,5%), de R\$ 993,3 milhões para R\$ 988,7 milhões, mas também um aumento no número de operações contratadas (14,1%), de 5.198 para 5.929, observando-se assim a diretriz do Fundo de atendimento a um universo maior de beneficiários.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
5.929	R\$ 988,7 milhões

b) turismo em suas diversas modalidades, especialmente os projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:

No exercício de 2011, foram contratados R\$ 158,6 milhões no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, o que representa um incremento de 0,8% em relação ao observado no exercício anterior (R\$ 157,4 milhões).

Do montante de R\$ 158,6 milhões, R\$ 106,5 milhões (67,2%) foram aplicados junto a micro e pequenas empresas.

O Estado de MT liderou em volume de contratações com R\$ 50,7 milhões, equivalentes a 32,0% do montante observado na Região (R\$ 158,6 milhões), e o Estado de Goiás em número de contratações com 576, correspondentes a 35,4% do total (1.628).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
1.628	R\$ 158,6 milhões

c) projetos dos setores previstos na Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE e para MGE:

Em relação ao exercício de 2010, as Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE e para MGE tiveram acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (7,8%) quanto no volume de recursos aplicados (806,2%). No exercício de 2010, foram contratadas 64 operações, no montante de R\$ 95,1 milhões. Já, no exercício de 2011, foram contratadas 69 operações no valor de R\$ 861,5 milhões.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
69	R\$ 861,5 milhões

d) recursos naturais: recuperação de áreas degradadas e em degradação, no conceito de microbacias hidrográficas; conservação e correção do solo; recuperação, renovação e manejo de pastagens:

Vide item “10.1. Prioridades Gerais”, alínea “c” retro.

e) projetos agropecuários de produção integrada (aviários e outros):

Destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da

unidade integradora, a Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural – Convir teve, no exercício de 2011, R\$ 2,0 milhões de recursos aplicados em 4 operações.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
4	R\$ 2,0 milhões

f) **projetos de exploração de culturas permanentes e de florestamento e reflorestamento:**

Vide item “10.1. Prioridades Gerais”, alínea “c” retro.

g) **empreendimentos dos setores de saúde, indústrias gráficas e de Tecnologia da Informação e Comunicação:**

No item 8.2, Prioridades Setoriais, alínea “g”, do Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento à prioridade em tela.

h) **projetos de integração lavoura-pecuária-floresta e de sistemas agroflorestais:**

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
195	R\$ 76,1 milhões

Fonte: Relatório de Gestão do Banco.

i) **projetos de integração agroindustrial:**

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
6	R\$ 11,0 milhões

Fonte: Relatório de Gestão do Banco.

10.3. Prioridades Espaciais

a) **projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, sobretudo os estruturantes e os vinculados a arranjos produtivos locais, nas seguintes áreas:**

- **de menor nível de desenvolvimento, com indicadores sociais e econômicos abaixo da média da Região, segundo os critérios da PNDR;**
- **de fronteiras com países limítrofes, vulneráveis do ponto de vista econômico, social e ambiental, em especial na cidade de Ponta Porã (MS);**
- **estagnadas ou com problemas de declínio das atividades econômicas; e**
- **potencialmente dinâmicas ou com vantagens potenciais inexploradas.**

As aplicações em municípios de economia estagnada ou dinâmica cresceram de R\$ 2.308,0 milhões no exercício de 2010 para R\$ 2.730,5 milhões no exercício de 2011, o que representa um incremento de 18,3%.

Já as aplicações em municípios da Faixa de Fronteira passaram de R\$ 815,4 milhões no exercício de 2010 para R\$ 1.168,6 milhões no exercício de 2011, o que representa crescimento de 43,3%. Só o município de Ponta Porã foi beneficiado por R\$ 33,9 milhões.

Dentre as principais ações que influenciaram esse desempenho, podem ser citadas a expansão da estratégia de negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS pelo Banco do Brasil S.A. aos beneficiários do FCO e os Seminários FCO Itinerante.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Espaços Prioritários	Qtde.	Valor
Municípios de Tipologia “Estagnada”	25.826	R\$ 1.767,8 milhões
Municípios de Tipologia “Dinâmica”	18.872	R\$ 962,7 milhões
Municípios da Faixa de Fronteira	12.847	R\$ 1.168,6 milhões
Município de Ponta Porã (MS)	448	R\$ 33,9 milhões

b) financiamentos de projetos localizados na Mesorregião de Águas Emendadas e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE (exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO):

As contratações na Mesorregião de Águas Emendadas atingiram R\$ 361,6 milhões em 9.886 operações no exercício de 2011, montante 30,5% superior ao previsto para o exercício (R\$ 277,1 milhões) e 22,7% superior ao observado no exercício de 2010 (R\$ 294,8 milhões).

Desses R\$ 361,6 milhões, R\$ 255,3 milhões (70,6%) foram contratados com produtores rurais, ratificando a forte vocação da Região Centro-Oeste para o Agronegócio, e R\$ 202,2 milhões (55,9%) foram contratados com tomadores de menor porte, atendendo, assim, à prioridade estabelecida pelo Condel.

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais), foram formalizadas 4.890 operações no montante de R\$ 410,5 milhões. Desse montante, 3.109 operações no valor de R\$ 313,3 milhões beneficiaram o DF e 1.781 operações no valor de R\$ 97,2 milhões beneficiaram o Entorno.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Espaços Prioritários	Qtde.	Valor
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	9.886	R\$ 361,6 milhões
RIDE (DF e Municípios do Entorno)	4.890	R\$ 410,5 milhões
▪ <i>DF</i>	3.109	R\$ 313,3 milhões
▪ <i>Municípios do Entorno</i>	1.781	R\$ 97,2 milhões

11. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

11.1. Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

A carteira de financiamentos do FCO registrou, em 31.12.2011, saldo de R\$ 15.374,0 milhões, o que representa incremento de 16,3% em relação ao observado em 31.12.2010 (R\$ 13.222,2 milhões):

Tabela 31: Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	R\$ Mil Região
Empreendedores Individuais e Mini, Micro e Pequenos Tomadores					
Empresarial	326.560	616.538	417.417	529.423	1.889.937
Industrial	74.768	237.222	59.942	103.504	475.436
Infraestrutura	2.099	2.182	1.397	4.368	10.046
Turismo	40.530	55.823	51.332	51.693	199.377
Comércio e Serviços	209.162	321.311	304.746	369.858	1.205.078
Rural	342.274	1.791.321	799.575	1.603.088	4.536.258
Pronaf-RA e Pronaf Demais	57.951	983.283	322.085	1.088.507	2.451.827
Demais Rurais	284.322	808.038	477.490	514.581	2.084.431
Subtotal	668.833	2.407.859	1.216.992	2.132.511	6.426.195
Médios e Grandes Tomadores					
Empresarial	439.695	1.135.930	787.018	1.028.981	3.391.624
Industrial	104.648	759.334	630.351	474.006	1.968.339
Infraestrutura	148.382	84.237	37.180	368.522	638.321
Turismo	17.528	63.028	11.128	26.168	117.852
Comércio e Serviços	169.136	229.331	108.360	160.284	667.112
Rural	228.930	2.021.240	1.562.337	1.743.673	5.556.179
Subtotal	668.625	3.157.170	2.349.355	2.772.653	8.947.803
Resumo Geral					
Empresarial	766.254	1.752.468	1.204.435	1.558.403	5.281.561
Industrial	179.416	996.556	690.293	577.510	2.443.775
Infraestrutura	150.481	86.419	38.576	372.890	648.367
Turismo	58.058	118.851	62.459	77.860	317.229
Comércio e Serviços	378.299	550.642	413.106	530.143	1.872.190
Rural	571.204	3.812.561	2.361.912	3.346.760	10.092.437
Pronaf-RA e Pronaf Demais	57.951	983.283	322.085	1.088.507	2.451.827
Demais Rurais	513.252	2.829.278	2.039.826	2.258.253	7.640.610
Total	1.337.458	5.565.029	3.566.347	4.905.164	15.373.998

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

A carteira de financiamentos rurais atingiu o montante de R\$ 10.092,4 milhões, o que representa 65,6% do total (R\$ 15.374,0 milhões) e incremento de 14,5% em relação à posição registrada em 31.12.2010 (R\$ 8.813,0 milhões). A carteira de financiamentos empresariais, por sua vez, atingiu o montante de R\$ 5.281,6 milhões, o que representa 34,4% do total (R\$ 15.374,0 milhões) e incremento de 19,8% em relação à posição registrada em 31.12.2010 (R\$ 4.409,2 milhões).

O saldo de financiamentos com mini, micro e pequenos tomadores alcançou R\$ R\$ 6.426,2 milhões, correspondentes a 41,8% do saldo total, enquanto o saldo com médios e grandes tomadores totalizou R\$ 8.947,8 milhões, correspondentes a 58,2% do total.

O Estado de Goiás manteve-se na liderança, com saldo de R\$ 5.565,0 milhões (36,2%), seguido do Estado de Mato Grosso com R\$ 4.905,2 milhões (31,9%), do Mato Grosso do Sul com R\$ 3.566,3 milhões (23,2%) e do Distrito Federal com R\$ 1.337,5 milhões (8,7%).

11.2. Saldo dos Financiamentos Alongados nos termos das Leis n.º 9.138 e 10.437

O saldo dos financiamentos alongados nos termos das Leis n.º 9.138, de 29.11.1995, e 10.437, de 25.04.2002 (Securitização I e II) totalizou R\$ 698,1 milhões no final do exercício de 2011, sendo R\$ 220,6 milhões no DF, R\$ 183,2 milhões em GO, R\$ 143,6 milhões em MS e R\$ 150,7 milhões em MT.

11.3. Saldo dos Financiamentos Renegociados no âmbito do PESA

Aos titulares de operações rurais contratadas até 20.06.1995, em qualquer situação, ou contratadas entre 20.06.1995 e 31.12.1997, sujeitas a encargos financeiros pós-fixados, foi facultado renegociar os débitos nos moldes da Resolução CMN/Bacen n.º 2.471, de 26.02.1998, alternativamente às condições previstas no art. 3º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

Trata-se de renegociação ao amparo do Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA), em que o mutuário adquire Certificados do Tesouro Nacional (CTN) e os oferece ao Banco credor como garantia de pagamento da dívida renegociada.

No final do exercício de 2011, o saldo dos financiamentos renegociados ao abrigo do PESA totalizou R\$ 72,0 milhões, sendo R\$ 5,5 milhões no DF, R\$ 24,3 milhões em GO, R\$ 8,6 milhões em MS e R\$ 33,6 milhões em MT.

11.4. Saldo dos Financiamentos Renegociados nos termos da Lei n.º 10.177

A Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, autorizou a renegociação, prorrogação e composição das dívidas em estoque contratadas até 31.12.1998, com substituição dos encargos financeiros pelas novas taxas de juros prefixadas.

A Lei autorizou que fossem acrescidos até 10 anos ao prazo final das operações, estabelecendo-se novo esquema de amortização de acordo com a capacidade de pagamento do devedor. O prazo para formalização das renegociações estendeu-se até 30.10.2003, conforme art. 11 da Lei n.º 10.696, de 02.07.2003, regulamentada pela Resolução CMN/Bacen n.º 3.115, de 31.07.2003.

No final do exercício de 2011, o saldo dos financiamentos renegociados ao amparo da Lei n.º 10.177 totalizou R\$ 62,0 milhões, sendo R\$ 13,9 milhões no DF, R\$ 18,6 milhões em GO, R\$ 8,8 milhões em MS e R\$ 20,7 milhões em MT.

Relativamente ao setor, o saldo ficou assim distribuído: R\$ 49,5 milhões do setor rural e R\$ 12,5 milhões do setor empresarial. Relativamente ao porte dos mutuários, o saldo ficou assim: R\$ 44,7 milhões de médios e grandes tomadores e R\$ 17,3 milhões de mini, micro e pequenos tomadores.

11.5. Prorrogações concedidas no exercício de 2011

No exercício de 2011, foram prorrogadas 6.363 operações com recursos do FCO Rural no valor de R\$ 227,7 milhões e 12 do FCO Empresarial no valor de R\$ 3,5 milhões, com base na autorização concedida pelo Condel/FCO no âmbito da Programação do FCO para 2011.

11.6. Saldo de Financiamentos por Encargos Pactuados

Conforme mencionado anteriormente, a carteira de financiamentos do FCO registrou, em 31.12.2011, saldo de R\$ 15.374,0 milhões. A segregação desse montante por encargos pactuados encontra-se na tabela abaixo:

Tabela 32: Saldo de Financiamentos por Encargos Financeiros

Encargo Pactuado	Qtde.	R\$ Mil
2,00% a.a.	151.030	1.983.557
4,00% a.a.	11.635	129.870
5,00% a.a.	26.063	881.995
6,75% a.a.	21.826	1.102.953
7,25% a.a.	17.112	2.614.207
8,25% a.a.	43.604	2.013.238
8,50% a.a.	4.144	2.289.879
9,50% a.a.	4.490	948.965
10,00% a.a.	1.419	2.475.115
Comissão de Permanência	14.299	161.440
FTRD	-	-
IGPDI + 8,00% a.a.	1	6
TJLP	3.684	31.335
TJLP + 6,00% a.a.	6	273
TRD	-	-
VPM + 3,00% a.a.	5.303	741.164
IGPM	-	-
Total	304.616	15.373.998

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

11.7. Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

Com a edição da Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional das operações contratadas até 30.11.1998 foi transferido para o FCO e o *del credere* do agente financeiro foi reduzido para 0,0% a.a.

Ademais, a Medida Provisória permitiu o repasse dos recursos do FCO ao próprio banco administrador, possibilitando-lhe realizar as operações, a partir de 01.07.2001, em nome próprio e com seu risco exclusivo, com *del credere* de 6,0% a.a.

Com isso, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar 4 (quatro) grupamentos de risco operacional, a saber:

- contratações até 30.11.1998: risco 100% do FCO;
- contratações entre 01.12.1998 e 30.06.2001: risco compartilhado (100% do FCO e 100% do Banco);
- contratações a partir de 01.07.2001: risco 100% ou exclusivo do Banco; e
- contratações no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra): risco de terceiros/do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

A tabela a seguir apresenta o saldo de financiamentos por risco operacional:

Tabela 33: Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

Risco Operacional	% de Risco	Saldo	% de Participação	R\$ Mil
BB	100%	13.797.460	89,75	
Compartilhado	50%	44.469	0,29	
FCO	100%	1.451.172	9,44	
Procera	100%	80.897	0,53	
Total		15.373.998		100,00

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

11.7.1. Risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil

Diante da prerrogativa criada pela Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, o Banco do Brasil passou a considerar os recursos do FCO que lhes são repassados desde 01.07.2001 como Patrimônio de Referência de Nível II (PR de Nível II). Em consequência, passou a assumir 100% do risco das operações contratadas a partir dessa data.

No final do exercício de 2011, o saldo de financiamentos com risco 100% ou exclusivo do Banco atingiu R\$ 13.797,5 milhões:

Tabela 34: Saldo de Financiamentos com risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil

Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	Região	R\$ Mil
Empresarial	763.611	1.738.700	1.198.786	1.555.979		5.257.075
Industrial	176.772	984.165	686.449	575.262		2.422.649
Infraestrutura	150.481	86.678	38.447	372.890		648.496
Turismo	58.058	117.214	60.784	77.684		313.740
Comércio e Serviços	378.299	550.642	413.106	530.143		1.872.190
Rural	294.251	3.495.563	2.033.734	2.716.837		8.540.384
Pronaf	44.404	907.370	178.402	739.126		1.869.301
Demais Rurais	249.847	2.588.193	1.855.333	1.977.710		6.671.083
Total	1.057.861	5.234.263	3.232.520	4.272.816		13.797.460

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

11.7.2. Risco Compartilhado

Por força do disposto no art. 6º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, o risco das operações contratadas a partir de 01.12.1998 passou a ser compartilhado com o Fundo, à razão de 50%, e o *del credere* do agente financeiro foi reduzido para 3,0% a.a.

O saldo de financiamentos com risco compartilhado totalizou, em 31.12.2011, R\$ 44,5 milhões, conforme tabela a seguir:

Tabela 35: Saldo de Financiamentos com risco compartilhado

Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	R\$ Mil Região
Empresarial	124	1.440	14	0	1.578
Industrial	124	121	14	0	259
Infraestrutura	0	0	0	0	0
Turismo	0	1.319	0	0	1.319
Comércio e Serviços	0	0	0	0	0
Rural	3.857	18.173	5.293	15.568	42.891
Pronaf	11	81	2	81	175
Demais Rurais	3.846	18.092	5.291	15.487	42.716
Total	3.981	19.613	5.307	15.568	44.469

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

11.7.3. Risco 100% ou integral do Fundo

Por força do disposto na Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, o risco das operações contratadas até 30.11.1998⁵ e das contratadas no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária é 100% ou integral do FCO.

No final de dezembro de 2011, o saldo de financiamentos com risco 100% ou integral do Fundo totalizou R\$ 1.451,2 milhões, conforme tabela a seguir:

Tabela 36: Saldo de Financiamentos com risco 100% ou integral do Fundo

Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	R\$ Mil Região
Empresarial	2.520	12.328	5.635	2.425	22.908
Industrial	2.520	12.010	3.830	2.248	20.608
Infraestrutura	0	0	129	0	129
Turismo	0	318	1.676	177	2.171
Comércio e Serviços	0	0	0	0	0
Rural	267.786	293.537	303.257	563.684	1.428.264
Pronaf-RA	9.118	42.816	99.406	217.251	368.591
Pronaf Demais	4.418	33.016	44.275	132.050	213.759
Demais Rurais	254.250	217.705	159.576	214.383	845.914
Total	270.306	305.865	308.892	566.109	1.451.172

Do total de R\$ 1.451,2 milhões, R\$ 770,1 milhões representam os saldos das operações alongadas com base nas Leis n.º 9.138, de 29.11.1995, e 10.437, de 25.4.2002 (Securitização I e II – R\$ 698,1 milhões) e renegociadas ao amparo do Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA – R\$ 72,0 milhões).

⁵ Exceto as operações realizadas ao abrigo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), cujo risco é do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

11.7.4. Risco de Terceiros

Em 31.12.2011, o saldo de financiamentos das operações contratadas no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), com risco do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera)⁶, totalizou R\$ 80,9 milhões.

11.8. Saldo de Financiamentos da Reforma Agrária

De acordo com o art. 7º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei n.º 12.249, de 11.06.2010, o banco administrador aplicará 10% dos recursos do Fundo para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar n.º 93, de 04.02.1998.

O §§ 1º e 2º do referido dispositivo dispõem que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial e complementar dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária serão realizados com risco para o Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Com o advento da Resolução CMN/Bacen n.º 2.629, de 10.08.1999, esse público-alvo passou a ser assistido com recursos do FCO ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Grupo “A”, com risco para o Fundo.

Anteriormente à edição da Resolução, os financiamentos eram realizados ao amparo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), com risco do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).

A carteira de financiamentos dos programas oficiais de reforma agrária encerrou o exercício de 2011 com saldo na ordem de R\$ 449,5 milhões, sendo R\$ 80,9 milhões com o Papra e R\$ 368,6 milhões com o Pronaf – Reforma Agrária.

11.9. Saldos de Financiamentos Vencidos e Vencidos – Índices de Inadimplência

No final do exercício de 2011, o saldo da carteira de financiamentos do FCO atingiu R\$ 15.374,0 milhões, sendo R\$ 14.645,0 milhões de parcelas vincendas e R\$ 729,0 milhões de parcelas vencidas.

Consequentemente, o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) atingiu 4,7%, superior ao observado no final do exercício de 2010 de 3,2%.

⁶ Portaria Interministerial n.º 218, de 27.08.1992.

A tabela a seguir apresenta os saldos de financiamentos do FCO vincendos e vencidos e, por conseguinte, os índices de inadimplência por UF, setor e risco operacional:

Tabela 37: Saldos de Financiamentos Vencidos e Vencidos - Índices de Inadimplência Comparativo 2010 X 2011

UF	2010				2011			
	Vencendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vencendo	Vencido	Total	% de Inad.
DF	1.146.375	82.245	1.228.620	6,69	1.146.147	191.310	1.337.458	14,30
GO	4.687.243	79.139	4.766.382	1,66	5.428.995	136.034	5.565.029	2,44
MS	3.058.701	82.805	3.141.506	2,64	3.418.681	147.666	3.566.347	4,14
MT	3.906.876	178.828	4.085.704	4,38	4.651.136	254.027	4.905.164	5,18
Total	12.799.195	423.017	13.222.212	3,20	14.644.960	729.038	15.373.998	4,74

Setor	2010				2011			
	Vencendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vencendo	Vencido	Total	% de Inad.
Empresarial	4.379.611	29.618	4.409.229	0,67	5.249.485	32.076	5.281.561	0,61
Rural	8.419.583	393.399	8.812.983	4,46	9.395.475	696.962	10.092.437	6,91
Total	12.801.204	423.017	13.222.212	3,20	14.646.971	729.038	15.373.998	4,74

Risco	2010				2011			
	Vencendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vencendo	Vencido	Total	% de Inad.
BB	11.513.016	75.535	11.588.550	0,65	13.736.494	60.966	13.797.460	0,44
Compartilhado	65.458	770	66.228	1,16	43.207	1.262	44.469	2,84
FCO	1.175.704	302.975	1.478.679	20,49	834.579	616.593	1.451.172	42,49
Procera	45.017	43.738	88.755	49,28	30.680	50.217	80.897	62,07
Total	12.799.195	423.018	13.222.212	3,20	14.644.960	729.038	15.373.998	4,74

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao Exercício de 2010 e ao Exercício de 2011.

A tabela abaixo apresenta o número de operações em estado de adimplência e inadimplência, dividindo-se em operações de financiamento com risco compartilhado e com risco exclusivo, permitindo verificar a evolução da situação de inadimplência no exercício de 2011, comparativamente aos dois exercícios anteriores:

Tabela 38: Operações Contratadas com Riscos Compartilhado e Integral do Fundo e do Banco

Operações com risco compartilhado				Qtde.
Situação	2011	2010	2009	
Sem atraso (A) - Qtde.	473	758	1.026	
Com atraso (B) - Qtde.	13	4	19	
(B*100) / (A+B) - % Inad.	2,67	0,52	1,82	
Operações com risco integral do Fundo				
Situação	2011	2010	2009	
Sem atraso (A) - Qtde.	45.784	47.673	51.811	
Com atraso (B) - Qtde.	11.641	10.659	7.266	
(B*100) / (A+B) - % Inad.	20,27	18,27	12,30	
Operações com risco exclusivo do Banco				
Situação	2011	2010	2009	
Sem atraso (A) - Qtde.	190.067	172.298	156.933	
Com atraso (B) - Qtde.	2.478	3.160	920	
(B*100) / (A+B) - % Inad.	1,29	1,80	0,58	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe informar que o Banco do Brasil possui uma Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, para atuar exclusivamente na condução, cobrança e recuperação de créditos e evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzi-lo ainda mais. Algumas ações em desenvolvimento para garantir o retorno dos recursos aplicados e reduzir o índice de inadimplência do FCO são: a intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento – CABB; a utilização pelas Agências de ferramenta que permite a identificação e o gerenciamento do atraso por cliente; e o esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.

A tabela a seguir apresenta os saldos de financiamentos vencidos por tempo de atraso:

Tabela 39: Saldos de Financiamentos Vencidos por Tempo de Atraso

Faixa de Vencimento	Saldo Vencido	% de Participação	R\$ Mil
01 a 30 dias	24.077	3,3	
31 a 60 dias	18.509	2,5	
61 a 90 dias	19.232	2,6	
91 a 120 dias	9.101	1,2	
121 a 150 dias	2.480	0,3	
151 a 180 dias	7.615	1,0	
Vencido acima de 180 dias	648.023	88,9	
Total	729.038	100,0	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Observa-se que o maior volume de recursos se concentra na faixa de operações vencidas em prazo superior a 180 dias. De acordo com a Resolução CMN/Bacen n.º 2.682, de 21.12.1999, e a Portaria Interministerial MF/MI n.º 11, de 28.12.2005, as operações com esse prazo de vencimento devem ser transferidas para prejuízo, com o correspondente débito da provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nessa faixa, não sendo admitido o registro em período inferior.

O quadro a seguir contempla o saldo dos créditos de liquidação duvidosa até o dia 31.12.2011, considerados o valor do principal e encargos vencidos de operações contratadas, segregando-se as informações, de acordo com a quantidade de dias em atraso, em dois blocos: operações com atraso menor que 181 dias; e operações com atraso entre 181 e 360 dias:

Tabela 40: Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações Contratadas

Natureza da Operação	Tamanho do atraso		R\$
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	
Com risco compartilhado entre o fundo e o banco operador	1.228.390,39	33.439,58	
Com risco integral do fundo	32.434.543,88	584.158.820,56	
Com risco integral do banco operador	47.297.158,99	13.668.617,93	
Total	80.960.093,26	597.860.878,07	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

12. OUTROS ASPECTOS

12.1. Situação dos Recursos

O volume de recursos do FCO atingiu, em 31.12.2011, R\$ 15.991,5 milhões, sendo R\$ 15.374,0 milhões de saldo de financiamentos e R\$ 617,5 milhões de disponibilidades:

Tabela 41: Situação dos Recursos por UF

	DF	GO	MS	MT	R\$ Mil Região
1. Recursos	1.536.192	5.513.642	3.901.557	5.040.117	15.991.508
2. Saldo de Financiamentos	1.337.458	5.565.029	3.566.347	4.905.164	15.373.998
3. Disponibilidades Financeiras (1-2)	198.734	(51.387)	335.210	134.953	617.510
4. Parcelas a liberar	43.974	312.768	198.863	326.193	881.798
5. Disponibilidades Orçamentárias (3-4)	154.760	(364.155)	136.347	(191.240)	(264.288)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Do montante de R\$ 617,5 milhões, R\$ 881,8 milhões ficaram comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas até 31.12.2011. A disponibilidade orçamentária encerrou o exercício em R\$ 264,3 milhões negativos.

12.2. Remuneração dos Recursos Disponíveis

Enquanto não desembolsados pelo Banco, os saldos diários dos recursos do Fundo devem ser remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme art. 4º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

No exercício de 2011, o Banco do Brasil creditou ao Fundo o montante de R\$ 96,1 milhões, correspondentes à referida remuneração.

12.3. Remuneração dos Recursos Aplicados

Os recursos do FCO, desembolsados pelo agente financeiro, são remunerados pelos encargos pactuados com os devedores, excluído o *del credere* correspondente, na forma do art. 2º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

No período em exame, foram creditados ao FCO R\$ 276,2 milhões.

12.4. Remuneração do Banco Operador

A título de *del credere*, o Banco do Brasil recebeu, no exercício de 2011, o valor de R\$ 676,3 milhões, na forma do § 2º do art. 1º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, e do inciso II do § 4º do art. 9º-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Medida Provisória n.º 2.196-3, de 24.08.2001.

12.5. Remuneração do Banco Administrador

Conforme disposto no art. 13 da Medida Provisória n.º 2.199-14, de 24.08.2001, os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento fazem jus à taxa de administração de 3,0% a.a. sobre o patrimônio líquido dos respectivos Fundos, apropriada mensalmente e limitada em cada exercício a 20,0% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

A Medida Provisória n.º 2.196-3, de 24.08.2001, por sua vez, ao incluir o art. 9º-A na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, facultou aos bancos administradores a utilização dos recursos dos respectivos Fundos como próprios, com o que as operações seriam realizadas com risco exclusivo do banco e os valores utilizados seriam deduzidos do Patrimônio Líquido do Fundo, para efeito do cálculo da taxa de administração (art. 9º-A, *caput* e § 11).

Informa o Banco do Brasil S.A., em seu Relatório de Gestão, que, com a migração das operações de risco do FCO para contas de compensação, ocorrida em dezembro de 2010, o BB deixou de utilizar o volume dessa carteira como Patrimônio de Referência Nível II (PR II).

Assim, com base na legislação em vigor, o Banco voltou a ter base de cálculo para cobrança da remuneração como Administrador do FCO, a partir do exercício de 2011.

No exercício de 2011, a despesa de taxa de administração totalizou R\$ 4,5 milhões.

12.6. Rebates e Bônus de Adimplênciia

No exercício de 2011, foram concedidos aos beneficiários que pagaram em dia suas prestações/parcelas, a título de rebates sobre os encargos financeiros e de bônus de adimplênciia, os valores correspondentes a R\$ 16,5 milhões e R\$ 128,3 milhões, respectivamente.

12.7. Operações Levadas a Perda ou Prejuízo

No exercício de 2011, foram transferidos para perdas R\$ 224,9 milhões, sendo R\$ 219,9 milhões assumidos pelo Banco do Brasil e R\$ 5,0 milhões debitados ao FCO. Esse montante foi inferior ao observado no exercício de 2010, quando foram transferidos para perdas R\$ 567,2 milhões, sendo R\$ 534,8 milhões assumidos pelo Banco e R\$ 32,4 milhões debitados ao FCO:

Tabela 42: Perdas do Fundo

Risco Operacional	Saldo transferido	Saldo assumido pelo BB	Saldo assumido pelo FCO	R\$ mil
BB	218.139	218.139		-
Compartilhado	3.560	1.780		1.780
FCO	3.183		-	3.183
Total	224.882	219.919		4.963

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O quadro a seguir demonstra o montante dos prejuízos contabilizados no exercício de referência do Relatório de Gestão, ou seja, em 2011, conforme as modalidades de risco das operações contratadas, nos termos da Portaria Interministerial MF/MI n.º 11, de 28.12.2005:

Tabela 43: Prejuízos contabilizados no Exercício de 2011

Natureza da Operação	Prejuízos contabilizados	R\$
Assumidos em razão do risco compartilhado	3.559.607,26	
* Contabilizados pelo Fundo	1.779.803,63	
* Contabilizados pelo Banco	1.779.803,63	
Assumidos pelo Fundo em razão de risco integral	3.183.408,14	
Assumidos pelo Banco operador em razão de risco exclusivo	218.139.063,08	
Total	224.882.078,48	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Já o quadro a seguir demonstra o volume de recursos resarcidos pelo Banco ao Fundo em razão de prejuízos em operações com risco compartilhado:

Tabela 44: Ressarcimentos efetuados pelo Banco ao Fundo no Exercício de 2011, decorrentes de perdas em operações com risco compartilhado.

Mês de referência	Principal + Encargos das operações vencidas e não pagas	Valor resarcido pelo Banco	Correção de valores por atraso de ressarcimento	R\$
Janeiro	113.909,02	56.954,51		-
Fevereiro	61.246,02	30.623,01		-
Março	221.007,32	110.503,66		-
Abril	0,00	0,00		-
Maio	303.153,88	151.576,94		-
Junho	232.232,41	116.116,21		-
Julho	0,00	0,00		-
Agosto	292.106,77	146.053,39		-
Setembro	31.604,48	15.802,24		-
Outubro	0,00	0,00		-
Novembro	264.525,98	132.262,99		-
Dezembro	2.039.821,37	1.019.910,69		-
Total	3.559.607,25	1.779.803,64		0,00

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No mesmo período, foram recuperados R\$ 20,5 milhões referentes a operações de risco 100% ou integral do Fundo, R\$ 9,9 milhões referentes a operações de risco compartilhado e R\$ 183,8 milhões referentes a operações de risco 100% ou exclusivo do Banco.

12.8. Patrimônio Líquido

Em 31.12.2011, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante de R\$ 15.075,4 milhões, o que representa um incremento de 14,6% em relação ao observado em 31.12.2010 (R\$ 13.153,3 milhões):

Tabela 45: Evolução do Patrimônio Líquido do FCO - 2001 a 2011

Mês/Ano	Valor	R\$ milhões
dez/01	2.976,6	
dez/02	3.731,8	
dez/03	4.417,3	
dez/04	5.272,3	
dez/05	6.539,9	
dez/06	7.488,1	
dez/07	8.757,7	
dez/08	10.223,8	
dez/09	11.624,0	
dez/10	13.153,3	
dez/11	15.075,4	
Total	89.260,2	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O Patrimônio Líquido corresponde às transferências dos exercícios anteriores (R\$ 10.979,6 milhões) acrescidas das transferências do Tesouro Nacional no exercício de 2011 (R\$ 1.676,9 milhões) e do superávit do período (R\$ 2.418,9 milhões).

12.9. Operações Ajuizadas

Em 31.12.2011, a carteira de financiamentos do FCO possuía 267,3 mil operações “em ser”. No exercício de 2011, foram ajuizadas pela Diretoria Jurídica do Banco do Brasil 625 operações no valor de R\$ 167,0 milhões.

O quadro abaixo contempla a quantidade mensal de ações de cobranças judiciais realizadas ao longo do exercício de referência, diferenciando-as de acordo com o risco associado à modalidade de contratação:

Tabela 46: Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas no Exercício de 2011

Mês	Risco Compartilhado		Risco Integral do Fundo		Risco Exclusivo do Banco		R\$
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Janeiro	6	4.280.929,01	3	1.330.051,88	26	25.152.635,21	
Fevereiro	-	-	-	-	34	15.165.374,47	
Março	-	-	-	-	21	6.479.551,65	
Abril	-	-	-	-	25	6.739.047,87	
Maio	-	-	-	-	39	20.515.598,51	
Junho	-	-	-	-	24	5.775.534,66	
Julho	18	7.827.707,07	3	836.883,13	10	6.366.826,45	
Agosto	-	-	-	-	90	13.222.295,29	
Setembro	-	-	-	-	67	12.274.151,56	
Outubro	39	7.685.583,47	3	1.586.913,73	23	3.418.011,96	
Novembro	-	-	-	-	46	10.783.035,16	
Dezembro	2	583.574,60	30	2.538.738,68	116	14.433.991,62	
Total	65	20.377.794,15	39	6.292.587,42	521	140.326.054,41	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

12.10. Fiscalização, Controle e Auditagem

12.10.1. Fiscalização

No exercício de 2011, foram realizados 9.333 serviços de fiscalização (obrigatórios, por amostragem e por agendamento manual) em 9.124 operações amparadas com recursos do Fundo, tendo sido apontadas 1.409 irregularidades. Destas, 532 foram atendidas e/ou regularizadas e 875 permaneciam pendentes em 31.12.2011. A tabela abaixo apresenta as irregularidades pendentes naquela data:

Tabela 47: Irregularidades Detectadas em Serviços de Fiscalização Não Atendidas

Apontamentos não atendidos	Rural	Empresarial	Total	Qtde.
Execução do Orçamento	78	21		99
Situação das Garantias	188	61		249
Aspectos Gerais	344	183		527
Total	610	265		875

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

De acordo com o Banco do Brasil S.A., a maior incidência de irregularidade detectada no bloco “aspectos gerais” refere-se à inexistência de placa alusiva ao financiamento com recursos do FCO.

12.10.2. Controle

O Fundo tem Plano Contábil próprio, criado com o objetivo de disciplinar os registros dos atos e fatos a ele inerentes. Os recursos e as aplicações são identificados em rubricas específicas do sistema contábil do Banco do Brasil S.A.

Com a publicação da Portaria Interministerial MI/MF n.º 1C, de 15.01.2005, alterada pela Portaria Interministerial MI/MF n.º 11, de 28.12.2005, além da obrigatoriedade de elaborar a contabilidade do FCO de acordo com a Lei n.º 7.827, de 27.09.1989 (o art. 18 prevê a adoção do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal, ou seja, da contabilidade comercial), o Banco do Brasil passou a elaborar, também, a contabilidade do Fundo em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 17.03.1964 (dispõe sobre a contabilidade pública), utilizando o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), para registro dos dados.

12.10.3. Auditagem

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, aos arts. 19 e 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e a instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

- a) anualmente, a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão da Presidência da República (PR);
- b) mensalmente, a remessa de relatórios à SFCI/CGU/PR sobre as operações contratadas e a situação dos recursos;
- c) a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresas de auditoria independente; e
- d) a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO) sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

12.11. Auditoria Externa

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditagem.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do exercício de 2011 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 11.05.2012, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Registra, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Registra que a responsabilidade dos auditores independentes é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em sua auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Acrescenta que uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Registra, ainda, acreditar que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião.

Afirma que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 31.12.2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais, conforme descritas na Nota Explicativa n.º 3.

Por fim, a KPMG Auditores Independentes, sem modificar sua opinião, chama a atenção para as Notas Explicativas n.º 2 e 3, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

13. ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL

Após a abordagem do desempenho das contratações no exercício de 2011 (item 8 retro), cabe avaliar os impactos socioeconômicos decorrentes dos financiamentos realizados no período:

Tabela 48: Empregos gerados e/ou mantidos

Qtde.

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região		
	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Total
Empresarial	11.528	16.723	27.346	40.312	22.598	37.519	25.078	33.094	86.550	127.648	214.198
Industrial	3.718	6.577	12.905	22.672	14.135	25.398	6.017	10.923	36.775	65.570	102.345
Infraestrutura	787	619	3954	3146	330	266	9806	7782	14877	11813	26690
Turismo	1.919	1.644	1.857	1.599	955	829	997	862	5.728	4.934	10.662
Comércio e Serviços	5.104	7.883	8.630	12.895	7.178	11.026	8.258	13.527	29.170	45.331	74.501
Rural	2.932	5.000	53.094	87.041	27.344	48.905	42.512	69.665	125.882	210.611	336.493
Pronaf-RA	148	296	1.329	2.658	8.929	17.858	1.875	3.750	12.281	24.562	36.843
Pronaf Demais	1.227	1.805	29.484	43.006	6.716	9.884	22.030	32.570	59.457	87.265	146.722
Demais Rurais	1.557	2.899	22.281	41.377	11.699	21.163	18.607	33.345	54.144	98.784	152.928
Total	14.460	21.723	80.440	127.353	49.942	86.424	67.590	102.759	212.432	338.259	550.691

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Consoante os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 550,7 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (212,4 mil diretos e 338,3 mil indiretos), no exercício de 2011.

Das Unidades Federativas, merecem destaque os Estados de Goiás e Mato Grosso, onde foram gerados e/ou mantidos 207,8 mil e 170,3 mil, respectivamente (37,7% e 30,9% do total de empregos gerados e/ou mantidos na Região).

O setor rural foi responsável pela geração e/ou manutenção de 336,5 mil empregos diretos e indiretos (61,1%) e o setor empresarial por 214,2 mil (38,9%).

Considerando tão-somente a estimativa de geração de empregos diretos, a tabela abaixo apresenta o custo médio de cada emprego em relação ao volume financiado em cada UF e na Região:

Tabela 49: Valor financiado por emprego direto gerado e/ou mantido

UF	Valor Financiado (a)	Qtde. de Empregos Diretos (b)	Valor Médio (a/b)	R\$ Mil
DF	410.504	14.460	28,4	
GO	2.060.986	80.440	25,6	
MS	1.178.886	49.942	23,6	
MT	1.896.239	67.500	28,1	
Região	5.546.615	212.342	26,1	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O valor médio investido para geração e/ou manutenção de um emprego direto na Região situou-se em R\$ 26,1 mil. Por UF, a média mais elevada foi registrada no Distrito Federal (R\$ 28,4 mil), enquanto que o Estado de Mato Grosso do Sul apresentou o menor valor médio por aplicação (R\$ 23,6 mil).

No que se refere à distribuição dos financiamentos, os R\$ 5.546,6 milhões aplicados no exercício beneficiaram, diretamente, as populações de 466 localidades, correspondentes a 100,0% do total dos municípios da Região.

Vale lembrar a rede de distribuição do Banco do Brasil S.A. alcança a todas as comunidades organizadas do Centro-Oeste. Cabe lembrar também que, além do Banco do Brasil S.A., operam com recursos do FCO o Banco de Brasília (BRB), o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), a Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o que contribui para democratizar e interiorizar o acesso ao crédito.

14. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste		050661			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
-	SCO 2010, 201108178	1.1.1.3	Ofício n.º 37.138/DIINT/DI/SFC/CGU/PR, de 07.12.2011		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco)					

Descrição da Recomendação:**Recomendação 1:**

Diligenciar o Banco do Brasil, inclusive com solicitação do envio de documentação comprobatória acerca da efetividade das ações e dos prazos informados pelo Banco, para realizar as análises das propostas em conformidade com os prazos máximos definidos em regulamento do Fundo.

Recomendação 2:

Diligenciar o Banco do Brasil, inclusive com solicitação do envio de documentação comprobatória acerca da efetividade das ações e dos prazos informados pelo Banco, para aprimorar os procedimentos internos acerca da aplicação da legislação vigente, especialmente das regras provenientes da Programação do FCO em relação ao porte dos mutuários.

Recomendação 3:

Diligenciar o Banco do Brasil, inclusive com solicitação do envio de documentação comprobatória acerca da efetividade das ações e dos prazos informados pelo Banco, para adotar providências a fim de que conste documentação que comprove a anuência dos CDE nos dossiês das operações de crédito, quando couber.

Recomendação 4:

Diligenciar o Banco do Brasil, inclusive com solicitação do envio de documentação comprobatória acerca da efetividade das ações e dos prazos informados pelo Banco, para adotar providências no sentido de cobrar dos mutuários, tempestivamente, os documentos de comprovação de despesas.

Recomendação 5:

Diligenciar o Banco do Brasil, inclusive com solicitação do envio de documentação comprobatória acerca da efetividade das ações e dos prazos informados pelo Banco, para intensificar as fiscalizações nos empreendimentos e os controles administrativos internos do Banco de forma a minimizar a ocorrência das constatações apontadas na Nota Técnica n.º 3.017/DIINT/DI/SFC/CGU-PR, de 14.12.2010.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco)	

Síntese da providência adotada:

A SFC/CGU, ao realizar a Auditoria Anual de Contas da extinta Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional (SCO/MI), referente ao exercício de 2010, registrou, no item 1.1.1.3 do Relatório Preliminar de Auditoria n.º 201108178-2ª Parte (Ofício n.º 31.772/2011/DIINT/DI/SFC/CGU-PR, de 24.10.2011), a seguinte análise acerca das providências até então adotadas:

A recomendação encaminhada à Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste diz respeito a diligências a serem realizadas pela SCO/MI ao Banco do Brasil, considerando que as constatações apontadas pela CGU relacionam-se à atuação do banco operador do FCO nas operações de concessão de crédito. Nesse ponto de vista, a SCO/MI atendeu a

recomendação ao diligenciar o banco, conforme informado na manifestação da unidade.

Contudo, em relação ao exposto no Plano de Providências do Banco do Brasil enviado à SCO/MI sobre as ações e prazos de implementação das providências adotadas, entendemos que a recomendação deve ser mantida à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), atual responsável pelo FCO devido à extinção da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Desse modo, no que diz respeito aos itens 1, 2, 3 e 5 do Plano de Providências do Banco do Brasil, mantemos os respectivos itens da recomendação, para que a Sudeco continue cobrando do banco operador do Fundo as providências adotadas para sanar as impropriedades constatadas, inclusive com o envio de documentação comprobatória acerca da efetividade das ações e dos prazos informados pelo Banco.

No tocante ao item 4 do Plano de Providências, relativo à cobrança tempestiva por parte do Banco aos mutuários do FCO dos documentos de comprovação de despesas, o Banco do Brasil manifestou discordância quanto ao ponto. O Banco argumentou que a Programação Anual do FCO permite que a liberação do crédito ocorra mediante pagamento direto ao fornecedor ou apresentação pelo beneficiário de nota fiscal de compra. Desse modo, não foi exposta nenhuma providência a ser adotada.

Como a fiscalização sistemática do FCO implementada pela CGU possui como amostra operações de crédito contratadas no exercício de 2009, deve-se adotar a Programação do FCO de 2009 como fundamento. Sobre a questão acerca da permissão da liberação do crédito mediante pagamento direto ao fornecedor ou apresentação pelo beneficiário de nota fiscal de compra, a Programação do FCO de 2009 versa na letra c, item 3, Subtítulo I – Condições de Financiamento, Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio às MPE (micro e pequenas empresas), conforme o seguinte:

“(…)

3. LIMITE FINANCIÁVEL:

a) investimento: até 100% do valor total dos itens financiáveis;

b) capital de giro associado: 30% do valor financiado pelo FCO para investimento;

c) aquisição de insumos e matéria-prima e formação de estoques para vendas, mediante pagamento direto ao fornecedor ou apresentação pelo beneficiário de nota fiscal de compra: até R\$ 90 mil para microempresas e até R\$ 270 mil para pequenas empresas.

Obs.: sobre os parâmetros constantes das alíneas “b” e “c” não se aplica o limite indicado na alínea “a” acima, obedecidos o teto de financiamento e a assistência máxima permitida pelo Fundo.

“(…)”.

Depreende-se desse normativo que o pagamento direto ao fornecedor ou apresentação pelo beneficiário de nota fiscal de compra é previsto somente em casos específicos, em que deve ser considerado o setor empresarial, a aquisição de insumos e matéria-prima e formação de estoques para vendas, além do valor do financiamento dado o porte do mutuário.

Do mesmo modo, na Programação Anual do FCO de 2011 tal restrição de limite financiável permanece, tendo apenas ocorrido a inclusão dos empreendedores individuais, para valores até R\$ 5 mil (letra c, item 3, Subtítulo I – Condições de Financiamento, Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio aos EI e às MPE) e das médias e grandes empresas, para financiamentos até R\$ 400 mil e R\$ 800 mil, respectivamente (letra c, item 3, Subtítulo I – Condições de Financiamento, Título V – Programa de FCO Empresarial para MGE).

Cabe ressaltar que o fato de algumas operações poderem ter pagamento realizado pelo Banco diretamente ao fornecedor não desobriga o mutuário do dever de prestar contas. Além disso, conforme os relatórios de fiscalização da CGU, houve constatações de ausências de notas fiscais em operações de financiamento para reforço de capital de giro para aquisição de estoques, enquadradas na letra c, item 3, Subtítulo I – Condições de Financiamento, Título IV – Programa de FCO Empresarial de Apoio às MPE da Programação Anual do FCO de 2009. Nesse item é prevista a apresentação de nota fiscal por parte do mutuário.

Dessa forma, a manifestação do Banco do Brasil não elide a constatação da CGU acerca da obrigatoriedade por parte dos mutuários de comprovação das despesas das operações de crédito com recursos do FCO.

Em vista disso, a SFC/CGU resolveu manter a recomendação à Sudeco, atual responsável pelo Fundo, no sentido de diligenciar o Banco do Brasil, inclusive com solicitação do envio de documentação comprobatória acerca da efetividade das ações e dos prazos informados pelo Banco, para:

Número	Recomendação
1	Realizar as análises das propostas em conformidade com os prazos máximos definidos em regulamento do Fundo.
2	Aprimorar os procedimentos internos acerca da aplicação da legislação vigente, especialmente das regras provenientes da Programação do FCO em relação ao porte dos mutuários.
3	Adotar providências a fim de que conste documentação que comprove a anuência dos CDE nos dossiês das operações de crédito, quando couber.
4	Adotar providências no sentido de cobrar dos mutuários, tempestivamente, os documentos de comprovação de despesas.
5	Intensificar as fiscalizações nos empreendimentos e os controles administrativos internos do Banco de forma a minimizar a ocorrência das constatações apontadas na Nota Técnica n.º 3.017/DIINT/DI/SFC/CGU-PR, de 14.12.2010.

Em decorrência disso e com o objetivo de atender à recomendação da SFC/CGU, a Sudeco, por meio do Ofício n.º 492/2011-FCO, de 04.11.2011, solicitou ao Banco do Brasil S.A. o seguinte:

- a) informações sobre as providências adotadas para atendimento das recomendações n.º 3 e 5 e os resultados alcançados, juntamente com a documentação comprobatória acerca da efetividade das ações e dos prazos informados pelo Banco em seu Plano de Providências (30.06.2011 e 31.04.2011, respectivamente);
- b) plano de providências para tratamento da recomendação n.º 4, considerando a “análise do controle interno”, constante do item 1.1.1.3 do Relatório Preliminar de Auditoria n.º 201108178-2ª Parte; e
- c) após o término dos prazos informados pelo Banco para atendimento das recomendações n.º 1 e 2 (30.12.2011 e 29.06.2012, respectivamente), informações sobre as providências adotadas e os resultados alcançados, juntamente com documentação comprobatória acerca da efetividade das ações e dos prazos registrados no Plano de Providências.

Em resposta, o Banco do Brasil S.A. encaminhou à Sudeco o Ofício Dicom-Dirag-Dicre – 2011/013.941, de 01.12.2011:

- a) quanto às recomendações n.º 3 e 5, encaminhou a síntese das providências adotadas e os documentos solicitados;
- b) quanto à recomendação n.º 4, esclareceu que o Banco segue a Programação Anual aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – Condé/FCO, a qual prevê que os aspectos operacionais serão estabelecidos pela Instituição Financeira. Diante desse fato e levando-se em conta as justificativas apresentadas por ocasião da elaboração do Plano de Providências, além das informações complementares abaixo descritas, manteve sua manifestação acerca do assunto:

4. *Nos aspectos não definidos na referida Programação, observam-se o Manual de Crédito Rural (MCR) e as normas internas do Banco, sendo item de verificação de conformidade nas Fichas de Verificação dos processos de crédito. As normas internas do Banco preveem que, no caso de operações com liberação em parcelas, por exemplo, as notas fiscais e os respectivos comprovantes de liquidação financeira devem ser apresentados antes da liberação da parcela subsequente. Todavia, em razão da especialidade da operação ou do item financiado, os documentos comprobatórios das aplicações dos recursos, em*

alguns casos, podem ficar sob a guarda do mutuário, constituído nessa situação como fiel depositário desses documentos.

5. *Informamos, também, que no Instrumento de Crédito das operações contratadas ao amparo do FCO consta cláusula que autoriza que os órgãos de controle, tais como Banco Central do Brasil (Bacen), Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (SFCI/CGU), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretarias dos Estados, dentre outros, tenham acesso ao empreendimento financiado com a finalidade de efetuar, quando necessário, inspeções técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, inclusive, a critério daquelas instituições, à sua contabilidade e arquivos.*

- c) quanto às recomendações n.º 1 e 2, informou que manterá a Sudeco informada à medida que forem implementadas as demais recomendações do referido Plano de Providências, conforme solicitado no item 13 do Ofício n.º 492/2011-FCO, de 04.11.2011.

Por meio do Ofício n.º 792/2011-FCO, de 21.12.2011, a Sudeco prestou tais informações, bem como encaminhou à SFC/CGU, para conhecimento, cópia do Ofício Dicom-Dirag-Dicre – 2011/013.941, de 01.12.2011, e demais documentos disponibilizados pelo Banco do Brasil S.A.

Ocorre que, mais recentemente, por meio da Nota Técnica n.º 994, de 09.05.2012, a SFC/CGU entendeu que ainda está pendente a apresentação dos resultados decorrentes das recomendações.

Ante o exposto e em função da manutenção das recomendações no Relatório de Auditoria n.º 201108178 e da sua reiteração na Nota Técnica n.º 994, a Sudeco, por meio do Ofício n.º 1.577/2012-FCO, de 18.06.2012, solicitou ao Banco do Brasil S.A. encaminhar, no prazo máximo de 15 dias úteis, informações sobre as providências adotadas para atendimento das referidas recomendações e os resultados alcançados, juntamente com a documentação comprobatória acerca da efetividade das ações e dos prazos informados pelo Banco em seu Plano de Providências.

Observação: situação em 18.06.2012.

Síntese dos resultados obtidos

Prazo para atendimento da recomendação: 31.07.2012 (conforme Nota Técnica n.º 994, de 09.05.2012, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União – SFC/CGU).

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Nada a declarar.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:		Código SIORG			
Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste		050661			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
-	SCO 2010, 201108178	s/n. ^o (item 4.1 da 1 ^a Parte do Relatório de Auditoria Anual de Contas n. ^o 201108178, pág. 4 a 6 de 13)	Ofício n. ^o 37.138/DIINT/DI/SFC/CGU/PR, de 07.12.2011		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco)					
Descrição da Recomendação:					
Incluir, nos futuros Relatórios de Gestão da SCO e da SUDECO, conteúdo próprio com a apresentação de informações acerca do cumprimento das competências que lhe cabem e, principalmente, do resultado advindo da atuação da SCO/SUDECO no FCO.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco)					
Síntese da providência adotada:					
Não obstante as informações relativas à gestão do FCO não terem sido registradas no corpo principal do Relatório de Gestão da SCO, referente ao exercício de 2010, é imperioso registrar que foi anexado ao referido Relatório (e, portanto, é parte integrante dele) o Parecer-Conjunto n. ^o 19-SFRI/SUDECO, de 17.06.2011, por meio do qual o Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), realizou o acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos no exercício de 2010, tendo por base o Relatório Anual sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO que o Banco do Brasil S.A. apresentou ao MI em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei n. ^o 7.827, de 27.09.1989.					
Registre-me que, por meio do referido Parecer, que contou com 73 páginas, o Ministério não só avaliou os resultados obtidos, como também determinou as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas.					
Ressalte-se, ainda, que o Parecer contou com o seguinte conteúdo:					
<p>1. APRESENTAÇÃO</p> <p>2. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)</p>					

2.1.	NOME COMPLETO E OFICIAL DO FUNDO
2.2.	NÚMERO DO CNPJ
2.3.	NATUREZA JURÍDICA
2.4.	VINCULAÇÃO MINISTERIAL
2.5.	ADMINISTRADORES
2.6.	COMPETÊNCIAS DOS ADMINISTRADORES
2.7.	ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE DOS ADMINISTRADORES
2.8.	ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL DOS ADMINISTRADORES NA INTERNET
2.9.	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ) E DA UNIDADE GESTORA (UG) NO SIAFI
2.10.	NORMAS DE CRIAÇÃO E OBJETIVO DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)
2.11.	NORMA(S) QUE ESTABELECE(M) A ESTRUTURA ORGÂNICA NO PERÍODO DE GESTÃO SOB EXAME
2.12.	PUBLICAÇÃO NO DOU DO REGIMENTO INTERNO DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)
2.13.	FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE
2.14.	SITUAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)
2.15.	TIPO DE ATIVIDADE
3.	POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)
4.	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
5.	PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2010
5.1.	DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES
5.2.	PROGRAMAS E LINHAS DE FINANCIAMENTO
6.	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2010
6.1.	RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2010
6.2.	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF E SETOR
6.3.	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF, PORTE, SETOR E LINHA
7.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO DE 2010
7.1.	ORÇAMENTOS PREVISTO E REALIZADO
7.2.	REPASSES DO TESOURO NACIONAL
7.3.	RETORNOS DE FINANCIAMENTOS
7.4.	RESULTADO OPERACIONAL

- | | |
|-----------|--|
| 7.5. | RECURSOS COMPROMETIDOS COM PARCELAS A LIBERAR |
| 7.6. | DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO REALIZADO POR UF E SETOR |
| 8. | DESEMPENHO OPERACIONAL NO EXERCÍCIO DE 2010 |
| 8.1. | CONTRATAÇÕES POR UF |
| 8.1.1. | Contratações no DF |
| 8.1.2. | Contratações no Estado de GO |
| 8.1.3. | Contratações no Estado de MS |
| 8.1.4. | Contratações no Estado de MT |
| 8.2. | CONTRATAÇÕES POR PORTE |
| 8.2.1. | Contratações com mini, micro e pequenos tomadores |
| 8.2.2. | Contratações com médios e grandes tomadores |
| 8.3. | CONTRATAÇÕES POR SETOR |
| 8.3.1. | Contratações com o setor empresarial |
| 8.3.2. | Contratações com o setor rural |
| 8.4. | CONTRATAÇÕES POR LINHA DE FINANCIAMENTO |
| 8.4.1. | Contratações com os setores comercial e de serviços |
| 8.5. | CONTRATAÇÕES PARA CUSTEIO E AQUISIÇÃO DE INSUMOS E/OU MATÉRIA-PRIMA |
| 8.5.1. | Contratações junto a mini, micro e pequenos tomadores |
| 8.5.2. | Contratações junto a médios e grandes tomadores |
| 8.6. | CONTRATAÇÕES SEGUNDO A TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS |
| 8.7. | CONTRATAÇÕES POR ESPAÇO PRIORITÁRIO |
| 8.7.1. | Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) |
| 8.7.2. | Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas |
| 8.7.3. | Contratações na Faixa de Fronteira |
| 8.8. | CONTRATAÇÕES COM NOVOS BENEFICIÁRIOS |
| 8.9. | CONTRATAÇÕES COM VALOR SUPERIOR A R\$ 10 MILHÕES |
| 8.10. | CONTRATAÇÕES POR INSTITUIÇÃO OPERADORA (IO) |
| 8.11. | SITUAÇÃO DA DEMANDA |
| 9. | ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS |
| 9.1. | INDICADORES DE DESEMPENHO |
| 9.2. | METAS DE DESEMPENHO E RESULTADOS ALCANÇADOS |

9.2.1.	Índice de Incremento de Contratações (IIC)
9.2.2.	Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)
9.2.3.	Índice de Inadimplência (II)
9.2.4.	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)
9.2.5.	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)
9.2.6.	Índice de Aplicação (IA)
9.2.7.	Índice de Contratações por UF (ICUF)
9.2.8.	Índice de Contratações por Setor (ICS)
9.2.9.	Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)
9.2.10.	Índice de Originação de Demanda (IOD)
10.	ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES
10.1.	PRIORIDADES GERAIS
10.2.	PRIORIDADES SETORIAIS
10.3.	PRIORIDADES ESPACIAIS
11.	SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS
11.1.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR UF, PORTE, SETOR E LINHA
11.2.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS ALONGADOS NOS TERMOS DAS LEIS N.º 9.138 E 10.437
11.3.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIADOS NO ÂMBITO DO PESA
11.4.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIADOS NOS TERMOS DA LEI N.º 10.177
11.5.	PRORROGAÇÕES CONCEDIDAS NO EXERCÍCIO DE 2010
11.6.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR ENCARGOS PACTUADOS
11.7.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR RISCO OPERACIONAL
11.7.1.	Risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil
11.7.2.	Risco Compartilhado
11.7.3.	Risco 100% ou integral do Fundo
11.7.4.	Risco de Terceiros
11.8.	SALDO DE FINANCIAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA
11.9.	SALDOS DE FINANCIAMENTOS VINCENDOS E VENCIDOS – ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA
12.	OUTROS ASPECTOS
12.1.	SITUAÇÃO DOS RECURSOS
12.2.	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS

- | | |
|------------|---|
| 12.3. | REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS |
| 12.4. | REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR |
| 12.5. | REMUNERAÇÃO DO BANCO ADMINISTRADOR |
| 12.6. | REBATES E BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA |
| 12.7. | OPERAÇÕES LEVADAS A PERDA OU PREJUÍZO |
| 12.8. | PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
| 12.9. | OPERAÇÕES AJUIZADAS |
| 12.10. | FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E AUDITAGEM |
| 12.10.1. | Fiscalização |
| 12.10.2. | Controle |
| 12.10.3. | Auditagem |
| 12.11. | AUDITORIA EXTERNA |
| 13. | ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL |
| 14. | DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE |
| 15. | LEGISLAÇÃO EDITADA NO PERÍODO |
| 15.1. | LEIS |
| 15.2. | RESOLUÇÕES DO CMN/BACEN |
| 15.3. | RESOLUÇÕES DO CONDEL/FCO |
| 16. | AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL |
| 17. | SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES |
| 18. | PARECER E RECOMENDAÇÕES |

Cabe destacar que as ações desenvolvidas pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) e da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no exercício/cumprimento de suas competências/atribuições, foram registradas no item 16 do referido Parecer, a saber:

- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil, referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2009;
- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil, referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no 1º semestre de 2010;
- análise e emissão de pareceres sobre propostas submetidas ao Condel, envolvendo alterações e aperfeiçoamentos das condições operacionais dos programas e linhas de financiamento, entre outros assuntos de importância para o Fundo;
- preparação, organização e composição das pautas das reuniões do Conselho Deliberativo, contendo toda a documentação relacionada com as matérias a serem discutidas nas reuniões e necessárias às deliberações dos Conselheiros;
- redação das atas das reuniões do Condel;
- redação e publicação das resoluções do Conselho;
- análise e emissão de pareceres sobre recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/CGU, constantes de Relatórios de Auditoria do FCO e de Planos de Providências, submetidos ao Condel;
- participação em reuniões no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, juntamente com o Banco do Brasil S.A. e demais agentes interessados nos financiamentos com recursos do

FCO, com o objetivo de discutir e obter subsídios para a elaboração da proposta de Programação de Aplicações dos Recursos para o exercício seguinte;

- estabelecimento de diretrizes e orientações gerais para a elaboração da proposta de Programação e para a aplicação dos recursos no exercício seguinte;
- análise da proposta de Programação para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2011, elaborada pelo Banco do Brasil em conformidade com a Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e emissão de parecer para aprovação do Condel/FCO;
- coordenação e participação de Grupos de Trabalho instituídos pelo Condel/FCO;
- participação nos Seminários “FCO Itinerante” em parceria com o Banco do Brasil, Governos dos Estados e do Distrito Federal, SEBRAE e outras instituições, com o objetivo de divulgar o FCO e estimular a tomada de financiamentos principalmente junto aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, além de incentivar a interação entre os diversos atores sociais interessados no FCO e promover o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região;
- participação em eventos denominados “FCO & Sebrae Itinerante”, promovidos pelo Estado de Goiás com os mesmos objetivos dos Seminários “FCO Itinerante”;
- análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FCO;
- realização da Oficina “Acesso das Micro e Pequenas Empresas aos Recursos Oficiais de Crédito”, durante a II Mostra de Desenvolvimento Regional, realizada entre os dias 10 e 14.03.2010, na cidade de Florianópolis (SC), com a participação de representantes do Ministério da Integração Nacional, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (Sudam e Sudene), do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco da Amazônia e do Sebrae;
- realização do Curso de Gestão dos Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), visando aperfeiçoar e treinar servidores para o desenvolvimento de atividades relativas à gestão dos instrumentos da PNDR;
- publicação do caderno “20 Anos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO): Desempenho Operacional de 1989 a 2008”;
- publicação do caderno “Sistema de Informações Gerenciais” dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) – Exercícios de 1989 a 2009; e
- publicação do caderno “Sistema de Informações Gerenciais” dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) – Exercício de 2009 (versão simplificada ou “Siguinho”).

Já os resultados obtidos, advindos da atuação do MI, do CONDEL/FCO, cujas atribuições da Secretaria-Executiva eram exercidas pela SCO, e do Banco do Brasil S.A., foram registrados no decorrer de todo o parecer e destacados/sintetizados no item 17.

Não obstante e considerando a recomendação da SFC/CGU, esta Superintendência incluirá, nos próximos Relatórios de Gestão da SCO e da SUDECO, conteúdo próprio com a apresentação de informações acerca do cumprimento das competências que lhe cabem e, principalmente, do resultado advindo da sua atuação no FCO.

Observação: situação em 18.06.2012.

Síntese dos resultados obtidos

Prazo para atendimento da recomendação: 31.07.2012 (conforme Nota Técnica n.º 994, de 09.05.2012, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União – SFC/CGU).

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Nada a declarar.

15. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730, DE 10.11.1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

O quadro a seguir contempla informações do dirigente máximo do órgão e dos membros do Conselho Deliberativo do FCO, integrantes do Rol de Responsáveis do FCO:

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1		
	Entregaram a DBR			1
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	51		
	Entregaram a DBR		20	31
	Não cumpriram a obrigação			

16. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

A administração do FCO é exercida pelo Ministério da Integração Nacional, pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e pelo Banco do Brasil S.A.

O § 3º do art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), definiu que, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO serão exercidas temporariamente pelo Condel/FCO.

Ademais, com a publicação, em 16.05.2011, dos Decretos n.º 7.471 e 7.472, de 04.05.2011, os quais aprovaram, respectivamente, as Estruturas Regimentais da Sudeco e do MI, as atribuições relativas ao FCO, antes sob a responsabilidade das extintas Secretarias de Políticas de

Desenvolvimento Regional (SDR) e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no âmbito do MI, passaram a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI).

No exercício de suas atribuições, o Ministério da Integração Nacional desenvolveu, no decorrer do exercício de 2011, por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), diversas ações, dentre as quais destacamos as seguintes:

- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2010;
- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no 1º semestre de 2011;
- análise e emissão de pareceres sobre propostas submetidas ao Condel, envolvendo alterações e aperfeiçoamentos das condições operacionais dos programas e linhas de financiamento, entre outros assuntos de importância para o Fundo;
- preparação, organização e composição das pautas das reuniões do Conselho Deliberativo, contendo toda a documentação relacionada com as matérias a serem discutidas nas reuniões e necessárias às deliberações dos Conselheiros;
- redação das atas das reuniões do Condel;
- redação e publicação das resoluções do Conselho;
- análise e emissão de pareceres sobre recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/CGU, constantes de Relatórios de Auditoria do FCO e de Planos de Providências;
- participação em reuniões no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, juntamente com o Banco do Brasil S.A. e demais agentes interessados nos financiamentos com recursos do FCO, com o objetivo de discutir e obter subsídios para a elaboração da proposta de Programação de Aplicações dos Recursos para o exercício seguinte;
- estabelecimento de diretrizes e orientações gerais para a elaboração da proposta de Programação e para a aplicação dos recursos no exercício seguinte;
- elaboração de proposta de diretrizes e prioridades com vistas à elaboração da proposta de Programação e à aplicação dos recursos no exercício seguinte, para aprovação do Condel;
- análise da proposta de Programação para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012, elaborada pelo Banco do Brasil em conformidade com a Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e emissão de parecer para aprovação do Condel;
- coordenação e participação de Grupos de Trabalho instituídos pelo Condel;
- participação nos Seminários “FCO Itinerante” em parceria com os Governos Estaduais, o Banco do Brasil S.A., demais Instituições Operadoras, Sebrae e outros parceiros locais, com o objetivo de divulgar o FCO e estimular a tomada de financiamentos principalmente junto aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, além de incentivar a interação entre os diversos atores sociais interessados no FCO e promover o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região;
- participação e/ou organização de diversos eventos, com o objetivo de divulgar as condições de financiamento do FCO, a exemplo do Encontro com o Setor Produtivo do DF, no dia 18.03.2011; do Seminário sobre a Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional no DF, no dia 08.04.2011; da Mesa de Debate sobre o FCO Rural no DF, no dia 12.04.2011; do Evento de Lançamento da Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação, no dia 21.09.2011; do VII Encontro Regional de Incubadoras do Centro-Oeste, nos dias 22 e 23.09.2011; da Palestra sobre Energia Sustentável na Agricultura Familiar, no dia 18.10.2011;

do Seminário sobre Recuperação de Áreas Degradadas, no dia 27.10.2011; e da Palestra sobre as condições de financiamento do FCO para o segmento cultural, no dia 19.12.2011;

- participação no Agrobrasília, de 17 a 21.05.2011, com a instalação de um estande do MI/Sudeco, onde foram distribuídos materiais sobre o FCO, realizados atendimentos individualizados a potenciais tomadores de recursos e realizadas palestras sobre as principais condições de financiamento do Fundo. Uma área do estande foi destinada à exposição de produtos de artesãos de arranjos produtivos locais;
- confecção e distribuição de folderes e cartilhas sobre o FCO (exemplos: folder da Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais; folder da Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação; folder da Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC); folder do FCO Rural; e cartilha sobre as principais condições de financiamento do FCO);
- análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FCO;
- publicação do caderno “Desempenho Operacional – Informações Gerenciais (SIG)” dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) – Exercícios de 2009 e 2010; e
- publicação do caderno “Sistema de Informações Gerenciais” dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) – Exercício de 2010 (versão simplificada ou “Siguinho”).

16.1. Seminários FCO Itinerante

Como ocorre anualmente, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, atentos à necessidade de cumprimento da programação do FCO, que prevê a aplicação de 51% dos recursos em empreendimentos de tomadores de menor porte, intensificaram a divulgação do FCO no exercício de 2011, por meio dos Seminários FCO Itinerante, em conjunto com os Governos das Unidades Federativas da Região Centro-Oeste, o Banco do Brasil S.A., o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e outros parceiros.

16.1.1. Planejamento e Organização

No início do exercício de 2011, o Ministério da Integração Nacional, por meio de sua extinta Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (atual Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), encaminhou ofício aos Governos do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, solicitando o agendamento de reuniões com a participação de representantes do Governo Estadual, do Banco do Brasil S.A., dos demais agentes operadores, dos órgãos e entidades que integram o Conselho de Desenvolvimento Estadual e de outros parceiros, para definição da programação dos Seminários FCO Itinerante.

Por ocasião das reuniões, foram definidos os calendários dos Seminários (datas, locais, programação de palestras etc.), tendo sido priorizados os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de economia dinâmica ou estagnada.

Coube aos Governos do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul promover toda a articulação necessária ao cumprimento dos calendários.

16.1.2. Resultados

As contratações com recursos do FCO superaram R\$ 5.546,6 milhões em 2011, o que representa um incremento de 30,4% em relação ao montante observado em 2010 (R\$ 4.253,8 milhões), transformando 2011 no ano de maior contratação da história do FCO.

Com essas contratações, o saldo de financiamentos do FCO atingiu R\$ 15.374,0 milhões, sendo R\$ 5.281,5 milhões (34,4%) junto ao setor empresarial e R\$ 10.092,4 milhões (65,6%) junto ao rural.

E os Seminários FCO Itinerante foram relevantes para o atingimento desse resultado, uma vez que contribuíram para o aumento da demanda por investimentos de longo prazo, o incremento do volume de recursos destinados às diversas atividades econômicas e a cobertura de 100% dos 466 municípios da Região.

Destaque-se que 36 municípios da Região receberam os Seminários Itinerantes em 2011. E eles não contaram apenas com palestras, mas também com atendimento individualizado a potenciais tomadores, reuniões com lideranças locais, entrevistas em rádios e televisões, visitas a empreendimentos financiados com recursos do Fundo etc.

Tabela 50: Programação dos Seminários FCO Itinerante em 2011

MUNICÍPIO	UF	DATA
1. Rio Verde de Mato	MS	25.05.2011
2. Rio Negro	MS	26.05.2011
3. Nortelândia	MT	09.06.2011
4. Sapezal	MT	15.06.2011
5. Campo Verde	MT	22.06.2011
6. Taquarussu	MS	29.06.2011
7. Batayporã	MS	30.06.2011
8. Tabaporã	MT	13.07.2011
9. Vera	MT	14.07.2011
10. Lucas do Rio Verde	MT	15.07.2011
11. Iguatemi	MS	27.07.2011
12. Japorã	MS	28.07.2011
13. Alexânia	GO	03.08.2011
14. Querência	MT	10.08.2011
15. Chapada dos Guimarães	MT	17.08.2011
16. Paranaatinga	MT	24.08.2011
17. Figueirão	MS	29.08.2011
18. Camapuã	MS	30.08.2011
19. Alto Taquari	MT	08.09.2011
20. Rondonópolis	MT	09.09.2011
21. Guarantã do Norte	MT	14.09.2011
22. Marcelândia	MT	15.09.2011
23. Angélica	MS	28.09.2011
24. Glória de Dourados	MS	29.09.2011
25. Nova Monte Verde	MT	05.10.2011

26.	Nova Canaã do Norte	MT	06.10.2011
27.	Itaúba	MT	07.10.2011
28.	Vila Rica	MT	19.10.2011
29.	Sete Quedas	MS	26.10.2011
30.	Tacuru	MS	27.10.2011
31.	Eldorado	MS	28.10.2011
32.	Nova Ubiratã	MT	09.11.2011
33.	Sinop	MT	10.11.2011
34.	Anastácio	MS	23.11.2011
35.	Dois Irmãos do Buriti	MS	24.11.2011
36.	Cláudia	MT	30.11.2011

a) Divulgação

Com relação às estratégias de comunicação e mobilização das empresas e produtores rurais para os eventos, foram realizadas parcerias com os Sebrae's locais, Prefeituras Municipais e/ou outros órgãos e entidades locais, a exemplo das Câmaras de Dirigentes Lojistas – CDL, Associações Comerciais e Associações de Produtores Rurais.

A divulgação dos eventos foi realizada por meio de faixas e cartazes, folders, banners, spots em rádios, carros de som e envio de convite via mala direta, além de entrevistas e artigos na mídia regional.

Além de uma ampla cobertura da mídia, com entrevistas e matérias jornalísticas, os encontros contaram com ações, a exemplo da apresentação de casos de sucesso, que tornaram os eventos mais dinâmicos e despertaram a atenção dos empresários e produtores rurais para as condições atrativas do FCO.

b) Local

Os eventos foram realizados em auditórios de instituições de ensino, de repartições públicas, de entidades não governamentais, bem como em espaços particulares apropriados para eventos dessa natureza.

c) Parcerias Institucionais

Os Seminários “FCO Itinerante” foram realizados a partir de uma parceria formada com o Ministério da Integração Nacional, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, os Governos das UF da Região Centro-Oeste, o Banco do Brasil S.A., o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), as Prefeituras Municipais, as Câmaras Municipais, as Câmaras de Dirigente Lojistas (CDL), os Sindicatos Rurais, as Associações de Produtores Rurais e outros parceiros relevantes em nível local.

Com isso, houve o reforço da parceria institucional e o maior conhecimento das realidades locais pelos técnicos e gestores dos órgãos e entidades participantes.

d) Considerações finais

Os trinta e seis eventos transcorreram conforme o cronograma previsto. Cada um teve uma média de público de 100 pessoas, dentre empresários, produtores rurais e lideranças locais.

Por ocasião dos Seminários, foram realizadas palestras sobre as condições de financiamento do FCO e as formas de acesso aos recursos pelos principais órgãos e/ou entidades envolvidas, a exemplo do MI, Sudeco, Governos dos Estados, Sebrae e BB, bem como foram prestadas informações ao público em pontos de atendimento disponibilizados no local.

Tudo isso resultou na alavancagem das contratações com os recursos do FCO, ampliando os financiamentos especialmente nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de economia dinâmica ou estagnada.

17. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada com base na documentação fornecida pelo Banco, aí incluídos as demonstrações contábeis e o parecer da empresa de auditoria externa, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- o orçamento realizado no exercício de 2011 (R\$ 4.691,6 milhões) representou 98,0% do previsto (R\$ 4.786,1 milhões), uma vez que houve superação das previsões iniciais de algumas das fontes de recursos do Fundo;
- as contratações realizadas atingiram R\$ 5.546,6 milhões, o que representa um incremento de 30,4% em relação às contratações realizadas no exercício de 2010 (R\$ 4.253,8 milhões), bem corresponde a 115,9% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 4.786,1 milhões) e a 118,2% do montante de recursos efetivamente distribuídos para aplicação (R\$ 4.691,6 milhões);
- das contratações realizadas (R\$ 5.546,6 milhões), R\$ 410,5 milhões (7,3%) beneficiaram o DF; R\$ 2.061,0 milhões (37,2%) o Estado de GO; R\$ 1.178,9 milhões (21,3%) o MS; e R\$ 1.896,2 milhões (34,2%) o MT;
- as contratações no DF (R\$ 410,5 milhões) representaram apenas 45,2% do seu orçamento previsto (R\$ 909,4 milhões), 46,1% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 891,4 milhões) e 7,3% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões);
- as contratações com o segmento de menor porte (R\$ 4.027,4 milhões) representaram 72,6% do total contratado na Região (R\$ 5.546,6 milhões), observados os novos parâmetros de classificação quanto ao porte (Resolução Condel/FCO n.º 437, de 08.12.2011) e a fórmula de aferição do índice de Contratação com Menor Porte (Resolução Condel/FCO n.º 432, de 22.09.2011);
- dos recursos aplicados no exercício (R\$ 5.546,6 milhões), R\$ 2.946,4 milhões (53,1%) beneficiaram o setor empresarial e R\$ 2.600,2 milhões (46,9%) o setor rural;
- as contratações do Pronaf, ultrapassaram R\$ 788,1 milhões, o que representa um incremento de 11,0% em relação ao observado no exercício anterior (R\$ 710,2 milhões);
- o Pronaf – Reforma Agrária teve decréscimo tanto na quantidade de operações (-18,0%) quanto no volume de recursos aplicados (-14,2%). A quantidade de operações passou de 3.100 em 2010 para 2.543 em 2011 e o volume de recursos aplicados de R\$ 45,7 milhões para R\$ 39,2 milhões;
- as contratações junto aos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 937,6 milhões, correspondentes a 31,8% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 2.946,4 milhões), 16,9% do aplicado na Região (R\$ 5.546,6 milhões) e 98,0% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 957,2 milhões);
- os financiamentos de custeio junto a mini e pequenos produtores atingiram R\$ 379,6 milhões, consumindo 67,5% do limite/teto disponível para contratação (R\$ 562,3 milhões). Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas

junto a micro e pequenas empresas atingiram R\$ 695,0 milhões, atingindo 89,6% do limite/teto disponível para contratação (R\$ 775,4 milhões);

- os financiamentos de custeio junto a médios e grandes produtores atingiram R\$ 388,2 milhões, consumindo 51,8% do limite/teto disponível para contratação (R\$ 750 milhões). Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a médias e grandes empresas atingiram R\$ 224,2 milhões, atingindo 93,7% do limite/teto respectivo (R\$ 239,3 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica absorveram R\$ 1.767,8 milhões e R\$ 962,7 milhões, correspondentes a 31,9% e 17,4% do total contratado na Região, respectivamente;
- os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 2.816,2 milhões, correspondentes a 50,8% do total contratado na Região;
- o DF e os Estados de GO e MT concentraram as aplicações em municípios de alta renda (76,3%, 69,8% e 44,7, respectivamente), e o MS em municípios de economia estagnada (69,8%);
- na RIDE, foram formalizadas 4.890 operações no montante de R\$ 410,5 milhões. Desse montante, 3.109 operações no valor de R\$ 313,3 milhões beneficiaram o DF e 1.781 operações no valor de R\$ 97,2 milhões beneficiaram o Entorno;
- na Mesorregião de Águas Emendadas, foram formalizadas 9.886 operações no montante de R\$ 361,6 milhões, o que representa 130,5% do previsto para o exercício (R\$ 277,1 milhões);
- as aplicações na Faixa de Fronteira saltaram de R\$ 815,4 milhões no exercício de 2010 para R\$ 1.168,6 milhões no exercício de 2011, o que representa um incremento de 43,3%;
- do total de 73.541 operações contratadas no exercício de 2011, 16.726 (22,7%) foram formalizadas com novos beneficiários, absorvendo R\$ 2.139,3 milhões;
- no exercício, foram contratadas 26 operações com valor superior a R\$ 10 milhões, totalizando R\$ 1.226,2 milhões;
- do total de 73.541 operações no valor de R\$ 5.546,6 milhões contratadas no exercício, 73.346 operações no valor de R\$ 5.518,7 milhões (99,5%) foram formalizadas pelo BB e 195 no valor de R\$ 27,9 milhões (0,5%) pelas instituições operadoras do repasse (BRB, Bancoob, Goiás Fomento, Sicredi e BRDE);
- das 76.639 propostas existentes no BB no valor de R\$ 7.924,6 milhões, 73.541 no valor de R\$ 5.546,6 milhões foram contratadas e 3.098 no valor de R\$ 2.378,0 milhões não foram;
- 100% dos 466 municípios existentes na Região contaram com operações de FCO;
- a carteira de financiamentos registrou, em 31.12.2011, saldo de R\$ 15.374,0 milhões, o que representa incremento de 16,3% em relação ao observado em 31.12.2010 (R\$ 13.222,2 milhões);
- o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) atingiu 4,7%, superior ao observado no final do exercício de 2010 de 3,2%. O índice das operações contratadas com risco exclusivo do Banco foi de apenas 0,44%;
- as disponibilidades do Fundo atingiram, em 31.12.2011, R\$ 617,5 milhões, montante 28,8% inferior ao observado em 31.12.2010 (R\$ 867,8 milhões);
- foram transferidos para perdas R\$ 224,9 milhões, sendo R\$ 219,9 milhões assumidos pelo BB e R\$ 5,0 milhões debitados ao FCO. Esse montante foi inferior ao observado no exercício de 2010, quando foram transferidos para perdas R\$ 567,2 milhões, sendo R\$ 534,8 milhões assumidos pelo Banco e R\$ 32,4 milhões debitados ao FCO;
- foram recuperados R\$ 20,5 milhões referentes a operações de risco 100% ou integral do Fundo, R\$ 9,9 milhões referentes a operações de risco compartilhado e R\$ 183,8 milhões referentes a operações de risco 100% ou exclusivo do Banco;
- em 31.12.2011, o Patrimônio Líquido do Fundo atingiu o montante de R\$ 15.075,4 milhões, o que representa um incremento de 14,6% em relação ao observado em 31.12.2010 (R\$ 13.153,3 milhões);

- consoante os dados extraídos dos projetos financiados, estima-se em 550,7 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (212,4 mil diretos e 338,3 mil indiretos), no exercício;
- a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, por meio de relatório datado de 11.05.2012, registrou que, em sua opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 31.12.2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais.